



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**209ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 12 e 13 de março de 2013**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**209ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esplanada dos Ministérios, Bloco “A”, 4º Auditório Térreo – Brasília/DF

**Data:** 12 e 13 de março de 2013

1 Aos doze dias do mês de março de dois mil e treze teve início a Ducentésima Nona Reunião Ordinária  
2 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Vice-Presidência da Vice-Presidenta do  
3 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante da Associação Antônio Vieira,  
4 Conselheira Leila Pizzato, no dia doze, e da Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social –  
5 CNAS e Representante Titular da SNAS, Luziele Maria de Souza Tapajós, no dia treze de março de dois  
6 mil e treze. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do  
7 CNAS: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, MDS; Conselheira Maria do Socorro Fernandes  
8 Tabosa, SNAS; Conselheira Clara Carolina de Sá, SNAS; Conselheira Maria Cristina Arrochela Lobo, MS;  
9 Conselheiro José Geraldo França Diniz, MPOG; Conselheiro Fábio Moassab Bruni, SNAS; Conselheira  
10 Margarida Munguba Cardoso, MDS; Conselheiro José Ferreira da Cruz, SNAS; Conselheiro Marcílio  
11 Marquesini Ferrari, SNAGI; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Charles  
12 Roberto Pranke, CONGEMAS; Conselheiro Ademair de Andrade Bertucci, Cáritas Brasileira; Conselheira  
13 Márcia de Carvalho Rocha, Lar Fabiano de Cristo; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira;  
14 Conselheira Cláudia Laureth Faquinote, Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC;  
15 Conselheiro Volmir Raimondi, Organização Nacional de Cegos do Brasil; Conselheira Dóris Margareth  
16 de Jesus, União Brasileira de Mulheres – UBM; Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional  
17 da População de Rua; Conselheira Aldenora Gomes González, Confederação Nacional das Associações  
18 de Moradores – CONAM; Conselheiro José Araujo da Silva, Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheira  
19 Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade  
20 Social da CUT - CNTSS/ CUT; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de Educadores  
21 de Deficientes Visuais – ABEDDEV; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, CTB; Conselheira  
22 Jane Pereira Clemente, FENATRIBEF; e, Conselheiro Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral, OAB.  
23 **Visitantes:** Carlos Nambu, CONSEAS/SP; Paulo Cesar G. Martins, CONSEAS/SP; Solange Barroso,  
24 CEAS/SC; Pedro Fritol, CEAS/GO; Wellington de Pinho, ABEDDEV; Tânia Mirian Nunes de Souza,  
25 CEAS/GO; Marilena, Federação Nacional APAES, Mariana, Federação das Mães do Brasil; Alexandra  
26 Nogueira, FENAPAES; Tathiana Magalhães, Cavalcante/GO; Joaquina Barata Teixeira, UFPA; Luziana  
27 Carvalho de A. Maranhão, COFFITO; e, Esther Luiza de Souza Ramos, CFESS/FNTSUAS. **ABERTURA.** A  
28 Vice-Presidenta, iniciando a reunião, solicitou à Secretária-Executiva a verificação do quorum:  
29 Conselheiro Titulares e na Titularidade: Conselheiro José Geraldo França Diniz; Conselheiro José  
30 Ferreira da Cruz; Conselheiro Ademair de Andrade Bertucci; Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro  
31 Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Aldenora Gomes González;

32 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Conselheira Jane Pereira Clemente; e,  
33 Conselheiro Charles Roberto Pranke. Conselheiros Suplentes: Conselheiro Fábio Moassab Bruni;  
34 Conselheiro Marcílio Ferrari; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Dóris Margareth de  
35 Jesus; Conselheiro José Araújo da Silva; e, Conselheiro Thiago Barbosa Ferreira Cabral. **Item.**  
36 **Aprovação da Ata da 208ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 209ª Reunião Ordinária.** A  
37 Secretária-Executiva indicou o envio da Ata aos Conselheiros no dia anterior, solicitando que a mesma  
38 fosse aprovada na reunião de abril. Esclareceu o motivo da demora do documento pela empresa  
39 responsável e o choque com o Regimento Interno com relação aos prazos. A Vice-Presidenta indagou  
40 ao Pleno se concordava com essa solicitação, não havendo óbice a respeito de a ata ser aprovada na  
41 reunião de abril de 2013. **Pauta: Dia 11/03/2013 – Comissões Temáticas. Manhã: 9h às 16h** - Reunião  
42 da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: Apresentação de estudo sobre  
43 o processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil nos CAS e outros (Local - Esplanada dos  
44 Ministérios, Bloco “A”, 4º andar, sala 460); - Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da  
45 Assistência Social: Agendas Transversais PPA 2012/2015 e outros (Local - Esplanada dos Ministérios,  
46 Bloco “A”, 3º andar, sala 304); - Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social: continuação  
47 da discussão sobre a Resolução CNAS nº16/2010 e outros (Local - Esplanada dos Ministérios, Bloco  
48 “A”, 4º andar, sala 422); - Reunião da Comissão de Política da Assistência Social: Política Nacional de  
49 Educação Permanente do SUAS e outros (Local - Esplanada dos Ministérios, Bloco “A”, 3º andar –  
50 Auditório da SAGI). **Tarde: 14h às 16h** - Reunião conjunta da Comissão de Política da Assistência Social  
51 e Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Reordenamento do PETI (Local -  
52 Esplanada dos Ministérios, Bloco “A”, 3º andar – Auditório da SAGI). **16h às 20h** - Reunião da  
53 Presidência Ampliada. **Dia 12/03/2013 – Plenária – Manhã: 9h às 09h15** - Aprovação da ata da 208ª  
54 Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 209ª Reunião Ordinária. **09h15 às 10h30** - Informes da  
55 Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. *Pauta Reunião*  
56 *Ordinária 2013 - Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2; 10h30 às 12h* - Apresentação  
57 do tema Trabalho Infantil - convidados: SNAS, SAGI e representante do CNAS na Comissão  
58 Organizadora da III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil. **Tarde: 14h às 16h30** - Apresentação  
59 da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS – Coordenador da Comissão de  
60 Política da Assistência Social. **16h30 às 18h** - Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da  
61 Assistência Social. **Dia 13/03/2013 – Manhã - 9h às 10h30** - Relato da Presidência Ampliada. **10h30 às**  
62 **12h** - Relato da Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social. **Tarde: 14h**  
63 **às 15h** - Relato da Reunião Conjunta da Comissão de Política e Financiamento. **15h às 16h** - Relato da  
64 Comissão de Política da Assistência Social. **16h às 17h** - Relato da Comissão de Acompanhamento aos  
65 Conselhos da Assistência Social. **17h às 18h** - Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. A  
66 Vice-Presidenta indicou a proposta de alteração da pauta para o dia doze, com o tema da manhã,  
67 apresentação do tema trabalho infantil, passando para a tarde, e a apresentação da Política Nacional  
68 de Educação Permanente passaria para a manhã, sendo aprovada pelo Pleno essa alteração. **Item**  
69 **Informes da Presidência, Secretaria-Executiva, MDS, CIT e FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros.**  
70 Justificou a ausência da Presidenta, que estava representando o CNAS na reunião ampliada e  
71 descentralizada do CONGEMAS em Belo Horizonte. **Informes da Presidência,** pela Secretária-

72 Executiva: "Informes da Presidência e da Secretaria Executiva. Informes Gerais. 1. AUSÊNCIAS  
73 JUSTIFICADAS: Conselheira Solange Teixeira nesta Reunião Ordinária, devido a compromissos  
74 institucionais; Conselheira Simone Aparecida Albuquerque nesta Reunião Ordinária, em virtude de  
75 compromissos institucionais; Conselheiro Wagner Carneiro de Santa nesta Reunião Ordinária, devido a  
76 compromissos institucionais; Conselheira Nilsia Santos nesta Reunião Ordinária, devido a  
77 compromissos institucionais; Conselheira Fátima Rampin nesta Reunião Ordinária, devido a  
78 compromissos institucionais; Conselheira Meive Piacesi nesta Reunião Ordinária, devido a  
79 compromissos institucionais. A Presidenta Luziele Tapajós nesta data, devido sua presença no  
80 Encontro do CONGEMAS, Região Sudeste. 2. E-MAILS ENVIADOS AOS CONSELHEIROS: a)  
81 CONVOCAÇÕES/ PARTICIPAÇÃO: Os Conselheiros Nacionais participaram da Cerimônia de Anúncio de  
82 Medidas do Plano Brasil Sem Miséria, do dia 19/02/2013 no Salão Nobre do Palácio do Planalto. A  
83 Presidenta do CNAS Luziele Tapajós participou da Capacitação aos gestores municipais de Campo  
84 Grande, no dia 22 de fevereiro em Campo Grande/ MS, e do Encontro de Gestores Municipais da  
85 Assistência Social 2013, no dia 27 de fevereiro em Palmas/TO; A Conselheira Leila Pizzato participou  
86 do Seminário "Cenários e Perspectivas da Terapia Ocupacional no SUAS", no dia 01 de março de  
87 2013, em Porto Alegre/RS; Os Conselheiros integrantes da Comissão Organizadora da IX Conferência  
88 Nacional de Assistência Social foram convocados para Reunião da Comissão, no dia 5 de março, em  
89 Brasília/DF; A Presidenta Luziele Tapajós e Conselheira Marisa Rodrigues estão participando do  
90 Encontro Regional do CONGEMAS - Região Sudeste, em Belo Horizonte/MG; Os Conselheiros  
91 Nacionais, Titulares e Suplentes foram convocados para esta Reunião Ordinária do Conselho Nacional  
92 de Assistência Social - CNAS, realizada nos dias 11,12 e 13 de março de 2013, em Brasília/DF; Os  
93 Conselheiros integrantes da Comissão de Política e Comissão de acompanhamento de Benefícios e  
94 Transferência de Renda foram convocados para Reunião daquelas comissões, a ser realizada dia 14 de  
95 março de 2013, em Brasília/DF. b) DOCUMENTOS DIVERSOS: Consulta Nacional Pós-2015 e  
96 Seguimento à Rio+20. Cópia da monografia do Conselheiro Wagner Carneiro de Santana apresentada  
97 à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial obrigatório para obtenção do  
98 título de Especialista em "Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais; Link  
99 <http://www.ipea.gov.br/participacao/> onde está disponível o relatório final referente ao projeto do  
100 IPEA de "Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros"; E-mail do Sr. Washington Bessa Jr,  
101 representante do Grupo Nacional dos Pedagogos, que enviou reflexões sobre o Serviço de  
102 Atendimento em Proteção Socioassistencial Especial de Média Complexidade ao Adolescente em  
103 Conflito com a lei no cumprimento de medida socioeducativa no CREAS; Carta do Departamento de  
104 Ações Programáticas e Estratégicas da Área Técnica Saúde da Mulher sobre a exposição fotográfica  
105 intitulada "Memórias e participação social das mulheres brasileiras na construção de políticas públicas  
106 de saúde". Convite para o Seminário "As Mulheres e o Programa Bolsa Família" no dia 08/03/2013;  
107 Pauta da 2099 Reunião Ordinária do CNAS; Versão final da Política Nacional de Educação Permanente  
108 do SUAS - PNEP/SUAS, após a última reunião do GT. 3. RESOLUÇÕES E PORTARIAS: RESOLUÇÃO CNAS  
109 N9 1, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 - DOU 26/02/2013 - SEÇÃO I que dispõe sobre o reordenamento  
110 do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da  
111 Assistência Social - SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de

112 *atendimento do público prioritário; RESOLUÇÃO CNAS Nº 2, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013 - DOU*  
113 *26/02/2013 - SEÇÃO I que aprova o Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo*  
114 *Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício 2012. 2) 4. Audiências realizadas: Solicitante: Herculis*  
115 *Pereira Toledo, no dia 27 de fevereiro de 2013 às 16h no CNAS. Participantes: Liliane Neves,*  
116 *Coordenadora de Acompanhamentos aos Conselhos e sua equipe. Assunto: Orientações para*  
117 *conferências e atuação do Conselho Providências: Orientações Gerais para mobilização e participação*  
118 *da Sociedade Civil nas Conferências; Apresentação dos informativos do CNAS em relação á*  
119 *acessibilidade nas Conferências. Apresentação de materiais que tratam temas relacionados à gestão e*  
120 *financiamento para capacitação dos novos Conselheiros e orientações acerca da apreciação do*  
121 *Conselho na execução orçamentária; Apresentação do debate da Plenária em fevereiro referente aos*  
122 *serviços de convivência; orientações acerca do CADSuas. Solicitante: José Rodrigues Rocha Júnior,*  
123 *Secretário de Cuiabá/MT e Marilson, Secretário de Várzea Grande/MT, no dia 6 de março de 2013 às*  
124 *15h no CNAS. Assunto: Plano de ação do CNAS. Providências: Foi, apresentou-se as novidades do CNAS*  
125 *em relação à comunicação e interlocução junto à sociedade. Foram sugeridas a realização de reuniões*  
126 *com os gestores e Conselheiros (CMAS e CEAS). Os gestores apresentaram as inovações da gestão dos*  
127 *respectivos Conselhos, e o interesse em estreitar os laços com o CNAS para a efetivação do SUAS nos*  
128 *municípios. 5. Atualização do Site: Inserido em notícias: O planejamento das ações dos Conselhos de*  
129 *Assistência Social; O parágrafo único do art. 16 da Lei 8.742/2003 (Loas); Os Conselhos e os*  
130 *Conselheiros de Assistência Social; Questões de RH que devem ser observadas pelos Conselhos e*  
131 *gestores do SUAS; -Atenção para a acessibilidade nas Conferências de Assistência Social; Importante!*  
132 *Atualização do Sistema CADSUAS; -O que são Conferências?; -Nota Técnica com orientações sobre RH*  
133 *para os CREAS; Mobilização dos usuários para a participação nas Conferências de Assistência Social*  
134 *em 2013; O Comando Único na Assistência Social; Conheça as novas resoluções do CNAS publicadas;*  
135 *Publicada a nova Norma Operacional Básica (NOB/SUAS 2012). 6. Aniversariantes do Mês de Março:*  
136 *Jane Clemente Dóris de Jesus - 5 de março e Dóris de Jesus no dia 9 de março." **Informes do***  
137 **CONGEMAS.** O Conselheiro Charles informou a realização nos dias 12 e 13 de março, do encontro  
138 regional da Região Sudeste dos gestores municipais, sendo cinco encontros preparatórios para o  
139 Encontro Nacional, que ocorreria do dia 22 a 24 de abril em São Paulo. **Informes dos Conselheiros.** O  
140 Conselheiro Anderson informou que o MST, Movimento Nacional da População de Rua, CONAM, e  
141 outros movimentos haviam sido convidados para ir ao Palácio no dia sete de março para avaliar o  
142 Programa Brasil Sem Miséria e o Programa Bolsa Família, relatando como havia sido esse encontro.  
143 Que haviam colocado as dificuldades de parte da população acessar esses programas, assim como a  
144 internação compulsória , com recursos da Assistência Social e com a Ministra Teresa Campello  
145 manifestando-se contra essa medida. Informou a realização do III Encontro Nacional de Políticas  
146 Públicas para a população em situação de rua, com esse tema em pauta. Relatou que em 07, 08 e 09  
147 de abril, toda a coordenação do Movimento Nacional se reuniria em Curitiba para tirar um  
148 documento e encaminhar a todos os Conselhos, instâncias e sociedade com sua posição sobre essa  
149 questão. Prosseguindo, a Vice-Presidenta indicou a ausência do FONSEAS, não havendo o relato do  
150 Fórum. **Informes da CIT,** pelo Conselheiro José da Cruz que informou a existência de três relevante  
151 pontos de pauta, com dois sendo submetidos à apreciação do CNAS no dia seguinte: 1) aprovação de

152 duas Resoluções importantes para o SUAS, indicando seu teor; 2) critério de partilha para expansão  
153 qualificada dos serviços de acolhimento institucional em residências inclusivas; e, 3), reordenamento  
154 do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, visando a sua ampliação. Concluindo, informou a  
155 participação da Presidenta do CNAS na 120ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite,  
156 realizada no dia 07 de março de 2013. A seguir, o Conselheiro José da Cruz passou a **Informes do**  
157 **MDS:** *“Bom, então do MDS nós temos como informe a Resolução da CIT número 06/2012, que trata*  
158 *da pactuação para a construção de CRAS, CREAS e Centro POP, e aí vou fazer a leitura desses*  
159 *informes, conforme inclusive fizemos também na Comissão Intergestores Tripartite. Então*  
160 *contribuindo aí para o fortalecimento das estratégias de acesso aos serviços socioassistenciais no*  
161 *âmbito do programa Brasil Sem Miséria e considerando as metas de construções de unidades públicas*  
162 *de Assistência Social para o exercício de 2012, essa Comissão, a Comissão Intergestores Tripartite, por*  
163 *meio da Resolução número 06 de 2012, pactuou critérios de partilha de recursos destinados à*  
164 *estruturação das redes de serviços de Proteção Social Básica e especial, mediante a construção de*  
165 *CRAS, CREAS e Centros de Referências Especializados da População em Situação de Rua. Nesse*  
166 *sentido, eu vou falar aqui o cenário, o número, os municípios que atenderam os critérios, aqueles que*  
167 *apresentaram propostas, e que firmaram aí então o contrato de repasse com o Ministério. 206*  
168 *municípios a partir da Resolução, da CIT atenderam os critérios para pleitearem aí então a construção*  
169 *dos equipamentos, dos CRAS, aqui nós estamos falando especificamente de CRAS. Apresentaram*  
170 *propostas 184 municípios e que firmaram de fato o contrato de repasse foram 183 municípios*  
171 *brasileiros. Eu tenho aqui a listagem, o quantitativo por estado, o recurso, enfim, se for necessário a*  
172 *gente pode estar detalhando. Construção de CREAS e Centro POP 334 municípios atenderam aos*  
173 *critérios, 243 apresentaram propostas e 207 municípios então firmaram o contrato de repasse. E esse*  
174 *dado é do CREAS, especificamente do CREAS, do CREAS POP, do Centro POP nós tivemos 49 municípios*  
175 *que atenderam aos critérios, 27 apresentaram propostas, e 25 municípios firmaram de fato o contrato*  
176 *aí para o repasse e a gente também tem a lista aqui por estados e por municípios. Outro informe é*  
177 *quanto a emendas parlamentares para a construção de CRAS e CREAS, a aprovação de emendas*  
178 *parlamentares apresentado no orçamento geral da União para o exercício de 2012 nas ações*  
179 *destinada à estruturação das redes de serviço de Proteção Social Básica e especial permitiu a*  
180 *aplicação de recursos para a construção de mais unidades públicas de Assistência Social, onde se*  
181 *destacando especialmente os CRAS e os CREAS. Então nós tivemos quatro municípios no estado do*  
182 *Ceará, um em Goiás, dois no Maranhão, um em Minas Gerais, três em Mato Grosso do Sul, cinco em*  
183 *Mato Grosso, dois no Pará, dois no Paraná, nove no Rio de Janeiro, dois no Rio Grande do Sul, dois em*  
184 *São Paulo e quatro em Tocantins, totalizando aí 37 CRAS. CREAS: um no Ceará, um no Mato Grosso,*  
185 *um em Sergipe e dois em São Paulo, totalizando cinco CREAS. Então esse foi, esse é um cenário, um*  
186 *dos informes que a gente gostaria de reafirmar. Também nós, outro informe é o prontuário do SUAS, a*  
187 *gente já inclusive apresentou a esse Pleno o formulário que está sendo enviado aos municípios, grande*  
188 *parte dos municípios, inclusive já receberam os prontuários, então o envio dos prontuários para os*  
189 *municípios foi iniciado no dia 25 de fevereiro de 2013 até o presente momento foram enviados 425 mil*  
190 *exemplares, entendendo que são 800 mil exemplares que serão distribuídos para todos os Secretários*  
191 *Municipais, entendendo que esses instrumentais devem ser entregues às equipes de referência dos*

192 CRAS e dos CREAS. Então os prontuários devem chegar aos municípios, que possuem aí as unidades de  
193 CRAS e CREAS até o final de março, então até o final desse mês nós concluímos a entrega do  
194 prontuário, um instrumento extremamente importante para as equipes de referências que compõem  
195 esses equipamentos. Informamos que também realizamos no dia 18 de fevereiro uma teleconferência  
196 para tratar do prontuário, sua concepção, das informações ali contidas, da articulação com o Cadastro  
197 Único, enfim, do papel importante das equipes no preenchimento do prontuário, do que isso significa  
198 no trabalho social combinado, articulado dessa equipe de psicólogos, Assistentes Sociais desses  
199 equipamentos, como que esse trabalho e esse instrumento pode fortalecer o princípio da  
200 interdisciplinaridade nos equipamentos, enfim. Então foi uma teleconferência bastante produtiva, ela  
201 abordou questões aí relacionadas à implementação dele, que dentre outros visa, que dentre outros  
202 aspectos de registrar com maior padronização o trabalho desenvolvido então por essas equipes nesses  
203 equipamentos. Possibilitar para nós aí um mapeamento mais exato, ter um retrato mais aproximado  
204 aí das vulnerabilidades territoriais e famílias que são atendidas nos nossos equipamentos, nos CRAS e  
205 CREAS. Um outro informe é o registro individual do atendimento, dos atendimentos mensais nos CRAS  
206 e CREAS, o registro individual de atendimento mensais dos CRAS e CREAS entrará em fase de tese em  
207 março, e a sua implementação a nível nacional está prevista para abril. Esse registro previsto na  
208 Resolução 04 da CIT de 2011 será realizado por meio do aplicativo online na internet. Ele permitirá  
209 acompanhar de forma individual por família todos os atendimentos e encaminhamentos realizados  
210 nas unidades dos CRAS no âmbito do PAIF, do serviço de proteção e atendimento integral à família, e  
211 do PAEF, do serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos. O registro das  
212 famílias se dará por meio do NIS dessa família, o que permite visualização do aplicativo das  
213 informações básicas da família conforme constam aí no CadÚnico. Um outro informe é o status de  
214 preenchimento do formulário eletrônico, que reúne informações acerca de inscrições, de Conselhos de  
215 Assistência Social, lembramos que o prazo final para o preenchimento do formulário eletrônico será 31  
216 de março, conforme exposição da CIT, número 18, de 04 de dezembro de 2012. As informações  
217 prestadas pelos gestores municipais e do Distrito Federal acerca das entidades e de serviços,  
218 programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos nos Conselhos servirão aí de base para a  
219 construção pelo Ministério do Desenvolvimento Social do Cadastro Nacional de Entidades de  
220 Assistência Social, o CNEAS, e visa ainda cumprir o que dispõe o inciso IV do Artigo 12 da Resolução do  
221 Conselho Nacional, da Resolução CNAS 16, de 05 de maio de 2010, que foi fruto de debate e  
222 aprovação por esse Conselho. Após o preenchimento do formulário eletrônico os gestores da  
223 Assistência Social dos municípios e do Distrito Federal darão conhecimento aos respectivos Conselhos  
224 de Assistência Social, a fim de que esses acessem o SAA, o Sistema de Autenticação Eletrônico de  
225 Senha e conforme se as informações prestadas estão em consonância com as duas deliberações e os  
226 parâmetros nacionais estabelecidos então pela Resolução 16 de 2010. Então para acesso ao  
227 formulário eletrônico pela internet é necessário utilizar o login e a senha do sistema do SAA próprios  
228 do gestor e do Presidente do Conselho, por meio do endereço:  
229 [aplicacoes.mds.gov.br/entidadesprivadas](http://aplicacoes.mds.gov.br/entidadesprivadas), como também por meio do ambiente de acesso aos  
230 aplicativos da Rede SUAS da SAA, Web Gestão. O cenário atual relativo ao status do preenchimento do  
231 formulário é o seguinte, a situação total de formulários concluídos 13.096 entidades em 1460

232 municípios; formulários que já foram preenchidos pelo gestor municipal, mas que ainda está pendente  
233 para a confirmação do Conselho de Assistência Social, 2058 entidades e em 533 municípios. E  
234 formulários ainda não acessados pelo gestor municipal nós temos o número de 3913 entidades, em  
235 1139 municípios. As listas com os nomes das entidades por município serão disponibilizadas pela  
236 Secretaria, bom, essa aqui é outra informação que foi para a CIT. Um outro ponto de pauta, ou, de  
237 informe é a expansão do Programa Crack É Possível Vencer, com o lançamento do Programa Crack É  
238 Possível Vencer em 07/12/2011 ocorreu a adesão de 15 capitais numa primeira etapa em 2012. Em  
239 2013 numa segunda etapa do programa o programa prioriza os municípios acima de 200 mil  
240 habitantes, que participaram inclusive da videoconferência aí realizada no período de 05 a 19 de  
241 fevereiro de 2013. Os demais municípios do país estarão envolvidos progressivamente no programa e  
242 está previsto início da orientação com a realização de 20 conferências para o dia 26 de março de  
243 2013. Os 136 municípios acima de 200 mil habitantes elegíveis para pactuação, que já participaram da  
244 videoconferência e que tenham interesse em aderir ao programa devem acessar o sistema para  
245 preencher o Plano de Ação do Programa Crack É Possível Vencer, que está aberto para preenchimento  
246 desde 14 de fevereiro de 2013 e vai até o dia 15/03/2013. Os passos para adesão ao programa é o  
247 seguinte, o primeiro passo é o Comitê de Gestores, é a criação dos Comitês de Gestores Estaduais,  
248 Municipais e Distrital, as instâncias de governança compartilhada do programa, responsável pelo  
249 planejamento integrado, acompanhamento e monitoramento das ações do programa em seus  
250 territórios. O segundo passo é a pactuação, pactuar um conjunto de serviços, equipamentos que o  
251 ente federado tenha interesse dentre as ofertas que o programa coloca. Momento no qual o município  
252 organiza seu planejamento na implantação dos serviços, equipamentos e ações por meio dos Planos  
253 de Ação local e pactua a expansão de sua rede de atenção ao usuário com o grupo executivo do  
254 grupo. O terceiro passo é a adesão de fato ao programa, é a assinatura do instrumento jurídico que  
255 formaliza a participação no programa, é feito em cerimônia na capital, reunindo Prefeitos dos  
256 municípios daquele estado ou região. O Termo de Adesão explicita os compromissos assumidos por  
257 cada um dos entes federados com relação às metas e cronogramas pactuados e estrutura de  
258 governança, diretriz e monitoramento. Os Planos de Ação local devem vir como anexo aí aos termos  
259 de adesão. O quarto passo são oficinas de alinhamento conceitual das equipes locais. O objetivo das  
260 oficinas é promover um espaço intersetorial de troca de saberes, discussão e estratégia de rede e  
261 compartilhamento de conceitos para a definição de fluxos conjuntos de atuação. O público prioritário  
262 das oficinas são os gestores e profissionais das políticas de saúde, de Assistência Social, de justiça e de  
263 garantia de direitos em educação, que atuam diretamente no território. As oficinas de alinhamento  
264 serão coordenadas pela equipe designada e formada pelo governo federal. E o quinto passo a  
265 implantação dos serviços e equipamentos pactuados, municípios, estados e Distrito Federal devem  
266 colocar em prática os Planos de Ação implementando os serviços e equipamentos pactuados. Sexto  
267 passo, acompanhamento e monitorar, então estados e municípios, e DF aderiram o programa e  
268 assumem um compromisso de fornecer informações periódicas sobre a implantação e funcionamento  
269 dos programas na sua localidade. O principal instrumento de acompanhamento da execução deve ser  
270 o Plano de Ação, que deverá ser atualizado pelo Comitê Gestor Municipal, Estadual ou Distrital  
271 bimestralmente informando o andamento o cronograma de execução e os resultados já alcançados. E



272 *aí o prazo para o preenchimento, resalto aqui que até 15/03, conforme orientado aí na*  
273 *videoconferência que foi realizada aos municípios, estados e Distrito Federal. Esses são os informes,*  
274 *Sra. Presidente.” A Vice-Presidenta sugeriu que fosse disponibilizado um prontuário para cada um dos*  
275 *Conselheiros para conhecimento, haja vista ter sido resultado de um importante trabalho. O*  
276 *Conselheiro José da Crus informou que alguns já haviam recebido, mas que até o dia seguinte traria*  
277 *para todos os Conselheiros, informando que o mesmo já estaria sendo trabalhado em meios*  
278 *eletrônicos. A Vice-Presidenta solicitou que essa apresentação fosse encaminhada para a Secretaria-*  
279 *Executiva enviar a todos os Conselheiros devido à densidade e importância dos conteúdos*  
280 *apresentados. **Item Apresentação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, PNEP***  
281 ***SUAS**, pelo Coordenador da Comissão de Política da Assistência Social, Conselheiro José Crus: “Bom,*  
282 *então bom dia a todos e todas, quero externar a nossa alegria de chegarmos a esse momento. Então*  
283 *para chegar a esse momento não cheguei aqui sozinho, não é gente? Então quero convidar a nossa*  
284 *colega, companheira, Conselheira Jane Clemente, que junto comigo coordenou esse trabalho, esse*  
285 *grande e relevante trabalho, não é Jane, que nos orgulhou muito enquanto Conselheiros, enquanto*  
286 *militantes da área, enquanto os profissionais da área, de conduzir um processo tão bacana, tão*  
287 *transparente, tão republicano, tão participativo. Então queria muito frisar dessa importância, e*  
288 *principalmente a importância para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Então foi*  
289 *com muita honra que eu compartilho com a Jane, que aqui nesse pleno representa essa categoria, os*  
290 *trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, que tivemos grandes aprendizados no processo*  
291 *e fruto disso está conosco aqui a Professora Joaquina Barata, quem eu gostaria de uma salva de*  
292 *palmas para compor essa mesa conosco. A Professora Joaquina participou de todo o processo,*  
293 *Professora, por favor, participou de todo o processo conosco, aportando aí a sua humilde, com a sua*  
294 *humildade, a sua expertise, toda a intelectualidade a foi aportada para esse documento e a Professora*  
295 *Joaquina foi uma das pessoas que participou. A gente gostaria muito que a Professora Stela, que a*  
296 *Professora Esther Lemos, a Stela, a Jucimeri do Paraná, a Stela de São Paulo, a Esther Lemos que*  
297 *representou brilhantemente o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS nesse processo. Então a*  
298 *gente queria muito que elas estivessem aqui. A Stela e a Esther, elas estão chegando, elas chegam tipo*  
299 *meio-dia, 12h30 elas estão chegando a Brasília, infelizmente voos atrasaram, enfim, eram para ter*  
300 *chegado cedo, mas não conseguiram. Essa pauta estava para à tarde e veio para a manhã. Então*  
301 *infelizmente a gente não vai contar com elas aqui nesse momento, mas amanhã na hora da*  
302 *aprovação desse documento estarão conosco a Professora Esther e Stela, infelizmente a Jucimeri não*  
303 *pôde estar conosco. Então nós pensamos, nós dividimos essa apresentação para ela não ficar muito*  
304 *cansativa e nem vocês enjoarem da minha fala, que eu já falei demais inclusive aqui, não é? Mas a*  
305 *gente organizou uma apresentação, mas a gente vai tentar fazer aqui um jogral aqui para que o*  
306 *grupo, esse GT possa trazer para esse pleno esse documento. Os senhores e senhoras receberam a*  
307 *última versão, essa versão, quero dizer que ela já passou pela Comissão de Política e também já está*  
308 *atualizada conforme ontem as nossas discussões, inclusões, alterações que fizemos na Comissão de*  
309 *Política. Então vocês estão com a versão finalíssima do documento, claro que até amanhã as*  
310 *contribuições dos senhores e senhoras serão ainda muito bem-vindas a esse documento. Então vamos*  
311 *lá Dorinha, você nos ajuda? Eu vou iniciar então gente, tentando trazer aqui para nós, tentando*

312 *reafirmar aqui para a gente então, está difícil de ler, mas é só essa telinha aí que está meio com a*  
313 *letra pequenininha, mas eu vou traduzi-la. Se apagar essa primeira LOAS aqui eu acho que facilita aqui*  
314 *o acompanhamento aqui dos Conselheiros. Bom, primeiro eu queria dizer então que como os senhores*  
315 *sabem, essa versão preliminar, essa versão que chega à mão de vocês ela tem aí um histórico e muitos*  
316 *aqui acompanharam, outros não, não é? Então nós tivemos em 2010 todo um processo de formulação*  
317 *desse documento no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social. Desculpa, a nossa Diretora*  
318 *Patrícia saiu? Eu quero também, ah, eu quero gente, apresentar, a maioria de vocês já conhecem a*  
319 *nossa Diretora de Formação e Disseminação, Patrícia Vilas Boas, está aqui conosco, esse documento*  
320 *final contou com a valiosa equipe do Departamento de Formação, o Departamento participou de todo*  
321 *o processo aqui final conosco, não é Professora Joaquina, Jane, na pessoa do Antônio. Então queria*  
322 *muito aqui registrar nesse Conselho, instância de deliberação, instância máxima da Assistência Social,*  
323 *viu Patrícia, queria registrar aqui a importância do Departamento de Formação nesse processo. Foi*  
324 *riquíssimo trazer aí o acúmulo que o Departamento hoje tem consolidado nas suas ações, enfim, na*  
325 *concepção que hoje o Departamento dá de direção para a formação de trazer já este acúmulo para*  
326 *esse documento tão importante para a Assistência Social, para o Sistema Único de Assistência Social,*  
327 *especialmente para os trabalhadores. Então queria muito registrar aqui a importância do seu*  
328 *Departamento, da sua condução e de toda a equipe que compõe hoje o Departamento de Formação,*  
329 *que vem conduzindo aí todas as ações de capacitação, a Rede Nacional de Capacitação e Educação*  
330 *Permanente, enfim, da contribuição dessa Secretaria, desse principal, especialmente ao*  
331 *Departamento de Formação nesse processo. E fica à vontade se quiser estar conosco aqui, viu, que é*  
332 *um grande prazer para nós. Então como eu estava dizendo, gente, em 2010 então nós formulamos um*  
333 *documento ainda numa versão preliminar e apresentamos a esse Conselho, ao Conselho Nacional. A*  
334 *maioria dos Conselheiros que estão aqui acompanharam esse processo. Ainda numa versão preliminar*  
335 *esse debate foi feito dentro do Conselho, foi feito e apresentado na Comissão de Política, nós*  
336 *apresentamos ao pleno desse Conselho e o Conselho, isso foi em 2010, era ano de Conferência, a*  
337 *Conferência já chegando a Conferência de 2011, a VIII Conferência Nacional, que trouxe como tema,*  
338 *lema a consolidação do sistema e a valorização dos trabalhadores do SUAS. Esse Conselho decidiu por*  
339 *disseminar esse documento naquela Conferência, vocês lembram naquele quite da gestão do trabalho,*  
340 *que nós tínhamos lá quatro livrinhos, um deles era a Política Nacional, à época chamada Política*  
341 *Nacional de Capacitação do SUAS. Esse documento foi disseminado, ele foi discutido naquela*  
342 *Conferência, o Conselho então ao deliberar que ele deveria ser disseminado também disse que nós*  
343 *deveríamos agregar, integrar a esse debate outros atores. E aí nós realizamos em abril de 2012 uma*  
344 *oficina que contou com a participação então das instituições de ensino superior, nós contamos com a*  
345 *presença do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, das Associações de Ensino e Pesquisa, do*  
346 *CONGEMAS, do FONSEAS, representantes das entidades de classe representativa de todas as*  
347 *categorias profissionais que foram reconhecidas pelo Conselho Nacional. E também de colaboradores,*  
348 *especialistas, Conselheiros, o Conselho Nacional participou desse processo de uma oficina importante.*  
349 *Importante e uma oficina que trouxe críticas, que trouxe contribuições àquele documento, àquele*  
350 *versão preliminar. A partir desse momento o Conselho Nacional então, ele instituiu um Grupo de*  
351 *Trabalho composto por mim e pela Conselheira Jane para então trazer para dentro do documento,*

352 *daquela versão preliminar as contribuições recebidas no debate, no debate, na oficina, no debate feito*  
353 *nos Fóruns, enfim, das várias contribuições que chegaram a esse Conselho para esse documento.*  
354 *Quero aqui um parêntese, que assim como fizemos com a Política Nacional de 2004, com a NOBSUAS*  
355 *de 2005, com a NOB/RH de 2006, enfim, com todos os instrumentos normativos, todas as normativas*  
356 *obrigatórias do SUAS também foi feito com esse documento, um processo aí amplo, democrático e*  
357 *participativo. Então a partir de todo esse trabalho, esse debate que fizemos da instituição desse GT*  
358 *nós agregamos ao Grupo de Trabalho, então, pessoas aí que aportaram suas expertises, como eu já*  
359 *disse, aí eu queria sublinhar a participação do Antônio Castro da SAGI, da Esther Lemos do Fórum*  
360 *Nacional dos Trabalhadores do SUAS, da Professora Joaquina Barata, que está aqui conosco, da*  
361 *Professora Jucimeri Isolda Siqueira do estado do Paraná, da Miriam Albuquerque, da nossa equipe da*  
362 *gestão do trabalho que está aqui conosco, da Stela Ferreira, da Professora de São Paulo, que*  
363 *acompanhou todo o processo conosco, do Wagner Saltorato que está aqui conosco e também compõe*  
364 *a nossa equipe da gestão do trabalho lá da Secretaria. Como os senhores sabem, esse grupo trabalhou*  
365 *muito até o final do ano passado, muito até dezembro, nós tivemos cinco reuniões, não é Jane? Cinco*  
366 *reuniões de trabalho e de trabalho de construção, de formulação, de reformulação desse documento,*  
367 *e encaminhamos no final de dezembro para todos os Conselheiros e para todos esses colaboradores.*  
368 *Assim como, deliberado por esse pleno, e ainda com a perspectiva de que até 31 de dezembro nós*  
369 *ainda tínhamos a oportunidade de receber ainda a contribuição dos Conselheiros e dos colaboradores,*  
370 *não era mais uma audiência, enfim, não era mais uma abertura pública para qualquer contribuição,*  
371 *uma consulta pública, isso, desculpa. Então nós ainda recebemos nesse período contribuições, por isso*  
372 *que eu destaquei ali, mas tem outras, que quando aprovarmos o documento, esse documento vai ser*  
373 *como a Política Nacional, todas as contribuições, todo mundo que contribuiu, que participaram do*  
374 *processo, depois de publicação dessa Resolução nós na impressão que aí é a impressão do documento,*  
375 *vem todo o reconhecimento de todos que participaram, de todas as contribuições que chegaram a*  
376 *esse documento. Mas só estamos ressaltando aqui que até 31 de dezembro ainda recebemos*  
377 *contribuições do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, foi trago inclusive pela Professora Esther*  
378 *Lemos que representa o Fórum nesse Grupo de Trabalho e da Professora Aldaíza Sposati,*  
379 *contribuições extremamente importantes e relevantes, e que ainda tivemos o trabalho, não é Jane,*  
380 *assim, de reunirmos mais duas ou três vezes, se não me engano, para darmos conta de tratarmos das*  
381 *contribuições que chegaram então a esse Grupo de Trabalho. Que, na verdade, já deixou de ser Grupo*  
382 *de Trabalho, porque ele concluiu seus trabalhos em dezembro, mas esse grupo, com a*  
383 *responsabilidade, com o compromisso com o documento ainda mesmo depois da data que tínhamos*  
384 *para concluir ainda continuamos, viu Sra. Presidente, mais duas ou três reuniões para darmos conta*  
385 *da tarefa que foi nos colocadas por esse Conselho. O primeiro item, vocês acompanham aí, vocês*  
386 *estão com essa versão, ele vai tratar então de uma introdução, uma introdução importante para nós,*  
387 *são dois itens aí importantes, e que foram bastante elogiados, aí tanto a introdução, como aqui o*  
388 *histórico que trazemos desse documento. Uma introdução que apresenta essa mudança de*  
389 *paradigma, de um paradigma assistencialista, penalista, fundada na caridade da benesse e alicerçada*  
390 *no voluntariado, desde a partir dessa concepção para uma concepção aí do direito socioassistencial*  
391 *colocado aí na constituição, na Lei Orgânica, na política e demais normativas. Então esse rompimento*

392 com a implantação do SUAS é destacado bem nessa introdução aqui e que nos possibilita que a partir  
393 do reconhecimento da Assistência Social como um direito público reclamável, reconhecido nessa  
394 constituição é levado a um estatuto de política pública integrante da seguridade social, é de  
395 entendermos que todos os conjuntos de normativas que vem com a implantação do SUAS, com a  
396 política, com a NOBSUAS, com a NOB/RH, com a tipificação, enfim, com todo esse rol de instrumentos  
397 normativos, esse conjunto de processos, procedimentos, atividades relacionadas ao planejamento, à  
398 operacionalização, o monitoramento, a avaliação, controle social, ou seja, do conjunto das ações  
399 finalísticas que compõe a Política de Assistência Social, bem como seu financiamento e a sua gestão  
400 sistêmica e descentralizada, compartilhada exige de nós então aí a mobilização de novos saberes e  
401 competências, e a sua permanente atualização. E impõe ao mesmo tempo a necessidade aí de um  
402 trabalho social combinado, articulado, intersetorial, interdisciplinar na nossa área, na Assistência  
403 Social. E aí, e também a LOAS ainda coloca em evidência a necessidade, destaca na introdução o  
404 avanço com a 12.435, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social, a nossa Lei 8742 ao reafirmar,  
405 ao trazer como um dos grandes objetivos aí do Sistema Único de Assistência Social a gestão do  
406 trabalho e educação permanente na Assistência Social e atribui ao Ministério do Desenvolvimento  
407 Social a responsabilidade de formular a política para a qualificação sistemática e contínua dos  
408 recursos humanos no campo da Assistência Social. Essa perspectiva, a introdução também reafirma o  
409 Plano Decenal da Assistência Social, o Plano Decenal, ele tem um eixo importante, que é um eixo da  
410 gestão do trabalho, e um dos subtemas está dentro desse eixo é a Política de Educação Permanente  
411 do Sistema Único de Assistência Social. Então a introdução, ela caminha nessa perspectiva de trazer  
412 esse resgate aí na nossa introdução. Então isso é importante a gente fazer esse grande resgate. Na  
413 introdução também a gente resgata, registra que as responsabilidades compartilhadas e específicas  
414 de cada ente federado que está colocado nesse documento já é fruto de uma pactuação. Então já foi  
415 pactuado na 108ª reunião da Comissão Intergestores Tripartite as responsabilidades dos entes que  
416 estão colocados nesse documento. Então isso eu queria muito destacar então na introdução do  
417 documento, que trata desse cenário aí onde encontramos e que nós partimos com esse pressuposto. O  
418 histórico, o histórico ele foi uma coisa muito, para nós ele foi um dos temas, do subtema, um dos  
419 tópicos que mais nos deu elementos para a construção desse documento. Nós fomos fazer um registre  
420 histórico, gente, das deliberações das Conferências Nacionais. O Wagner lá da nossa equipe fez essa  
421 leitura de todas as deliberações, desde a primeira Conferência Nacional até a última, e todas as  
422 deliberações que tratavam da gestão do trabalho e da educação permanente foi levantado. Esse  
423 documento, esse trabalho que o Wagner fez ano a ano, ele vai ser trabalhado no texto, no documento,  
424 ele está no histórico traduzido aqui, as principais questões estão aqui colocadas, mas nós fizemos, não  
425 é Wagner, ano a ano e todas as deliberações que tratavam da gestão do trabalho, da capacitação, da  
426 educação permanente na Assistência Social. Esse trabalho, ele vai ser trabalhado no corpo do  
427 documento com boxe, com caixinhas, enfim, nós estamos submetendo a nossa assessoria de  
428 comunicação ou à equipe lá Patrícia, enfim, nós vamos ver quem que vai trabalhar nesse documento  
429 para a gente tratar ano a ano, ou como fundo de texto, enfim, de ter uma arte, mas que represente,  
430 que mostre, que demonstre que esse documento, ele é fruto de uma participação da sociedade  
431 brasileira, ele é fruto de deliberação, ele é fruto daquilo que o Brasil decidiu. Então ele é muito

432 importante, porque ele vai mostrando que desde a primeira Conferência, quando a gente deliberou lá  
433 dentre uma das deliberações por treinamento, vejam, naquela época em 95 na primeira Conferência a  
434 gente falava em treinamento, treinamento para os municípios, era assim, a primeira deliberação que  
435 trata disso. Olha só, primeira Conferência: “Criar Conselhos e Fundos, formular planos de Assistência  
436 Social e executar programas e projetos.” Então a Conferência, no entanto, não decidiu estratégias  
437 concretas de efetivação, quero chamar, o que nós chamávamos lá em 95 de treinamentos na área da  
438 Assistência Social. A segunda Conferência em 97, ela vai, e aí é só para vocês verem como que nós,  
439 inclusive nós militantes da área e participantes dessas conferências fomos amadurecendo, fomos  
440 qualificando inclusive aquilo que nós queremos para a Assistência Social, a segunda Conferência a  
441 gente já avança. A gente já coloca lá realização de concursos públicos para a contratação de equipes  
442 profissionais em nível municipal com prazo de efetivação para dezembro de 98, veja, a gente já até  
443 estabelecia prazo. Em 2001, na III Conferência Nacional, a gente, a deliberação já foi pela necessidade  
444 de elaboração e implementação de uma Política Nacional de Capacitação Continuada, em 2001 a  
445 gente já falava, já foi uma das deliberações política uma Política Nacional de Capacitação Continuada,  
446 com a definição do seu público, então já avançamos. Então quem é o público? Conselheiros, gestores,  
447 profissionais, prestadores serviços, usuários, as três frentes de governo e também do Fundo Nacional  
448 de Assistência Social como fonte, já contado que tinha que ter uma fonte de recurso aqui que era o  
449 Fundo Nacional para a nossa Política Nacional de Capacitação Continuada em 2001. E nessa ocasião,  
450 quero frisar aqui nesse balanço, é que aprofundou o debate sobre a corresponsabilidade entre os  
451 entes federativos no financiamento dos recursos da Assistência Social. Apesar do contexto adverso aí  
452 da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, vocês lembram muito bem no ano de 2000 essa Lei  
453 Complementar, Lei 101, de 04 de maio de 2000, e do ensinamento aí do debate político nacional pelo  
454 tema da redução dos gastos públicos com pessoal. Então vejam, na contramão das legislações, da Lei,  
455 das leis federais um movimento aí importante em prol de qualificação, de concurso público para a  
456 área. A IV Conferência de 2003, todos lembram, um divisor de águas da nossa área, que delibera pela  
457 implantação do Sistema Único de Assistência Social no Brasil e em relação ao tema trabalho a  
458 Conferência afirmou a necessidade de contratação de profissionais especializados e diferentes  
459 profissões, aqui já falávamos de diferentes profissões, vejam que só em 2011 que esse Conselho  
460 reconhece então 12 categorias profissionais, que integram na nossa, a nossa área por meio de  
461 concurso público nas três esferas de governo. É nessa direção, na IV Conferência acentua então a  
462 necessidade de criação de espaço de diálogo entre os trabalhadores, vejam, em 2003 já aponta a  
463 criação aí de Fóruns de formação, enfim, bem como reafirma a demanda de implementação de uma  
464 Política Nacional de Capacitação. Então a gente ver que na Conferência de 2003 só em 2011 que o  
465 Fórum Nacional, por exemplo, dos Trabalhadores do SUAS é instituído no advento daquela  
466 Conferência nacional de 2011, na VIII Conferência, na VII Conferência, desculpa. Então na V  
467 Conferência Nacional de 2005 o decálogo dos direitos, a gente registra essa introdução também,  
468 registramos, porque ele é importante, o decálogo é importante nesse tema, principalmente aí a qual  
469 contribui para a consolidação da agenda do trabalho e dos trabalhadores da Assistência Social então  
470 esse documento também ele foi extremamente importante. Ainda em 2005 teve início aí o debate da  
471 versão preliminar da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, que foi outra conquista por

472 mais que ela tenha sido apresentada pelo governo, porque foi o governo que apresentou uma  
473 proposta de Norma Operacional Básica e de Recursos Humanos, mas é uma conquista dos  
474 trabalhadores da área da Assistência Social. Então inicia em 2005 na IV Conferência também esse  
475 debate da Norma Operacional Básica, isso foi importante esse registro aqui no nosso histórico. A VI  
476 Conferência de 2007, ela já aponta aí, ela já coloca o tema aí da Política Nacional de Capacitação, mas  
477 já envolve a preocupação por princípios, éticos e políticos, éticos, políticos e profissionais, desculpa.  
478 Então já avança na discussão da ética, dos princípios éticos, enfim, políticos e profissionais. A VII de  
479 2009, ela já estabelece aí a criação de espaço de diálogo entre os trabalhadores da Rede  
480 Socioassistencial de âmbito governamental e não governamental, a fim de fortalecer as relações  
481 institucionais necessárias à consolidação do SUAS e a implementação da NOB/RH. Então já aponta  
482 também para a necessidade de articulação dos trabalhadores que compõem a rede privada com as  
483 unidades públicas, e no avanço do aprimoramento aí dessa discussão. E aí, não é gente, em 2009 nós  
484 tivemos a tipificação e a tipificação, ela tornou mais urgente, imperativo aí a construção desse nosso  
485 documento que está aqui colocado, que é a Política Nacional. E aí em 2011 a gente registra a LOAS, a  
486 alteração que ela teve, a Resolução 17 do Conselho Nacional, enfim, que em 2011 ainda culmina com  
487 a VIII Conferência, que uma das suas deliberações importantes na VIII Conferência que pauta a  
488 consolidação do sistema e a valorização dos trabalhadores do SUAS, uma delas foi implantada a  
489 gestão do trabalho, a partir, aí já avança nos princípios das diretrizes estabelecidas na Norma  
490 Operacional Básica de Recursos Humanos e com base em diagnóstico do número dos trabalhadores,  
491 registrado a relação da demanda do trabalho existente nos serviços, e a segunda constituir uma  
492 Política Nacional de Capacitação continuada. Então desde a primeira Conferência até a VIII  
493 Conferência o tema foi pautado e tratado. Então só agora que a gente consegue trazer então esse  
494 documento, essa versão aqui colocada na nossa pauta de hoje. Um outro item que está pautado é o  
495 balanço, nós também fizemos um balanço, achamos que era importante, não podemos ter uma  
496 proposta de uma Política Nacional, veja, uma Política Nacional que estabelece diretrizes, princípios e  
497 diretrizes para o Sistema Único de Assistência Social, na perspectiva da educação permanente, de  
498 instituímos de fato a educação permanente na área, sem termos um balanço das ações de  
499 capacitação e formação, que eram ofertadas pelos três entes federados, governo federal, pelos  
500 estados, pelos municípios, pelo Distrito Federal. Aqui a gente não detalha o que era de competência de  
501 cada ente ou que foi feito, aqui é um balanço que nos apontou que todo o processo de ações e de  
502 formação, e de capacitação na área da Assistência Social, eles tinham um caráter fragmentado e  
503 descontínuo, e, portanto, a sua inserção em um plano global de qualificação, ausência de uma  
504 perspectiva pedagógica, político-pedagógica, que serviços de orientação nacional às ações realizadas  
505 nos apontou fragilidade ou ausência de estudos sobre as reais necessidades de formação e  
506 capacitação, visando a qualificação da gestão e do provimento dos serviços e benefícios, nos apontou  
507 o fato de a execução de parte dos cursos haver sido outorgada às instituições selecionados em  
508 processo licitatórios em quais, e todos aqui sabem muito bem o que significa isso, o critério preço é  
509 determinante, e não a qualidade, e não outras questões técnicas que para nós são relevantes no  
510 processo de formação de trabalhadores e Conselheiros, gestores na nossa área. Redundando aí a  
511 prejuízo a qualidade dos serviços contratados. Então essa leitura que nós fizemos, esse balanço, ele

512 nos permitiu então indicar a necessidade de um novo formato de planejamento e oferta de ações de  
513 formação e capacitação, formar com esses que sejam capazes, que está aí colocado, orientar o  
514 planejamento e oferta das ações, centralizar capacidades relacionadas à realização de diagnóstico,  
515 fundar o planejamento institucional, sobre efetivos diagnósticos e de necessidade de formação para  
516 que, não é que as ações de formação atender de fato as necessidades dos trabalhadores, dos  
517 Conselheiros, e não algo de cima para baixo, vertical, sem reconhecer as especificidades, as  
518 particularidades, as diversidades que esse país tem. Então essa é uma questão importante, promover  
519 a oferta sistemática e contínua, não ações pontuais, mas que nós tivéssemos percursos formativos e  
520 que o trabalhador e o Conselheiro pudessem organizar, fazer a sua trilha nesse processo formativo,  
521 resgatando aí o protagonismo desses atores. De incluir o conjunto de (ininteligível) e agentes públicos  
522 envolvidos na gestão declarada e participativa e no provimento dos serviços e benefícios, de permitir o  
523 aprimoramento permanente por meio de monitoramento e avaliação. Então esse balanço nos  
524 permitiu pensar nos rumos desse documento que nós estamos aqui apresentando. Então rapidamente  
525 o público que nós chegamos então nessa versão final, é que os percursos formativos e ações de  
526 formação e capacitação, compreendidas no âmbito dessa política destina-se aos trabalhadores do  
527 SUAS com ensino fundamental, médio e superior, que atuam na Rede Socioassistencial Governamental  
528 e não governamental, assim como gestores e agentes de controle social no exercício de suas  
529 competências e atribuições, e responsabilidades. O objetivo geral dessa política é institucionalizar no  
530 âmbito do Sistema Único de Assistência Social a perspectiva político-pedagógica e a cultura da  
531 educação permanente, estabelecendo suas diretrizes e princípios, e definir os meios, mecanismos,  
532 instrumentos e arranjos institucionais necessários a sua operacionalização e perspectiva de ação. Os  
533 objetivos específicos para alcançarmos esse objetivo geral desenvolver junto aos trabalhadores e  
534 Conselheiros condições para que possam distinguir e fortalecer a centralidade dos direitos do cidadão  
535 no processo de gestão e no desenvolvimento das atenções em benefícios e serviços, desenvolver junto  
536 aos trabalhadores da área as competências e capacidades específicas e compartilhadas requeridas  
537 para a melhoria contínua da qualidade da gestão e da oferta do provimento de serviços e benefícios  
538 desenvolver junto aos Conselheiros as competências e capacidades requeridas para a melhoria  
539 contínua da qualidade do controle social e da gestão participativa do Sistema Único de Assistência  
540 Social, instituir mecanismos institucionais que permitam descentralizar para estados, municípios e  
541 Distrito Federal capacidades relacionadas ao planejamento, oferta e implementação das ações de  
542 formação e capacitação, instituir mecanismos institucionais que permitam a participação dos  
543 trabalhadores do SUAS, dos Conselheiros de Assistência Social e das instituições de ensino que formam  
544 a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente, os processos de formação e diagnóstico e  
545 necessidades, planejamento, implementação das ações de formação e capacitação; criar mecanismos  
546 que gerem aproximações entre as manifestações dos usuários, vejam, isso é importante demais, os  
547 usuários têm participado do processo de formação, inclusive dos trabalhadores. São só as  
548 manifestações que devem ser diagnosticadas para organizarmos aí os conteúdos e as ações de  
549 formação e capacitação para os nossos trabalhadores. Ofertar aos trabalhadores os percursos  
550 formativos e ações de formação e capacitação adequados às qualificado profissionais, requeridas pelo  
551 sistema, o SUAS também requer profissionais com determinadas expertises, capacidades para o

552 desenvolvimento e o aprimoramento da gestão e o provimento dos serviços e dos benefícios  
553 socioassistenciais. Então esse objetivo é importante também. Ofertar aos Conselheiros da Assistência  
554 Social percursos formativos e ações de formação adequadas às qualificações requeridas para ele  
555 exercer o exercício do controle social. E criar mecanismos, meios e mecanismos de ensino e  
556 aprendizagem que permitam aprendizado contínuo e permanente dos trabalhadores nos diferentes  
557 contextos e por meio da experiência no trabalho, isso é importante, o princípio da educação  
558 permanente nós vamos ver que ele traz com muita veemência a expertise, o acúmulo desse  
559 trabalhador, o saber construído no trabalho, então isso é importante a gente, também esse objetivo  
560 específico. E criar meios e mecanismos institucionais que permitam articular o universo do ensino,  
561 pesquisa, da extensão ao universo da gestão e do provimento dos serviços, benefícios de forma a  
562 contribuir para o desenvolvimento das competências necessárias à contínua e permanente melhoria  
563 da qualidade do Sistema Único de Assistência Social, e o último a consolidar referências teóricas,  
564 tecnologia e ético-político da Assistência Social a partir da aproximação entre a gestão, provimento,  
565 serviços e benefícios e instituições de ensino, pesquisa, extensão, potencializando a produção,  
566 sistematização e disseminação de conhecimento na área da Assistência Social. O outro item, o  
567 trabalho social, importante esse item, porque ele trata do trabalho, do controle social e da educação  
568 permanente no sistema. É um trabalho social que resulta de ação combinada, articulada, integrada  
569 que pauta a interdisciplinaridade no trabalho social desenvolvido pelas nossas equipes, pelo conjunto  
570 de profissionais que atuam no sistema, que constitui a principal medição entre a legislação que  
571 prescrevem aí os direitos socioassistenciais. Um trabalho social que é organizado em funções relativas  
572 à rede governamental e não governamental, orientado pelo reconhecimento dos direitos  
573 socioassistenciais, que nós estamos falando aqui das funções de gestão e da função de provimento.  
574 Nós vamos ver que na hora que pautarmos o controle social nós temos a função de controle social.  
575 Então vejam, são três funções importantes, e que nós organizamos em percursos formativos nesse  
576 documento, essas três grandes funções. Então organizar um processo formativo para os  
577 trabalhadores, ele tem que diferenciar aquela função que eu existo no âmbito da gestão, as funções  
578 que eu exerço enquanto controle social, ou a função que eu exerço no provimento, na execução dos  
579 serviços socioassistenciais. Então também esse trabalho, ele é realizado em contextos históricos,  
580 políticos, socioculturais diversos e com base nas relações sociais e subjetivas, e também importante  
581 nesse debate do trabalho social desenvolvido no nosso trabalho. É desenvolvido a partir de aportes  
582 teóricos, metodológicos, ninguém inventa roda na área da Assistência Social. Nós temos expertises,  
583 nós temos uma teoria que fundamenta a intervenção do Assistente Social, do psicológico, do  
584 Advogado, do antropólogo, das equipes de referências que compõem o sistema, que estão no âmbito  
585 da gestão, no âmbito do serviço, no âmbito da oferta dos benefícios. E de orientações éticas e técnicas  
586 originárias de projetos profissionais, isso é importante demais no trabalho hoje, poderíamos dar  
587 exemplos vários do que nós estamos falando aqui, mas que a gente trata em outro Fórum. E das  
588 prescrições formais e normativas do Sistema Único de Assistência Social. Em contraste a isso  
589 decorrente aí da transformação do mundo do trabalho e verifica-se, lógico que isso aqui, quando a  
590 gente pauta o trabalho a gente verifica que é uma intensa precarização, inclusive na Assistência  
591 Social. Claro que não é um privilégio da Assistência Social, o mundo do trabalho é muito mais amplo



592 em todas as políticas públicas, em todas as áreas nós temos essa situação. Então representando aí  
593 grande barreira a melhoria da qualidade do provimento dos serviços e benefícios pelo sistema e grave  
594 ameaça à efetivação da consolidação da Assistência Social como política pública, mas para isso como  
595 estratégia de superação dessa situação uma série de mecanismos políticos e institucionais, em  
596 resposta a essa precarização vem sendo implementada ou está em processo de construção, fruto de  
597 intervenção desse Conselho. A gente sabe muito bem, o Conselho Nacional tem sido superativo e  
598 proativo aí em prol dessas legislações, enfim, do controle social. E nós estamos acompanhando, um  
599 dos grandes avanços foi a alteração que nós tivemos na Lei Orgânica da Assistência Social no seu  
600 Artigo 6-E, que autorizam os entes federados a utilizar o cofinanciamento federal para contratação de  
601 servidores efetivos, nós estamos falando de servidores efetivos, concursados, para compor aí as  
602 equipes de referências dos serviços socioassistenciais. A estruturação da gestão do trabalho e da  
603 educação permanente, vale aqui fazer esse registro, porque nós temos no âmbito nacional a gestão do  
604 trabalho já instituída, todo um processo de fortalecimento das estruturas estaduais, com vários  
605 mecanismos outros que nós temos empreendido no âmbito do Ministério para que os estados tenham  
606 as suas equipes de referência, vários avanços já, inclusive estados como, por exemplo, Sergipe que me  
607 falou essa semana que já tem sala própria, já tem um núcleo, já tem equipe, enfim, nós estamos  
608 potencializando para que os estados tenham, para que os estados também possam apoiar os  
609 municípios a organizarem as suas equipes de referências da gestão do trabalho no âmbito desses  
610 municípios para que nós possamos aí avançar nessa construção. O reconhecimento das categorias  
611 profissionais, lembrem que a Resolução 17/2011 reconhece em 12 categorias de nível superior para o  
612 Sistema Único de Assistência Social, categorias profissionais para o atendimento, a provisão, serviços  
613 e benefícios, ela ratifica a NOB/RH, a Resolução, ela reconhece o avanço da NOB/RH, mas ela avança  
614 ao reconhecer também as categorias profissionais que podem compor o âmbito da gestão para  
615 atender as funções de gestão no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. E estamos em  
616 processo no Conselho ontem foi uma discussão ampla na Comissão de Política do reconhecimento das  
617 categorias profissionais de nível médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social. Então  
618 vejam, tem uma série de instrumentos que a gente poderia na política elencar vários, mas a gente  
619 achou que esse aqui são três que vão corroborar muito com esse processo aí da superação, da  
620 precarização na área da Assistência Social. O controle social disse a vocês que a política reafirma que  
621 os Conselhos normativos, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e execução de  
622 serviços, programas, projetos e benefícios, atribuições cujo exercício exige dos Conselheiros a  
623 mobilização de conhecimento. Vejam, normatizar, disciplinar, avaliar, vejam que tanto de, fiscalizar  
624 exige de nós expertise para exercer o controle social com a qualidade que requerem os Conselheiros de  
625 Assistência Social. Portanto, então a função de controle social, ela corresponde no âmbito dessa  
626 política a um percurso formativo, que vocês vão ver o destaque que ganha na política os Conselheiros  
627 da Assistência Social. A educação permanente, esse para mim é um dos itens que super importante  
628 nesse debate, contamos muito com a corroboração aqui da Professora Stela Ferreira de São Paulo,  
629 com a sua expertise nesse debate, se ela estivesse aqui ela estaria adorando tratar desse assunto aqui,  
630 porque é um assunto fruto de pesquisa, de mestrado, do doutorado que ela estava avançando e teve  
631 que parar o doutorado agora, que nós também tivemos a grata felicidade de tê-la agora, ela foi

632 convidada a assumir a Escola de Formação dos Trabalhadores do SUAS do município de São Paulo.  
633 Então ela deu agora uma parada no doutorado, mas volta depois, que ela estava aprofundando aí o  
634 diálogo do trabalho, da educação permanente na Assistência Social, mas ela pôde contribuir muito  
635 com esse documento aqui, reafirmando que a educação permanente não se refere apenas a processos  
636 de educação formal, mas ela amplia aí no sentido muito mais amplo dessa adoção aí reafirmando  
637 aquilo que está prescrito inclusive na NOB/RH. Ela já nos dá a diretriz da educação permanente, então  
638 vocês podem ver lá na NOB e está aí na política também os itens que estão lá colocados, focado aí na  
639 educação permanente do Sistema Único de Assistência Social. E também correlacionam também esses  
640 itens às diferentes dimensões em que estão, que precisam ser combinadas na implementação da  
641 educação permanente. A primeira é relacionada ao objetivo da adoção dessa perspectiva político-  
642 pedagógica que a Professora Joaquina vai tratar daqui a pouco, norteadora das ações de formação e  
643 capacitação, relacionadas às características intrínsecas da própria perspectiva político-pedagógica na  
644 educação permanente e relacionados ao contexto institucional e à configuração organizacional  
645 necessária a essa implementação. Aí eu vou passar então à Professora Joaquina, que vai tratar do  
646 item aí da perspectiva pedagógica, da educação permanente do SUAS.” A seguir, a Professora  
647 Joaquina Barata prosseguiu com a apresentação: “Antes de dar continuidade à apresentação, eu  
648 quero dizer de minha satisfação de ter integrado um GT tão sério instituído para contribuir na  
649 formulação dessa política. Eu vi o empenho de todos e todas em assegurar condições a menor mais  
650 atualizada e mais avançada qualificação dos trabalhadores do SUAS, com a perspectiva de socializar  
651 esses conteúdos com o usuário. É uma política necessária, se quer que o SUAS inaugure uma Proteção  
652 Social que se torne completa por atender duas dimensões, uma dimensão que atende às prioridades  
653 ontológicas do ser social, ou seja, as necessidades concretas, de pão, terra, trabalho educação,  
654 liberdade, justiça. A outra dimensão, a dimensão pedagógica, que inclui uma direção intelectual e  
655 ético-moral. O item que eu vou apresentar discorre sobre a perspectiva pedagógica da política,  
656 envolve duas assertivas e três princípios, uma assertiva, um conceito, primeiramente, antes de uma  
657 assertiva, que é o da educação permanente como um processo contínuo, óbvio, um processo contínuo  
658 de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho, dos  
659 agentes, a partir, claro, do movimento histórico que vai desatualizando conceitos, teorias. E a partir  
660 da afirmação de valores e princípios e ainda de novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e  
661 tecnológicos. É a primeira assertiva é a centralidade do processo de trabalho, claro que pode haver a  
662 mais solene proclamação como há uma solene proclamação dos direitos humanos, mas essas solenes  
663 proclamações não se concretizam em um processo de trabalho. Então é esse reconhecimento do  
664 processo de trabalho que vai dar concretude a todo o ideário da política de educação permanente,  
665 essa é uma assertiva, em consequência, o planejamento a oferta e implementação de ações de  
666 capacitação a informação devem responder as questões, claro que a proteção social trabalha no  
667 âmbito da questão social, então tem que responder a questão social, tem que responder as  
668 demandas, tem que responder aos problemas e dificuldades, que emergem no interior desse processo  
669 de trabalho, e das práticas profissionais desenvolvidas pelos trabalhadores. A educação permanente  
670 deve induzir nos trabalhadores e equipes um estado de permanente questionamento,  
671 problematização, reflexão, a cerca da pertinência da equação de seus processos de trabalho, e das

672 suas práticas profissionais, quanto ao reconhecimento dos usuários enquanto sujeitos de direito e  
673 pessoas capazes de agir para modificação da realidade, e quanto a integralidade dos contextos de  
674 vida, demandas e aspirações das populações com as quais os trabalhadores vão atuar, então essa  
675 ação educativa a ser orientada exige de todos os envolvidos, como já disse, uma postura crítica  
676 investigativa e propositiva a cerca das experiências vividas no cotidiano do trabalho social, se a  
677 educação permanente assegurar essas condições, nós vamos ter processos inéditos no interior do  
678 Governo Republicano no Brasil, o primeiro princípio é o princípio da interdisciplinaridade, claro que na  
679 expertise da educação permanente não vai caber hierarquias e fragmentações disciplinares dos  
680 conhecimentos e dos saberes, nenhum é superior a outro, nenhum está voltado para si mesmo,  
681 instituir um processo de ensino e aprendizagem de investigação e construção de saberes e  
682 conhecimentos calcados na valorização da interdisciplinaridade, o mundo caminha cada vez mais para  
683 essa integração de conhecimento, as universidades se reestruturam, detonaram os seus  
684 departamentos que dividiam o conhecimento, busca-se cada vez mais essa integração, e no processo  
685 de trabalho, claro que se reconhece a importância de saberes específicos de cada área, mas reconhece  
686 também a necessidade de que eles se complementem, e na possibilidade de construção de novos  
687 saberes e práticas, porque o saber não é estagnado, ele está sempre em processo de atualização e  
688 resignificação, então a interdisciplinaridade permite também ampliação da visão profissional,  
689 favorecendo maior aproximação das equipes profissionais, a integralidade das situações  
690 experimentadas por usuários e beneficiários do sistema, o segundo princípio é o da aprendizagem  
691 significativa, esse é um princípio pedagógico em grande debate no mundo inteiro, e por significativo  
692 compreende o processo de aprendizagem que se desenvolve pela interiorização de novos  
693 conhecimentos, habilidades e atitudes, esses três conceitos, conhecimentos, habilidades e atitudes, no  
694 quadro teórico da pedagogia representam competências profissionais a partir da mobilização dos  
695 saberes e experiências prévias do educando, então esse processo precisa ter significado para os  
696 trabalhadores do SUAS, se não tiver significado não tem eficácia, a mobilização da aprendizagem  
697 significativa depende, entre outras, de duas condições essenciais, ordem individual psicológica no  
698 plano subjetivo, que diz respeito a disposição do aluno quanto a ação de formação e capacitação, e a  
699 sua própria aprendizagem, e B, se refere a relevância para o trabalhador e conselheiro... Conselheiros,  
700 e agente, dos conteúdos e objetivos que orientam o processo de formação e capacitação, o segundo  
701 princípio é o princípio da historicidade, o que é isso? A adoção desse princípio permite que não se  
702 perca de vista, que o SUAS, e esta política, constituem-se e se inserem nos marcos de uma dada forma  
703 de sociedade, e de um determinado tipo de estado, então nós temos uma forma de sociedade e temos  
704 uma forma de relação social no campo produtivo, em todos os campos, e nós não podemos perder de  
705 vista isso, inclusive quais os limites dessa forma de sociedade, uma compreensão que permite manter  
706 sobre foco de análise e indagação as lógicas de funcionamento dessa sociedade, qual é a lógica de  
707 funcionamento de nossa sociedade? É uma lógica que produz e reproduz grande concentração de  
708 riqueza, e no seu outro polo com uma expansão da pobreza, dessa forma há possibilidade de melhor  
709 compreensão das possibilidades de afirmação positiva e realização material dos princípios contidos na  
710 (Ininteligível), o princípio da historicidade permite, por fim, a reclusa das abordagens puramente  
711 pragmáticas, fixadas estritamente na transmissão técnica instrumental, canônica, dogmática, do

712 conhecimento, exige que as ações de formação e capacitação para o SUAS abarquem questões  
713 filosófico-científicas e ético-políticas relacionadas aos princípios e fundamentos da análise do ser  
714 social e do projeto social que lhe confere tal identidade, por exemplo, o que confere a identidade do  
715 trabalhador, fazendo a mediação dessas questões com as de caráter técnico e operativo. E a segunda  
716 assertiva é desenvolver capacidades e competências requeridas pelo SUAS, como eu já disse, têm-se  
717 por competência o conjunto de conhecimentos, habilidades, e atitudes em conhecimentos entram  
718 teorias e habilidades entram técnicas, e atitudes entram em posturas éticas-políticas necessárias ao  
719 desempenho das funções e atribuições laborais de um trabalhador, visando ao alcance dos objetivos,  
720 princípios e diretrizes do SUAS, conhecimentos, habilidades e atitudes constituem, portanto, o tripé de  
721 capacidades que ao serem mobilizadas por um trabalhador para realização de atividades específicas  
722 conformarão sua competência profissional. Então a oportunidade de oferecer aos trabalhadores  
723 formação e capacitação que permita tanto a apreensão dos conhecimentos necessários a um  
724 desempenho qualificado de suas funções laborais, como a construção de conhecimentos novos,  
725 possibilidade de produção de novos conhecimentos, que permitam a melhoria contínua da qualidade  
726 do trabalho que realiza, e seu próprio desenvolvimento enquanto profissional, enquanto pessoa  
727 humana e enquanto cidadão, então nessa tridimensionalidade técnico, ética e política do conceito, o  
728 mundo exige cada vez mais qualificações, o mundo do trabalho exige cada vez mais postura ética, nós  
729 vemos todos os dias na mídia os escândalos por falta de posicionamentos éticos-políticos de alguns  
730 profissionais de alta titulação, de alta titulação, então é isso que nós queremos melhorar, se a  
731 educação permanente do SUAS conseguir isso, nós estamos caminhando para um futuro promissor de  
732 emancipação de todos nós”. A Conselheira Jane prosseguiu com a apresentação: “Bom dia a todos.  
733 Para mim é um prazer muito grande estar aqui hoje apresentando esse texto depois de várias reuniões  
734 que nós tivemos nesse GT, e eu gostaria muito de destacar duas situações, a primeira situação é  
735 assim, um comprometimento e a seriedade com que o GT trabalhou, a cada momento, a cada  
736 reunião, era um aprendizado contínuo, a interface entre a teoria que as professoras traziam, e a  
737 prática com que a gente tem na caminhada dentro da assistência social fez com que nossos debates  
738 fossem extremamente proveitosos, extremamente educativos, gostaria de agradecer a Secretaria-  
739 Executiva na pessoa da Dorinha e da equipe dela que também contribuíram extremamente para que a  
740 gente chegasse ao final desse trabalho, e destacar também o cuidado com que toda a equipe teve  
741 para que nesse documento nós conseguíssemos retratar, quando esse documento chegar lá na base,  
742 lá nos municípios, as pessoas poderem entender que essa política de educação permanente, ela é não  
743 é uma política de educação para trabalhadores governamentais, nem para trabalhadores não-  
744 governamentais, ela é uma política de educação permanente para todos os trabalhadores que  
745 compõem a rede socioassistencial do SUAS, e isso nós tivemos muitos... Muitas conversas, muitas  
746 discussões, para que nesse documento a gente conseguisse retratar isso, e as pessoas tivessem esse  
747 cuidado quando fossem pensar em qualquer processo formativo para esses trabalhadores. Bom, então  
748 agora o *modus operandi* que nós vamos... Propriamente dito, nas ações de formação, de capacitação,  
749 nós podemos ter uma educação presencial e uma educação à distância, ou uma educação mista com  
750 momentos presenciais e momentos com educação à distância, sendo que nós propusemos que todas  
751 as vezes que a educação fosse ser de média ou de longa duração, ela tivesse pelo menos 10% da sua

752 carga horária em encontros presenciais, e essas ações de formação serão sempre pautadas por  
753 percursos formativos, e que nós daremos ênfase a trilha de aprendizagem, o que seria essa trilha de  
754 aprendizagem? É aquilo que o trabalhador trás para SUAS das suas próprias conveniências,  
755 necessidades e aspirações profissionais, do próprio trabalhador, e as necessidades da organização  
756 onde ele atua, levando em consideração o desempenho profissional dele, as competências que ele já  
757 possui e as competências que ele precisa adquirir para executar a sua função, nesse contexto nós  
758 teremos uma diversificação muito grande em alternativas de formação e capacitação, até porque nós  
759 teremos vários públicos, várias pessoas que tem lá um ensino fundamental, nível fundamental, nível  
760 médio, nível superior, então nós precisamos pensar e olhar todos esses públicos de uma maneira  
761 especial e especializada, então esse percurso (Ininteligível) eles deverão estar acessíveis a todos esses  
762 públicos, diante dessa... É necessário, impreterivelmente necessário, que haja um diagnóstico dessas  
763 necessidades, até porque, em cima desses diagnósticos que as ações serão planejadas naquele  
764 determinado local, naquele determinado município, e nós temos é isso, percursos formativos, o José  
765 Crus até colocou bem, nós temos o primeiro percurso formativo que é para aqueles trabalhadores que  
766 atuam especificamente na gestão do SUAS, então eles vão atender as normativas já colocadas, e eles  
767 serão capacitados para fazer essa gestão do SUAS, teremos um outro percurso formativo, que são  
768 aqueles que preveem o provimento de serviço e benefícios socioassistenciais para aquelas pessoas que  
769 atuam diretamente na operacionalização e na execução dos serviços, e o outro percurso formativo,  
770 que é aquele do controle social do SUAS, que é especificamente para Conselheiros, que é para que eles  
771 possam fazer o controle social de uma forma assertiva e eficaz. Bom, nós temos lá... As atividades de  
772 informação, nós temos, essas três primeiras que nós temos ali, introdutória, atualização e técnica, elas  
773 serão ligadas diretamente a um núcleo de capacitação. Sim, o José Crus vai falar sobre esse item. Elas  
774 são ligadas diretamente a esse núcleo, a capacitação introdutória, ela prevê cursos de 20 a 40 horas,  
775 que ela vai promover o nivelamento das competências ou desenvolver competências específicas, esse  
776 tipo de capacitação é para qualquer nível de formação dos trabalhadores, então todos os  
777 trabalhadores passarão por esse nível de formação, nós teremos a capacitação de atualização, que ela  
778 prevê cursos de 40 à 100h, e não é Senhores, é 100h, está bem? Atualizar, e ele pretende atualizar e  
779 manter as competências necessárias as três funções que nós já falamos, de gestão, de serviços e de  
780 controle social, e ele também é aberto a qualquer nível de formação, temos a supervisão técnica, que  
781 ele é específico para apoiar e acompanhar as equipes de trabalho, os profissionais... Essa supervisão  
782 técnica está dentro da NOB/SUAS 2012, já está lá prevista na NOB/SUAS, obrigada pela lembrança. Os  
783 profissionais que serão supervisionados deverão estar sempre dentro de um grupo de trabalho, e ele é  
784 para estudo e reflexão a cerca dos problemas no trabalho e das práticas profissionais no cotidiano, e  
785 ele também prevê alternativas de solução para esses problemas, outro tipo de formação, esse  
786 especificamente esses outros quatro aí, são ligados ao Ministério de Educação, a formação técnica de  
787 nível médio, que ela vai ter... Prever cursos de no mínimo 1800h, trabalhadores que tenham o nível  
788 médio e as atividades de orientação social no SUAS, nós teremos a formação de em aperfeiçoamento,  
789 que é um curso de 180 horas, trabalhadores e Conselheiros de nível superior, trabalhadores de nível  
790 superior, teremos lá a especialização, que são cursos de 360 horas, e ele, para elaboração de pesquisa,  
791 geração de novas competências e também para trabalhadores de nível superior, o mestrado, ele, mais

792 ou menos, previsto em dois anos, esse serve a estudos aprofundados, elaboração de pesquisas  
793 direcionadas, e os trabalhadores e Conselheiros, também de nível superior, serão os impactados por  
794 esse curso, e nós temos aí, todos esses cursos, eles deverão necessariamente passar por... As pessoas  
795 passarão por esses cursos, eles serão certificados, todas as ações, os percursos formativos... Trilhados,  
796 as pessoas, depois que passarem por esse curso, eles vão ser considerados para aprovação funcional  
797 daquele trabalhador na carreira do SUAS, os percursos formativos pelos trabalhadores devem ser  
798 acompanhados e registrados desde o ingresso dele no SUAS, os certificados serão emitidos pela Rede  
799 Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, que já está com posse dentro do MDS, que  
800 já foram abertas as inscrições para essas instituições, e os certificados que não estejam de acordo com  
801 a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente serão validados pelos Núcleos de Educação  
802 Permanente do SUAS que o José Crus vai falar para vocês. Obrigada”. O Conselheiro José da Crus  
803 prosseguiu: “Então dando continuidade a esse nosso geogral combinado, nós vamos tratar então do  
804 item que vai tratar da configuração organizacional, vejamos, trouxemos toda a concepção de como a  
805 educação permanente... A sua concepção, como ela se... Agora vamos ver como ela se operacionaliza,  
806 a política também avança na configuração organizacional da educação permanente do SUAS, então  
807 por organização, organizacional deve ser compreendido conjunto de mecanismos, instrumentos e  
808 arranjos institucionais e organizativos relacionados ao planejamento, a operacionalização e  
809 efetivação da perspectiva político-pedagógica da educação permanente do Sistema Único da  
810 Assistência Social, então o item 9.1 vai tratar do planejamento e da oferta de ações de formação,  
811 então ele reafirma a necessidade de um planejamento com base na realização de diagnósticos de  
812 competência e necessidades de qualificação para a educação permanente, possibilitando que a  
813 descentralização de capacidades relacionada à realização de diagnósticos, ao planejamento e a oferta  
814 das ações de formação e capacitação, então é extramamente importante resgaratar aqui essa  
815 questão do planejamento democrático e participativo, incluindo, inclusive, que os usuários nem todo o  
816 processo, o item 9.2 vai tratar dos núcleos de educação permanente do SUAS, ele reafirma que os  
817 núcleos devem ser organizados de acordo com a capacidade dos entes federativos, na forma e  
818 instância colegiada, constituindo-se, in locu, privilegiado de centralização das competências, enfim,  
819 relacionadas à realização do diagnóstico de competência, a formatação e oferta, e implementação de  
820 ações de formação e capacitação, a participação social no processo de elaboração de diagnóstico, de  
821 necessidade de qualificação e no planejamento das ações de educação permanente, a interlocução, o  
822 diálogo e a cooperação entre os diferentes sujeitos dessa política, e a proposição de alternativas as  
823 equipes responsáveis pela gestão do trabalho nas três esferas de governo, aqui estão elencados aí  
824 todas as necessidades que estão colocadas que eu já disse, é isso aí, Dorinha? Volta um aí, não, pode  
825 passar. Aqui nós estamos reafirmando que... A importância que é a estruturação desses núcleos na  
826 implementação e efetivação da educação permanente do SUAS, evidenciadas pelas atividades nas  
827 quais poderão colaborar na problematização do saber e da experiência que resulta dos processos de  
828 implementação, da produção de conhecimento sobre os diferentes aspectos no trabalho, da  
829 elaboração de diagnóstico de necessidades, de qualificação dos trabalhadores, da organização de  
830 observatórias de práticas profissionais, a sistematização e experiência de gestão e provimento de  
831 serviços de ações de formação e capacitação realizadas, socialização e disseminação de informações,

832 *aí a gente reafirma o que já existe no âmbito dos municípios, jornados, seminários, enfim, os fóruns de*  
833 *práticas profissionais que já se realizam, também incluímos aí, inclusive fruto de um debate ontem na*  
834 *própria comissão, que esse (Ininteligível) também é responsável pela validação e certificação do*  
835 *processo de formação, e de capacitação das ações de capacitação e formação adquiridas*  
836 *externamente aos percursos formativos estabelecidos nessa política, então esse foi um amplo debate*  
837 *ontem inclusive na estruturação e responsabilidade desse núcleo. Aqui um outro item, e aí eu queria*  
838 *também cumprimentar aqui conosco, está presente aqui conosco, a Ana Maria, Coordenadora da*  
839 *SAGI, Coordenadora de formação da SAGI, é quem coordena inclusive a rede nacional de instituições*  
840 *de ensino superior, que compõem a nossa rede nacional de capacitação e educação permanente do*  
841 *SUAS, aqui também a gente trata da rede nacional, destacando o papel importante hoje das*  
842 *instituições públicas, privadas, das escolas de Governo, dos institutos federais, enfim, de todas as*  
843 *instituições de ensino que compõem hoje a nossa rede nacional de capacitação e educação*  
844 *permanente do sistema, e tudo aquilo que ela também pode vir a contribuir, desde a elaboração do*  
845 *diagnóstico de necessidade de qualificação, planejamento instrucional de ação de formação e*  
846 *capacitação, a estruturação dos observatórios de práticas, a estruturação dos núcleos, de núcleos de*  
847 *pesquisa dedicados a diferentes sistemas afetam ao Sistema Único da Assistência Social, a oferta e*  
848 *execução em parceria, ou sobre forma de relação contratual com os gestores do sistema, para*  
849 *execução das nossas ações que materializam de fato a educação permanente nos três níveis*  
850 *federativos, os tipos de ação de formação e capacitação, aí compreendidos nos percursos formativos*  
851 *estabelecidos por essa política, então, em razão dessa importância, também para implementação*  
852 *dessas políticas, das atividades que compõem desenvolver as (Ininteligível) vinculada a rede, devem*  
853 *ser chamadas aí a compor inclusive os núcleos de educação permanente do Sistema Único da*  
854 *Assistência Social, então essa é uma questão importante que vale ser destacada. O outro item trata*  
855 *das responsabilidades dos entes federados, como eu já disse no início, essas responsabilidades, desde*  
856 *as responsabilidades compartilhadas, como as responsabilidades específicas de cada município, de*  
857 *cada ente federativo, foram fruto de discussão na CIT, e pactuação na 108ª Reunião, aqui eu só*  
858 *destaco que a gente inclui nas responsabilidades do entes, além de reordenar, porque lembram o*  
859 *início da versão preliminar, nós tratávamos da questão de patamares formativos, e não de percursos*  
860 *formativos, então a gente foi reordenando, inclusive naquilo que foi pactuado, de Charlie, a equipe do*  
861 *(Ininteligível), a gente enquanto falava de patamares, nós já alteramos na responsabilidade dos entes*  
862 *para percursos formativos, e já fomos dando uma outra organização naquilo que foi pactuado, sem*  
863 *inserir aqui o pacto federativo, mas incluímos aquilo que surge nesse processo final, que é a instituição*  
864 *dos núcleos de educação permanente, na responsabilidade da reunião, está aqui a nossa Diretora*  
865 *Patrícia que vai estar aí na SAGI instituindo, em breve, não é Patrícia? O nosso núcleo nacional de*  
866 *educação permanente do SUAS, que tem uma responsabilidade de orientar, de apoiar os núcleos que*  
867 *vão ser estruturados e organizados no âmbito dos estados, do Distrito Federal, dos municípios,*  
868 *possibilidade de instituição de núcleos regionais, vejam, mais de um estado poder se organizar em*  
869 *núcleos regionais, mais de um município poder organizar núcleo local, regional, que a gente vem*  
870 *chamando aqui, quer ver, no âmbito do município eles podem... Os núcleos regionais de educação*  
871 *permanente, mais de um... Esse é um núcleo para mais de um município, podendo organizar em*

872 núcleos para atender de fatos as necessidades, as particularidades regionais, as diversidades, enfim,  
873 de pautar temas importantes para que nós possamos aprimorar a gestão do sistema, a qualidade da  
874 oferta do provimento de serviços e benefícios socio-assistenciais. O último item colocado aqui, enfim,  
875 no texto que os Senhores e Senhoras estão com ele em mãos, estão aí elencadas as responsabilidades,  
876 aquelas compartilhadas, que são de responsabilidade das três esferas de Governo, e aquelas  
877 específicas para cada ente federativo, o último item trata do monitoramento e avaliação, claro que o  
878 monitoramento das ações de formação e capacitação é realizado como parte do processo de  
879 implementação dessa política, tem por finalidade acompanhar a realização dos objetivos que estão  
880 previstos nesta política, visando adequações necessárias ao seu aprimoramento, e a política também  
881 foca nos sistemas, nos aplicativos que compõem a rede SUAS, que são instrumentos, são aplicativos  
882 que corroboram com o processo de monitoramento, de avaliação, de todos os percursos formativos  
883 que estão colocados aqui, estabelecidos nessa política, para que nós possamos ter aí monitoramento e  
884 avaliação deste instrumento e das ações, dos processos formativos, também segue nesse documento  
885 referências bibliográficas, é claro, toda a concepção está aqui colocada, que está incluída neste  
886 documento, tem uma referência, as normativas, legislações do próprio Ministério, do próprio  
887 Conselho, enfim, normativas, textos importantes que nos ajudaram na concepção da educação  
888 permanente, na perspectiva pedagógica da educação permanente, enfim, textos que nos... O quanto  
889 que corroboraram aí com esse grupo de trabalho para que nós pudéssemos chegar aqui, nessa data  
890 de hoje, a apresentação desse documento à este pleno. Quero agradecer em nome do grupo de  
891 trabalho, todos os Conselheiros, Conselheiras, enfim, meu nome, da Jane, não sei se posso, a indicação  
892 do nosso nome à compor esse grupo de trabalho, a coordenar esse processo, a responsabilidade que  
893 nos foi dada, dizer que está aí o documento, um documento que tem história, um documento que foi  
894 escrito a várias mãos, um documento que teve a contribuição e a participação de vários sujeitos que  
895 fazem da assistência social uma política pública de direito, um direito reclamável de todos os cidadãos  
896 que dela necessitarem, então queria muito agradecer, e a paciência dessa manhã inteira, da gente  
897 aqui falando, quase meio dia, enfim, mas foi importante, quero agradecer a Presidente, Luziele, a  
898 Vice-Presidente, Leila, que nos preside nessa data, nesse dia de hoje, a deferência do nosso nome para  
899 compor esse grupo, a responsabilidade que foi nos dada, e a oportunidade de apresentar a este pleno,  
900 nesta data, neste dia, eu, Professora Joaquina, a Jane, enfim, e todos os que integram esse grupo de  
901 trabalho, queria muito agradecer a oportunidade de a gente fazer esse diálogo no dia de hoje, para  
902 nós é muito importante, porque amanhã vem no relato da Comissão de Política, a apreciação que a  
903 Comissão teve e a minuta de resolução, para ser apreciada e aprovada pelos Senhores e Senhoras,  
904 então estamos aqui totalmente à disposição para esse diálogo, Professora Joaquina, a Professora  
905 Ester está chegando, a Professora Estela está chegando, caso seja necessário ainda alguma  
906 contribuição a esse documento, a esse texto, ainda há tempo, até amanhã para que esse Conselho  
907 possa, mais uma vez, assinar, na história da assistência social, aprovar mais um documento  
908 importante para os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social, seja ele da rede pública, seja  
909 ele da rede privada, mas que ele, para o trabalhador do Sistema Único da Assistência Social, então  
910 queria muito agradecer a todos, e nos colocamos à disposição aqui para o diálogo ainda que for  
911 necessário quanto a este documento, Senhora Presidente". A Vice-Presidenta parabenizou e



912 agradeceu pela apresentação, que se constituía em um avanço para a consolidação do SUAS. A  
913 Conselheira Patrícia falou sobre a SAGI, reestruturada para atendimento à formação dos  
914 trabalhadores do SUAS, e indicando sua equipe, altamente capacitada para esse atendimento e  
915 colocando-se à disposição para o que fosse preciso. A Vice-Presidenta destacou a importância desse  
916 contato com a SAGI, agradecendo pelo apoio recebido. O Conselheiro Ademar ressaltou a relevância  
917 do documento apresentado sobre a questão da educação aliada à Assistência Social, ressaltando a  
918 capacitação dos trabalhadores e a resposta positiva que isso teria na comunidade, relatando alguns  
919 exemplos da importância dessa qualificação. Observou que a discussão seria como criar estratégias  
920 para operacionalizar as afirmações colocadas, ademais de trabalhar mais o conceito de participação  
921 popular como parte do processo de mudanças e de ação de cidadania. Esclareceu que haviam sido  
922 informados recentemente desse curso à distância, com a Conselheira Jane colocando como poderiam  
923 trabalhar a questão operacional à distância ou presencial, com a Secretaria Geral da Presidência da  
924 República fazendo há alguns anos um curso de formação para Conselheiros à distância, e onde  
925 poderiam buscar elementos para incorporar a esses processos. O Conselheiro Anderson parabenizou  
926 pelo trabalho apresentado, discorrendo sobre a necessidade de qualidade nos serviços prestados ao  
927 usuário, com a capacitação devendo ser para os três níveis de esfera, citando o caso dos agentes  
928 penitenciários, que também deveriam ser qualificados. Encontrava que esse documento trazia  
929 diferença para o Conselho e para o Brasil, trazendo o atendimento do direito à Assistência Social, ao  
930 trabalho, à moradia, à saúde, e com o trabalhador tendo que ter a dignidade do direito,  
931 demonstrando que o SUAS era uma política de qualidade do serviço prestado aos cidadãos. A  
932 Conselheira Dóris cumprimentou pelo documento, sugerindo que trabalhasse com a linguagem  
933 inclusiva, o que já havia sido colocado na NOB/SUAS, usando-se o masculino para homens e o  
934 feminino para mulheres. Destacou que a educação permanente era um processo na crítica  
935 investigativa e propositiva, com o mesmo na linguagem inclusiva e sobre o que era preciso refletir,  
936 com essa correção ortográfica devendo ser feita no documento e nas demais ações. A Conselheira  
937 Margarida ponderou que esse documento vinha demonstrar o avanço ocorrido no respeito aos  
938 direitos dos trabalhadores da rede socioassistencial, trabalho que merecia reconhecimento e era mais  
939 um passo para a estruturação do SUAS. Indagou sobre a criação de um profissional de nível médio, e  
940 quem era esse profissional. O Conselheiro José da Cruz discorreu sobre o documento, o qual se  
941 constituía em um avanço, com os desafios colocados contribuindo para a sua efetivação. Observou  
942 que existiam algumas estratégias, citando o Capacita SUAS, que já estavam em consonância com os  
943 princípios e diretrizes colocados nesse documento, o qual ainda sofreria algumas alterações,  
944 discutindo-se em diferentes instâncias essa participação, com a realização de diversas atividades para  
945 disseminação o resultado dos processos formativos. Falou sobre a supervisão técnica, que havia sido  
946 objeto de um importante debate na CIT e no CNAS, e tratada como uma ação de capacitação,  
947 discorrendo como as mesmas seriam acompanhadas. Falou sobre os cursos, de formação técnica para  
948 trabalhadores de nível médio, com articulação com o MEC, inserindo no seu catálogo um curso  
949 técnico específico para Assistência Social, para o SUAS e que seria o curso de orientação social que  
950 estava sendo desenhado. Com relação ao levantado pela Conselheira Dóris, ponderou que o  
951 tratamento adequado seria aplicado, com atendimento à técnica legislativa do governo federal e

952 cujos documentos, principalmente do CNAS, deveriam contemplar. Com relação à fala do Conselheiro  
953 Anderson sobre a colocação de que a Política de Assistência Social era nova, esclareceu que não havia  
954 feito essa afirmação, mas sim que o SUAS era muito novo, tendo oitos anos de implantação,  
955 discorrendo sobre a história da Assistência Social. Concordava com o Conselheiro Ademar em se criar  
956 estratégias para materializar esses princípios, sendo importante a mobilização social nesse processo,  
957 com os usuários tendo que ser escutados e com participação efetiva. Questionou como ouviriam o  
958 usuário para atender às suas inquietações na sua participação no controle social no âmbito dos  
959 Conselhos, discorrendo como haviam discutido no GT para construir esse documento, devendo se  
960 pensar na operacionalização em todo o país. O Conselheiro José da Cruz ponderou que teriam que  
961 criar outros documentos para materializar essa aplicação e com a corresponsabilidade dos entes  
962 federativos. A Professora Joaquina ponderou que havia feito a mesma pergunta da Conselheira  
963 Margarida a respeito do técnico de ensino médio, discorrendo sobre a insuficiência das  
964 nomenclaturas atuais, com necessidade de redefinição de profissões, criação de profissões novas para  
965 atividades novas, inclusive no SUAS, o que esperavam que o Sistema realizasse. A Conselheira Jane  
966 observou que os desafios que teriam para a implantação dessa política seriam enormes, iniciando-se  
967 a partir da aprovação desse documento. Esclareceu que as práticas e as ações na área da Assistência  
968 Social não eram novas, mas sim o era a política de direito, discorrendo sobre os problemas que  
969 haviam pautado as ações da Assistência Social, sendo preciso ouvir o usuário, os trabalhadores para  
970 efetivar as ações da Assistência Social enquanto política de direito. A Vice-Presidenta observou que  
971 estavam dando mais um passo para a consolidação do SUAS de forma qualificada, reconhecendo a  
972 importância dos trabalhadores para essa consolidação. Agradeceu de forma especial ao GT, em nome  
973 do CNAS, o qual havia trabalhado arduamente nesse documento tão importante. **ENCERRAMENTO.** A  
974 Vice-Presidenta encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para retornarem às 14h.  
975 **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a Vice-Presidenta solicitou à Secretária-Executiva a verificação de  
976 quorum: Conselheiros Titulares e na Titularidade: Conselheira Clara Carolina de Sá; Conselheiro José  
977 Geraldo França Diniz; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci;  
978 Conselheira Leila Pizzato; Conselheiro Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda;  
979 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Conselheira Jane Pereira Clemente;  
980 Conselheira Margarida Munguba Cardoso. Conselheiros Suplentes: Conselheiro Fábio Moassab Bruni;  
981 Conselheiro Marcílio Ferrari; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Cláudia Faquinote;  
982 Conselheira Dóris Margareth de Jesus; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos; Conselheiro Tiago  
983 Barbosa Ferreira Cabral. A Vice-Presidenta passou ao **Item Trabalho Infantil**, tendo como convidados  
984 a SNAS, a SAGI, MTE e a Conselheira Margarida, que vinha representando o CNAS na Comissão  
985 Organizadora da Conferência Global. A seguir, chamou para compor a mesa a Secretária-Adjunta da  
986 SAGI, Sra. Paula Montagner; Sr. Arnaldo Soares de Oliveira, Auditor Fiscal do Trabalho; e Luiz  
987 Henrique; a Conselheira Margarida Munguba; a Sra. Nádia Márcia Correia Campos, representante da  
988 SNAS. A Sra. Paula Montagner informou que poderia providenciar cópia da apresentação para todos,  
989 passando a falar sobre o tema e sua situação no Brasil, considerado como um dos países que mais  
990 haviam avançado não apenas na discussão de política social, mas também na de trabalho infantil.  
991 Conforme o material em tela, falou sobre a definição de trabalho infantil utilizada no Brasil, as

992 diversas idades e o que era permitido ou não para cada faixa etária. Apresentou o percentual de  
993 crianças trabalhando em diferentes faixas etárias e como vinha se comportando ao longo dos anos,  
994 citando a fonte de dados utilizada. Discorreu sobre a influência da raça e do gênero no percentual de  
995 trabalho infantil, com aquelas de cor parda e preta com maior participação, incluindo, também,  
996 nesses dados a população indígena. A Sra. Paula Montagner falou sobre o trabalho infantil na área  
997 rural e na urbana e os atrasos que essas atividades produziam no rendimento e frequência escolar, o  
998 que deveria ser investigado mais profundamente. Observou que o trabalho infantil estava mais ligado  
999 à agricultura familiar, apesar de mostrar queda nessa ocupação, mas sendo preciso encontrar saídas  
1000 econômicas para essas famílias para que os filhos pudessem ter melhor situação, haja vista que  
1001 apenas o acesso à escola não resolveria esse problema. Falou sobre os dados apresentados pelo IBGE,  
1002 resultado de formulários preenchidos pela população e que traziam esses dados do trabalho infantil  
1003 em todo o país, assim como o Programa Bolsa Família e as crianças que podiam ou não receber esse  
1004 benefício, falando, também sobre as políticas do Brasil Carinhoso que vinham garantir que esse  
1005 rendimento chegasse nas crianças mais pobres para não haver o trabalho infantil. A Sra. Nádia, da  
1006 SNAS, passou a apresentar a proposta pré-aprovada na última CIT sobre o redesenho do Programa de  
1007 Erradicação do Trabalho Infantil, discorrendo sobre essa necessidade de alteração, para atender as  
1008 necessidades atuais e proteção social das famílias e das crianças e adolescentes em situação de  
1009 trabalho infantil. Falou sobre as propostas em tela e os eixos, indicando os parceiros para fazer os  
1010 acordos de intersetorialidade chegar ao município, mobilizando todo o país através de ações,  
1011 inclusive audiências públicas, comprometendo todos os gestores a erradicar o trabalho infantil. Citou  
1012 os procedimentos que seriam utilizados nessa ação, não limitando o serviço do PETI, em uma  
1013 construção a ser feita com várias mãos, considerando ser um compromisso federal, nomeando os  
1014 parceiros para que alcançasse seus objetivos e indicando as agendas que se realizariam sobre a  
1015 questão. Citou a realização da III Conferência Global do Trabalho Infantil, sendo de responsabilidade  
1016 do MDS a sua organização e cuja agenda repercutiria em todo o mundo. Reiterando a relevância do  
1017 PETI, informou a sua agenda no SUAS, com a realização de campanhas nacionais e estaduais com vista  
1018 a promover as mudanças culturais de aceitação do trabalho infantil, assim como a capacitação de  
1019 profissionais para tratar dessa questão. Indicou a proposta de atendimento nos municípios com maior  
1020 incidência de casos e que havia sido bem aceita na última CIT, os quais seriam ampliados anualmente,  
1021 chegando em 2016 com 78,5% de cobertura para erradicação do trabalho infantil. Falou sobre as  
1022 atribuições da União, estados e municípios com relação ao PETI, conforme o material em tela, a Rede  
1023 de Serviço da Assistência para efetivar essas ações e o comparativo entre os municípios brasileiros  
1024 com presença de trabalho infantil e os 296 municípios com maior incidência por porte, informação  
1025 que poderia repassar aos interessados. Concluindo, a Sra. Paula Montagner falou sobre a relação das  
1026 ocupações, o que precisaria ser trabalhado pela educação, os critérios de partilha e o monitoramento  
1027 do PETI, acompanhando todas as ações, desde a Busca Ativa até a inserção da criança e o adolescente  
1028 em outras atividades que não o trabalho infantil. O Representante do MTE, Sr. Leonardo, falou sobre  
1029 as competências do Ministério do Trabalho em relação à erradicação do trabalho infantil e sobre a  
1030 CONAETI, cuja Presidência cabia ao Ministério do Trabalho desde a sua criação. Passou a discorrer  
1031 sobre a luta dos diversos organismos para introduzir na constituição diversos temas, dentre os quais o

1032 trabalho infantil, adotando-se políticas públicas para sua erradicação. Indicou o trabalho realizado  
1033 pela OIT, que se relacionava inicialmente apenas com o MTE, o que atualmente havia se expandido,  
1034 mantendo contato com outros organismos. Falou sobre a filosofia triparte da OIT, com o Ministério  
1035 inovando na formação do Fórum Nacional e adotando esse tripartismo, e estabelecendo políticas de  
1036 fiscalização do trabalho infantil, apesar das dificuldades encontradas. Indicou, também, a criação de  
1037 outros espaços relevantes, com a CONAETI participando ativamente nessas ações. Passou a detalhar  
1038 as funções da Comissão, inclusive com a atualização da Lista TIP, das atividades perigosas, elaborada  
1039 com a ajuda de técnicos e especialistas, a atualização da legislação e a capacitação desses jovens e  
1040 sua inserção no mercado de trabalho, atendendo, também, a cota das pessoas com deficiência. O Sr.  
1041 Leonardo falou sobre os compromissos assumidos pelo governo brasileiro, os projetos realizados e  
1042 por realizar, no âmbito nacional e internacional. Falou sobre a fiscalização para a erradicação do  
1043 trabalho infantil, relatando as ações realizadas para o afastamento dessas crianças, o que abrangia a  
1044 participação de outros organismos, assim como os compromissos firmados nos municípios. Falou  
1045 sobre as dificuldades encontradas, havendo resistência em realizar essa fiscalização por não ser  
1046 considerada como competência, haja vista que a lei dizia que só teriam que fiscalizar emprego,  
1047 relatando como realizavam essa atividade. O Sr. Leonardo discorreu sobre os eventos mundiais  
1048 preparatórios para essa Conferência, indicando a preocupação dos países em conhecer as ações  
1049 realizadas pelo Brasil, que era muito respeitado por suas boas práticas. Relatou eventos que havia  
1050 participado e como o Brasil era considerado, o que lhe imputava uma grande responsabilidade tanto  
1051 interna como externa, servindo como exemplo para os demais países. A Secretária Paula justificou sua  
1052 retirada da reunião, deixando cópia da sua apresentação para ser distribuída a todos, colocando-se à  
1053 disposição para outras conversas. A seguir, o Sr. Luiz Henrique, do MTE, passou a apresentar os  
1054 números da fiscalização, com acompanhamento mensal dos resultados obtidos, o que poderia ser  
1055 acompanhado no site do Ministério, no Sistema de Informações sobre o Foco de Trabalho Infantil,  
1056 esclarecendo como o mesmo era alimentado. Discorreu sobre a queda que observavam no trabalho  
1057 infantil, encontrando cada vez menos eventos nas fiscalizações que realizavam, mas que, ao mesmo  
1058 tempo, era preciso sair mais a campo para identificar as situações existentes. O Sr. Luiz Henrique falou  
1059 sobre as operações conjuntas que os estados estavam realizando, usando os dados do Censo para ir  
1060 diretamente ao foco dos problemas e não perder tempo nessa busca. Concluindo, relatou as  
1061 atividades que estavam sendo realizadas para a preparação da Conferência, promovendo cinco  
1062 encontros regionais e onde a realidade seria discutida, com enfoque no trabalho infantil global, sendo  
1063 preparado um documento nacional com discussão dessa realidade. A Conselheira Margarida falou  
1064 sobre a participação do CNAS na Conferência, discorrendo sobre o trabalho que havia realizado nesse  
1065 campo da erradicação do trabalho infantil. Indicou a participação do CNAS na aprovação de  
1066 resoluções que regulariam a política de Assistência Social, sendo importante que ademais dessa  
1067 regulamentação, militassem na área, considerando ser o órgão de controle social. Indicou a  
1068 participação na organização da III Conferência Global em outubro, discorrendo sobre os encontros  
1069 regionais que seriam realizados e que culminariam com o Encontro Nacional em 21 e 22 de agosto e  
1070 cujos participantes seriam escolhidos nos encontros regionais, inclusive com a participação de  
1071 adolescentes. Indicou que a partir da elaboração do documento, o CNAS havia se comprometido a

1072 discutir com os demais Conselhos e os Conselheiros com as suas respectivas redes de debater esse  
1073 documento e apresentar propostas para o mesmo. Informou que o documento estaria pronto em  
1074 maio, com a Presidenta do CNAS colocando que os aportes para o documento nacional poderiam ser  
1075 viabilizado por webconferência. A Conselheira Margarida destacou a importância da presença dos  
1076 Conselhos Estaduais e Municipais, principalmente das capitais, nesses encontros regionais, indicando  
1077 o número de Delegados a ser escolhidos, juntamente com a participação de 193 países. Concluindo, a  
1078 Conselheira Margarida conclamou a todos para se engajarem nessa militância e contribuir com esse  
1079 processo. O Sr. Leonardo falou sobre a realização da Conferência, com espaço para 1500 pessoas, e  
1080 como seriam feitos os convites, esperando-se a participação de pelo menos 70% dos países.  
1081 Esclareceu que a Conferência não era deliberativa, com seu objetivo principal sendo revisitar o  
1082 documento produzido em 2010 por ocasião da II Conferência em Haia, resgatando a militância  
1083 mundial para a eliminação do trabalho infantil e o que fazer para acelerar esse processo, trocando as  
1084 boas práticas e possibilitar a correção de rumos. Indicou que a formação da Delegação seria  
1085 quadripartite, governo, trabalhador, empregador e Sociedade Civil, discorrendo sobre o porquê da  
1086 não participação de adolescente estrangeiro na Conferência, mas sim na plataforma virtual que  
1087 deveria estar no ar em maio e onde seriam aportados todos os documentos produzidos. O Sr.  
1088 Leonardo esclareceu que o Brasil custearia a vinda de quatro participantes dos 50 países mais pobres,  
1089 esclarecendo como isso seria feito. Informou a viabilização de um espaço para essa plataforma visual  
1090 que teria o nome Cidade Livre do Trabalho Infantil, com equipamentos ligados na rede mundial de  
1091 computadores possibilitando que os 27 adolescentes brasileiros, representantes de todos os  
1092 adolescentes mundiais, fizessem um espaço de discussão virtual durante a Conferência, ademais de  
1093 uma oficina no DF e onde os adolescentes ajudariam na preparação desse evento. Informou que no  
1094 dia 21 de março a OIT, com participação do MDS e MRE, sediaria um chamamento da Comunidade  
1095 Internacional de Empregadores e Trabalhadores para participação, considerando a baixa  
1096 representação desses segmentos na última conferência. Comunicou que a Conferência se ria realizada  
1097 no *Royal Tulip*, nos dias 8, 9e 10 de outubro de 2013, convidando a todos para darem sua  
1098 contribuição *hotsite* específico para esse evento. A Conselheira Jane manifestou sua satisfação com a  
1099 discussão desse tema por diversos organismos, tendo participado do Fórum Estadual de Erradicação  
1100 do Trabalho Infantil em Minas Gerais, discorrendo sobre sua atuação. Parabenizou as Instituições de  
1101 Assistência Social das Organizações de Assistência Social que trabalham com serviços de convivência e  
1102 fortalecimentos de vínculos, mas que também contemplavam programas de inserção dos  
1103 adolescentes ao mundo do trabalho, protegendo o adolescente e sua família. Indagou, com relação á  
1104 aprendizagem, se tinham o número de quantos adolescentes estavam dentro das instituições  
1105 envolvidas e se as mesmas estariam, além da inserção, promovendo a proteção e promoção social  
1106 para o adolescente e as famílias. A Conselheira Dóris observou o grande número de informações  
1107 repassadas, esclarecendo que no Paraná tinham um Fórum bem atuante sobre o tema, manifestando  
1108 satisfação com o aperfeiçoamento do PETI. Ponderou que a questão do trabalho infantil tinha a ver  
1109 com outras políticas, ressaltando que o trabalho dos meninos era mais visível que o das meninas. O  
1110 Conselheiro Anderson destacou que as apresentações haviam sido fundamentais, inclusive para a  
1111 Conferência, destacando que o trabalho infantil era provocado pela pobreza, o que deveria ser

1112 resolvido desde a ponta, com participação da Assistência e com outro trabalho que seria trazido pela  
1113 Conferência. Relatou as situações que havia presenciado, com todos devendo denunciar as situações  
1114 de abuso infantil, sendo preciso levar os dados apresentados para a ponta, municípios e Conselhos  
1115 Tutelares. Destacou a importância do CNAS em trazer essas informações para os Conselheiros, mas  
1116 que também era preciso levar para a ponta, municípios e Conselhos Tutelares. O Conselheiro  
1117 Anderson falou sobre a necessidade de sensibilizar os organismos e as empresas e colocar os jovens  
1118 aprendizes no mercado de trabalho, abrangendo, também os jovens presos, tendo esse olhar  
1119 socioeducativo. O Conselheiro José Crus concordou com a Conselheira Doris sobre o volume de  
1120 informações, com pauta para vários CNAS Informa, alcançando um grande número de Conselheiros,  
1121 gestores, etc. Dirigindo-se ao Sr. Leonardo, observou que havia gostado das experiências da Colômbia  
1122 e do Equador, indagando se estariam pensando em algo semelhante para o Brasil e se a questão da  
1123 intersectorialidade como estratégia de gestão no âmbito de município, estado e governo federal, os  
1124 objetivos seriam alcançados. Discorreu sobre a Assistência Social, que compunha o sistema de  
1125 proteção social e suas ações no acompanhamento das famílias com crianças e adolescentes em  
1126 situação de trabalho infantil. Observou a necessidade de intersectorialidade nessa área, mas não  
1127 sendo responsabilidade da Assistência Social, que compunha o sistema de proteção social, como as  
1128 demais políticas públicas, atendendo as várias vulnerabilidades em situação de risco social e pessoal  
1129 que enfrentavam famílias e indivíduos, inclusive o trabalho infantil na perspectiva da violação de  
1130 direito. Solicitou maiores dados sobre as experiências relatadas sobre Colômbia e Equador e se essas  
1131 estratégias poderiam ser aplicadas no Brasil. O Conselheiro José Geraldo manifestou sua preocupação  
1132 com relação à questão do orçamento, não conseguindo alcançar as metas colocadas nos organismos  
1133 que tratavam da área social, o que computava a um problema de metodologia do IBGE, mas que  
1134 havia sido corrigido, chegando-se mais perto desses objetivos. Observou haver uma forma de  
1135 trabalho infantil, que havia sido levantada, relacionada à cultura, à tradição e a empreendimentos  
1136 familiares, questionando se estavam trabalhando em uma transição do trabalho infantil que era  
1137 combatido para essa nova modalidade. O Conselheiro Edivaldo questionou se o exemplo citado era  
1138 em nível de mundo e a partir de quando o Brasil havia alcançado essa condição, haja vista a satisfação  
1139 se estar no caminho certo. Indagou se o Sr. Leonardo teria condições, nesse momento, de falar mais  
1140 sobre o menor aprendiz com deficiência e sobre o preparo dessa mão de obra. O Conselheiro Ademar  
1141 elogiou o trabalho realizado pelo MTE, tanto com relação ao trabalho escravo como ao trabalho  
1142 infantil. Falou sobre o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e o trabalho que realizava, ademais  
1143 das negociações que era preciso fazer com o governo com relação a questões já definidas em lei,  
1144 citando o PETI. Falou sobre as mudanças que estavam ocorrendo com relação ao trabalho infantil,  
1145 indagando se estariam percebendo algum movimento que permitisse observar como estariam  
1146 redimensionando as formas de exploração do trabalho humano. A Conselheira Cláudia falou sobre as  
1147 atividades que desempenhava, destacando o grande avanço observado no enfrentamento da situação  
1148 de trabalho infantil, indicando as entidades que participavam desse processo e os dados existentes.  
1149 Observou que outros dados poderiam ser somados aos de outros interlocutores. Informou que esse  
1150 era um ano de conferência global, onde poderiam promover articulações com grandes eventos  
1151 internacionais sediados pelo Brasil, com a exploração sexual e trabalho infantil sendo um dos

1152 principais temas da pauta no enfrentamento de situações de violação de direitos. Indagou em que  
1153 medida existia alguma interface ou se não seria possível pensar nesse momento, mas que os eventos  
1154 e os desafios estavam próximos, tanto para os órgãos federativos e a gestão, como também para todo  
1155 o trabalho realizado pelas entidades, pela rede complementar. A Vice-Presidenta ressaltou a  
1156 importância de ter na pauta da reunião anterior a aproximação dessa gestão do CNAS na atualização  
1157 dos dados em relação ao trabalho infantil e sua preocupação com o PETI. Ponderou que apesar do  
1158 grande volume de dados, tinham o grande desafio de se debruçarem sobre essa matéria,  
1159 aprofundando seus conhecimentos para poderem deliberar melhor sobre os assuntos de sua  
1160 competência. Encontrou muito interessante a configuração proposta para o PETI, citando as figuras  
1161 que ainda permaneceriam e que eram importantes. Informou que quando havia sido representante  
1162 do CNAS na Comissão Organizadora, havia ficado bastante preocupada com os dados apresentados  
1163 sobre o número de crianças e adolescentes em trabalho infantil e os erradicados, indagando quais  
1164 eram esses números atualmente. O Sr. Leonardo falou existir um sistema com um Cadastro Nacional  
1165 de Aprendizagem, com participação de entidades sem fins lucrativos, as escolas técnicas e o Sistema  
1166 S, ficando habilitadas para realizarem esses programas. Observou que não poderiam falar em menor  
1167 aprendiz, de 14 a 24 anos, podendo-se falar em jovens, e com a pessoa com deficiência não havendo  
1168 limite máximo de idade, esclarecendo essa situação e cujos dados poderiam ser disponibilizados em  
1169 outra oportunidade. Com relação ao colocado pela Conselheira Dóris que o trabalho das meninas era  
1170 invisível, isso não ocorria, mas que era mais difícil de detectar, sendo que era mais fácil encontrar  
1171 meninos que meninas, discorrendo sobre essa situação. Indicou o colocado sobre a alteração da face  
1172 do trabalho infantil e se havia estratégias para isso, o que buscavam no redesenho do PETI, citando  
1173 algumas situações. Ponderou que havia que trocar as experiências nacionais e internacionais, apesar  
1174 de o Brasil estar à frente nessas situações, citando exemplos adotados no trabalho doméstico.  
1175 Ressaltou a importância dos pontos levantados pelo Conselheiro Anderson, estando em discussão na  
1176 CONAETI. Com relação ao questionado pelo Conselheiro José da Crus, sobre a experiência de  
1177 território livre do trabalho infantil, informou que estavam tomando maior contato atualmente, com  
1178 um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho do Equador, estando pautada uma  
1179 visita para conhecer melhor esse projeto e em cuja apresentação não havia ficado clara a existência  
1180 de um selo de certificação. Que posteriormente, fariam uma discussão na CONAETI e outros  
1181 organismos e ver o que poderia ser adaptado, com a Colômbia reproduzindo esse processo, que seria  
1182 trazido para a Conferência, mas que por enquanto não era uma questão institucional, ainda em  
1183 análise. Informou que um procedimento semelhante estava sendo desenhado pelo Ministério Público  
1184 do Trabalho, esclarecendo como seria esse procedimento. O Sr. Leonardo lembrou a meta Brasil de  
1185 2015 de acabar com as piores formas, coincidindo com o fim do mandato dos atuais Prefeitos, o que  
1186 seria uma boa oportunidade de efetivarem esse procedimento. Com relação ao orçamento,  
1187 concordou com as colocações, sendo difícil a execução, mas que atualmente haviam avançado muito  
1188 nesse sentido. Informou a dificuldade existente para a inserção de pessoas com deficiência no  
1189 mercado, sendo alegada a falta de qualificação, falando sobre as situações que ocorriam. Citou a  
1190 preocupação do MTE com relação às cotas de aprendizagem e de pessoa com deficiência e que não se  
1191 comunicavam, relatando o projeto piloto que o Ministério estava expandindo e que tratava da

1192 inserção da pessoa com deficiência através da aprendizagem e os resultados bem sucedidos. Falou  
1193 sobre a acessibilidade, com as empresas tendo que ofertas condições para esse segmento. Relatou a  
1194 preocupação com movimentos extra-Conferência, mas mapeando o que estava acontecendo em  
1195 vários lugares, especificamente na América Latina. Quando à relação de quando o Brasil havia sido  
1196 referência, informou que estavam mapeando algumas atividades, com ajuda do MRE, com o  
1197 movimento de adolescentes que queriam trabalhar por vantagens econômicas, o que também era  
1198 observado no Equador, com os mesmos querendo participar da Conferência para expor sua visão, o  
1199 que com certeza seria feito nas discussões na plataforma virtual. O Sr. Leonardo falou sobre os  
1200 procedimentos que haviam marcado positivamente as ações no país, o Relatório Global da OIT sobre  
1201 o trabalho infantil e quando havia passado de país receptor para financiador da erradicação do  
1202 trabalho infantil no mundo, indicando os aportes feitos. Informou que tinham pedidos de cooperação  
1203 técnica de diversos países, que queriam conhecer as práticas e adotar essas práticas em outros tipos  
1204 de temas, principalmente essa questão de trabalhar em rede, o que havia acontecido com o Equador,  
1205 após conhecer as técnicas do Brasil. Esclareceu que a interlocução com o Fórum Nacional de  
1206 Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil com relação ao trabalho infantil era permanente, mas  
1207 sendo em primeiro lugar no Ministério, participando da CONAETI, relatando, também a participação  
1208 menos efetiva do Fórum DCA. Indicou que a preocupação com grandes eventos era de todos, não só  
1209 do MTE, existindo um grupo específico para criança e adolescente, coordenado pela SDH, e do qual  
1210 faziam parte o NMDS e o MTE, falando principalmente sobre a Copa do Mundo e as ações que  
1211 poderia realizar. Informou que o tema para a OIT em 2014 era o trabalho infantil doméstico, mas  
1212 considerando as dificuldades em entrar nas casa, haviam definido, independente da Organização, que  
1213 o tema seria Copa, com cartão vermelho para o trabalho infantil. Falou sobre a preocupação com o  
1214 trabalho decente, tendo iniciado com a Copa e abrangendo grandes eventos, como a Jornada Mundial  
1215 da Juventude, Copa das Confederações, Olimpíada e outros mais. Com relação ao questionamento da  
1216 Vice-Presidente, informou que os números apresentados, tanto pela Sra. Paula como pela Sra. Isa,  
1217 eram corretos, apenas diferindo quando da apresentação pelo IBGE e como esses dados eram  
1218 tratados. A Sra. Nádia esclareceu o percentual do trabalho infantil de meninos e meninas,  
1219 concordando com a Conselheira Dóris que o trabalho de meninas não era contabilizado, mas o que  
1220 poderia ser melhor visualizado, considerando o tema sobre o trabalho doméstico a ser tratado nesse  
1221 ano. Ressaltou a situação ocorrida na Bahia, com as campanhas tendo grande alcance nos grandes  
1222 eventos, focando-se o trabalho doméstico e o tráfico e exploração sexual. Destacou a importância das  
1223 colocações do Conselheiro José da Cruz sobre o foco da Assistência e da intersectorialidade, com o  
1224 PETI estando na LOAS como um programa de caráter intersectorial no âmbito do SUAS. Observou que  
1225 tinham que destacar os serviços nas capacitações através do Capacita SUAS, para que o foco da  
1226 proteção social à criança e adolescente e à sua família, oriundos do trabalho infantil pudessem cada  
1227 vez mais ser possam cada vez mais ser estabelecidas dentro do SUAS. Falou sobre o papel da  
1228 Assistência no município, onde acabava ficando com esse papel de intersectorialidade, mas com seu  
1229 objetivo sendo fato a Assistência Social. A respeito do orçamento, falou sobre a preocupação com  
1230 relação aos grandes eventos, e como esse trabalho deveria ser realizado, promovendo a participação  
1231 de todos. Esclareceu que as COMPETIs haviam sido incorporadas, discorrendo sobre o redesenho do



1232 PETI que chegavam como manifestação da Sociedade Civil em relação ao trabalho infantil. A Vice-  
1233 Presidenta agradeceu aos palestrantes, destacando o importante tema tratado e que era apenas o  
1234 começo, haja vista que o trabalho infantil estava na pauta da Comissão de Política, tema que cada vez  
1235 mais aprofundariam, considerando a Conferência Global. O Sr. Leonardo agradeceu pela  
1236 oportunidade, convidando a todos que militassem e participassem ativamente na Conferência, para  
1237 fazer um grande evento. **Item Relato da Comissão de Financiamento, pela Conselheira Dóris:**  
1238 *“Memória, Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Março de*  
1239 *2013. Reunião 002/2013. Data 11/03/2013. Local: Esplanada dos Ministérios, bloco A, 3º andar sala*  
1240 *304. Conselheiros e Conselheiras presentes: Volmir Raimondi, Coordenador; Ademar Bertucci,*  
1241 *Coordenador Adjunto; Clara Carolina de Sá; Dóris Margareth de Jesus; Fábio Moassab Bruni; José*  
1242 *Geraldo França Diniz; Marcilio Marquesini Ferrari. Secretária-Executiva do CNAS: Maria das Mercês*  
1243 *Avelino de Carvalho; Jamile Calado; Mirelle Dantas; Suzane Gonçalves; e Talita Eleto. I. Relatório final*  
1244 *da execução orçamentária e financeira da ação 8249. Funcionamento dos Conselheiros, exercício 2012.*  
1245 *A Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social, Maria das Mercês Avelino de*  
1246 *Carvalho, apresentou o relatório final da execução orçamentária e financeira da ação 8249.*  
1247 *Funcionamento dos Conselhos, exercício 2012, e destacou os seguintes pontos: Com relação ao*  
1248 *orçamento aprovado a lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Lei Orçamentária Anual, aprovou para*  
1249 *a ação 8249 funcionamento dos Conselhos de Assistência Social o orçamento de R\$11.038.188,00. No*  
1250 *que tange a execução orçamentária e financeira, o quadro em anexo, anexo I, demonstra os*  
1251 *percentuais de execução da ação 8249 relativos ao exercício de 2012. 1.1 - Das Reuniões. Para cumprir*  
1252 *sua função institucional de controle social em 2012 o CNAS realizou: 11 reuniões ordinárias, incluindo*  
1253 *as reuniões mensais das quatro Comissões Permanentes: Comissão de Acompanhamento aos*  
1254 *Conselhos de Assistência Social; Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social;*  
1255 *Comissão de Normas e Comissão de Política; E as reuniões plenárias, das quais, sendo duas de caráter*  
1256 *ampliado e descentralizado, em Manaus – Amazonas, no mês de abril; e em Vitória no mês de*  
1257 *novembro, contando com a participação de Conselheiros, gestores e trabalhadores municipais,*  
1258 *estaduais e do DF, usuários e entidades não governamentais. Foi instituída a Comissão Eleitoral com o*  
1259 *objetivo de instalar o processo eleitoral dos representantes da Sociedade Civil para a gestão*  
1260 *2012/2014 no CNAS. Resolução CNAS nº 05/2012: Institui a Comissão Eleitoral para o processo de*  
1261 *escolha dos representantes da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Assistência Social, gestão*  
1262 *2012/2014. E a resolução CNAS nº 28/2012: institui a Comissão Eleitoral de que trata o artigo 2º da*  
1263 *resolução CNAS nº 27 para o processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil no Conselho*  
1264 *Nacional de Assistência Social, gestão 2012/2014 para uma vaga como representante do segmento*  
1265 *das entidades e organizações de Assistência Social, na condição de 3º suplente. Foi instituído um*  
1266 *grupo de trabalho, GT, para sistematizar a política nacional de capacitação e educação permanente*  
1267 *do SUAS, Resolução CNAS nº 19/2012. Institui um grupo de trabalho com o objetivo sistematizar o*  
1268 *texto a Política Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS, alterada pela Resolução*  
1269 *CNAS nº 29/2012. Foi instituída conforme a determinação do regimento interno a Comissão de*  
1270 *Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, Resolução CNAS nº 23/2012: Compõe a*  
1271 *Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda da Comissão Nacional de*

1272 *Assistência Social na forma do artigo 2º da Resolução CNAS nº 15, de 24 de maio de 2011. Foram*  
1273 *realizadas duas reuniões com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e o CAS/DF de Assistência*  
1274 *Social DF dias 09/03 e 19/10 em Brasília, sendo pauta das referidas reuniões, dentre outros assuntos,*  
1275 *o funcionamento e a atuação dos Conselhos, e apresentação da nova gestão do CNAS, a sua agenda*  
1276 *temática para o biênio 2012/2014, matéria de seu plano de ação. O PI referente às diárias teve uma*  
1277 *execução de 72%, é plano de investimento, não é? Plano interno, o Plano interno referente às diárias*  
1278 *teve uma execução de 72%, enquanto que o plano interno referente às passagens aéreas teve uma*  
1279 *execução de 36%, considerando um limite financeiro disponibilizado. 1.2 - Dos Contratos. Foi*  
1280 *prorrogada a vigência do contrato administrativo nº 06/2006 em caráter excepcional com a empresa*  
1281 *A Accrew Emily Traduções LTDA. A empresa prestou serviços de acompanhamento e registros de*  
1282 *reuniões com gravação e degravação, conforme consta no termo de referência no processo*  
1283 *71000.008118/200628. Para o período de 9/10/2011 a 08/10/2012. Foi prorrogada a vigência do*  
1284 *contrato administrativo nº 18 de 2009 com a empresa Instituto Brasileiro de Educação e Gestão*  
1285 *Ambiental, IBEG, a empresa prestará serviços de intérprete de língua brasileira de sinais, libras,*  
1286 *conforme consta no termo de referência do processo nº 71010.007525.2008-61. A execução dos*  
1287 *planos internos, serviço de libras e taquigrafia, se dá em conformidade com a necessidade de*  
1288 *utilização do serviço dentro do prazo de vigência do contrato empresas licitadas com o CNAS.*  
1289 *Ressalta-se que foi contratada a empresa especializada para prestar serviços de acompanhamento e*  
1290 *registros de reuniões com a gravação e degravação, taquigrafia e acompanhamento técnico de som,*  
1291 *com a empresa Realy Eventos Ltda, conforme consta no contrato administrativo nº 59/2012, com*  
1292 *vigência de doze meses assinado no dia 26/11/2012, Processo administrativo nº 71010000543-2011-*  
1293 *17. 1.3 Demais Planos Internos. O PI de investimento, equipamentos e material permanente no valor*  
1294 *de R\$100.000,00 foi utilizado para aquisição do novo mobiliário para o CNAS, a dotação prevista no*  
1295 *plano interno, digitalização no valor R\$6.891.910,00 foi remanejado em atendimento à solicitação da*  
1296 *Secretaria Nacional de Assistência Social, com vista a suplementação de créditos do Programa Bolsa*  
1297 *Família, com a garantia que quando da finalização do processo de digitalização o recurso seria*  
1298 *empenhado para tal fim. Cabe esclarecer que recursos de outras ações orçamentárias do MDS*  
1299 *também foram remanejados para atendimento dessa finalidade. Em e-mail datado 04/03/2013 da*  
1300 *Assessora da SNAS foi informado que setembro/outubro do ano passado, após uma reunião de*  
1301 *secretariado do MDS foi solicitado que as Secretarias oferecessem dotações para reajuste do*  
1302 *Programa Bolsa Família, da ação do CNAS foram oferecidos 8 milhões. Foi criado o projeto de lei nº*  
1303 *54/2012, o qual não foi concluído no Congresso, posteriormente por meio de Decreto nº 10 de*  
1304 *13/12/2012 o valor de R\$1.103.818,00 foi o que efetivamente foi abatido da ação do CNAS. E em*  
1305 *27/12/2012 por meio da Medida Provisória nº 598 a Presidência aprovou R\$33.333,00 de créditos*  
1306 *extraordinários como antecipação da LOA 2013, em virtude do atraso na aprovação da LOA 2013 pelo*  
1307 *Congresso. Contudo, tal valor foi bloqueado por tal Medida Provisória tem sido considerada*  
1308 *inconstitucional. Ressaltamos ainda que o serviço de higienização e digitalização do acervo processual*  
1309 *do CNAS, do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social –*  
1310 *DRSP, e o Fundo Nacional de Assistência Social, deverá ser realizado em 2013. O termo de referência*  
1311 *encontra-se para análise da CONJUR/MDS. O PI, impressão e encadernação material instrucional*

1312 destina-se à republicação da cartilha 1 Orientação acerca dos conceitos e do controle social de política  
1313 pública da assistência social; da cartilha 2 implicações do SUAS e da gestão descentralizada da  
1314 atuação dos Conselhos de Assistência Social; e publicação da cartilha 3, que tratará do controle social  
1315 dos Conselhos a inscrição das entidades de assistência social. A revisão das cartilhas 1 e 2 e a  
1316 elaboração da cartilha 3 foi realizada por meio do projeto BRA04046, tendo seu pagamento efetuado  
1317 pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento, PNUD. O contrato tem vigência de  
1318 24/08/2012 a 31/12/2012, e os produtos devem ser publicados no ano de 2013. 1.4 - Execução Final  
1319 da Ação 8249, exercício 2012. Assim a dotação final do CNAS em 2012 teve a seguinte dinâmica: a  
1320 dotação inicial - R\$11.038.188,00; menos dotação concedida ao Bolsa Família - R\$1.103.818,00; mais  
1321 os créditos extraordinários da Medida Provisória 598/2012 - R\$33.333,00. Encaminhamentos: a  
1322 Comissão de Financiamento e Orçamento sugere à Plenária: Reforçar junto ao MDS a importância da  
1323 digitalização dos processos do CNAS; aprovar a dotação final da execução orçamentária e financeira  
1324 da ação 8249, funcionamento dos Conselhos exercício 2012. II. Agendas transversais do Plano  
1325 Plurianual - PPA 2012/2015. Em cumprimento à deliberação plenária do mês de fevereiro a Comissão  
1326 retomou a discussão das agendas transversais do Plano Plurianual - PPA 2012/2015, com vistas à  
1327 elaborações de contribuições a serem enviadas à Secretaria-Geral da Presidência da República. As  
1328 agendas transversais serão o principal instrumento orientador do monitoramento do PPA a ser  
1329 realizado periodicamente pelo Fórum Interconselhos. Foi feita a leitura do documento, agenda  
1330 transversais, no qual foram estudados os eixos temáticos, os objetivos e as metas relacionadas ao  
1331 programa 2037 Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, e ao programa 2019  
1332 Bolsa Família. Encaminhamento: a Comissão de Financiamentos sugere à Plenária, encaminhar  
1333 respostas à Secretaria-Geral da Presidência da República; priorizar o monitoramento as metas  
1334 relativas ao Bolsa Família e serviço de Assistência Social; e reconhecer e apoiar as iniciativas das  
1335 agendas transversais. III. Demanda do CEAS Conselho Estadual de Assistência Social de Santa  
1336 Catarina. A Comissão retomou a discussão a respeito da demanda CEAS Santa Catarina acerca da  
1337 análise e reprovação da proposta orçamentária da Assistência Social apresentada pelo gestor  
1338 estadual para exercício de 2013. Conforme deliberação plenária de fevereiro foi feita a consulta à  
1339 CONJUR/MDS, na qual solicitou orientação quanto a não apresentação da proposta orçamentária pelo  
1340 gestor da Assistência Social aos Conselhos da Assistência Social, bem como no caso de reprovação do  
1341 orçamento da Assistência Social por parte dos Conselhos de Assistência Social. Em resposta à consulta  
1342 o parecer nº 0072/2013 CONJUR/MDS, CGU, AGU procedeu à análise jurídica. Foi lido o referido  
1343 parecer e após as devidas considerações foram indicados os argumentos a fundamentarem a resposta  
1344 ao CEAS Santa Catarina. Encaminhamentos: A Comissão de Financiamentos sugere à plenária: frisar  
1345 na resposta ao ofício nº 2 CEAS Santa Catarina à LOAS, as Resoluções do CNAS, no que tange a  
1346 competência dos Conselhos de Assistência Social sobre matéria orçamentária e financeira e o parecer  
1347 72/2013 da CONJUR/MDS; reiterar a produção solicitação do Plano de Providências do estado de  
1348 Santa Catarina junto à SNAS e anexar a resposta aos CEAS de Santa Catarina com cópia gestor  
1349 estadual. E recomendar aos CEAS Santa Catarina acionar o Ministério Público para tratar os assuntos  
1350 e colocando à disposição para participar da reunião conjunta entre o CNAS, CEAS e Ministério Público.  
1351 A análise do relatório da execução orçamentária e financeira... Não, mas o meu não está assim. Ah,

1352 *desculpe, 4.0. Definição da pauta de abril de 2013. Análise do relatório da execução orçamentária e*  
1353 *financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, exercício 2013, primeiro semestre, relatório*  
1354 *trimestral - LOAS artigo 19 item VII; Revisão e orientação do manual Orientador dos Conselhos da*  
1355 *assistência social sobre matéria orçamentária e financeira e plano de ação da Comissão de*  
1356 *Financiamento o Orçamento da Assistência Social. Volmir Raimondi, Coordenador da Comissão de*  
1357 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social”. O Conselheiro José Araújo, com relação ao ponto*  
1358 *1.1. onde dizia “Foi instituída conforme determinação do regimento interno da Comissão de*  
1359 *Acompanhamento.”, sugeriu ficasse “foi composta”, sugestão acatada pelo Pleno. A Vice-Presidenta*  
1360 *prosseguiu com os pontos 1.2, 1.3, 1.4, sem nenhuma consideração O Conselheiro Edivaldo alertou*  
1361 *que evitassem colocar as siglas diretamente, mas que ao menos aparecessem por extenso na primeira*  
1362 *vez, o que foi acatado pelo Conselheiro Volmir. Com relação ao Item 3, demandas do CEAS Santa*  
1363 *Catarina, O Conselheiro José Araújo solicitou uma cópia do parecer da CONJUR, com o Conselheiro*  
1364 *Volmir esclarecendo que poderia ser distribuída para todos os Conselheiros, podendo ser lida ao final*  
1365 *da aprovação do Relatório. O Conselheiro Tiago indicou o encaminhamento dado, ponderando que o*  
1366 *resultado final sobre o orçamento era definido na Câmara ou na Assembléia, não importando o*  
1367 *percentual que colocassem no documento. Questionou o encaminhamento feito, com relação a uma*  
1368 *consulta do CEAS Santa Catarina ao CNAS, que remetia para análise do Ministério Público, mas com o*  
1369 *Conselho sendo um órgão gestor da política pública, questionando que esse encaminhamento não*  
1370 *resolveria a questão. Que deveria ser debatido o assunto e dar autonomia do CNAS para enfrentar*  
1371 *essa matéria. O Conselheiro Volmir observou que esse encaminhamento ficaria mais claro quando*  
1372 *fosse lido o parecer da CONJUR, ao que o Conselheiro Tiago solicitou que o mesmo fosse enviado por*  
1373 *e-mail. O Conselheiro Anderson solicitou que fosse lida ao menos uma síntese do parecer. O*  
1374 *Conselheiro Fábio falou sobre as situações onde o orçamento não era encaminhado pelos gestores*  
1375 *para ser analisado pelos Conselhos, tendo sido a primeira vez que o CNAS havia sido inquirido,*  
1376 *esclarecendo o motivo de ter sido enviada à CONJUR, querendo conhecer o que poderia acontecer*  
1377 *com o gestor em termos de culpa, se o mesmo não apresentasse o documento, informando a*  
1378 *resposta da CONJUR. Que no encaminhamento haviam proposto uma Reunião Conjunta para dar*  
1379 *todas essas orientações para o Conselho Estadual, mas que até o momento não haviam conseguido*  
1380 *avancar. O Conselheiro José Geraldo prestou maiores esclarecimentos sobre o caso, com a Secretaria*  
1381 *não tendo encaminhado o documento ao Conselho como deveria, mas sim com este indo buscar o*  
1382 *documento. Esclareceu que haviam enviado à CONJUR para saber o que o Conselho poderia fazer*  
1383 *quando acontecesse outro caso semelhante, com o MP tendo que verificar tais situações. O*  
1384 *Conselheiro Tiago colocou que o MP tinha a prerrogativa de dizer que o tema não era da sua*  
1385 *competência. A Conselheira Dóris informou ter sido uma discussão bastante intensa na Comissão,*  
1386 *discorrendo o motivo do seu envio para a CONJUR e qual a ingerência que o CNAS tinha sobre os*  
1387 *demais Conselhos, o que dependia de diversos fatores, tendo chegado ao final a essa conclusão. O*  
1388 *Conselheiro José Geraldo ponderou não ter sido uma má ação do órgão gestor, mas sim um*  
1389 *desconhecimento da situação, com o CNAS tendo a obrigação de fazer um documento para todos os*  
1390 *CEAS afirmando a legislação federal e também as Resoluções desse Conselho, dizendo como deveriam*  
1391 *proceder. Concordando com o Conselheiro Tiago, manifestou que não poderiam deixar passar essa*

1392 oportunidade de fazer um encaminhamento de uma recomendação para todos os CEAS para  
1393 cumprimento da LOAS e da legislação vigente, federal e das Resoluções desse Conselho. A Vice-  
1394 Presidenta solicitou autorização do Pleno para conceder a palavra à Sra. Solange Teixeira, da  
1395 Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/MDS, que falou sobre a situação ocorrida, cobrando esse  
1396 orçamento desde julho de 2012, tendo ido direto para a Assembleia sem passar pelo Conselho, apesar  
1397 de o Secretário ter informando que encaminharia para o Conselho. Relatou os procedimentos  
1398 tomados, com represálias contra o CNAS e as dúvidas que tinham com relação aos procedimentos  
1399 tomados. O Conselheiro Charles falou que teriam que ser dois debates para atender as colocações da  
1400 Conselheira Solange e o outro, levantado pelo Conselheiro José Araujo de criar um manual de  
1401 orientação aos Conselhos de Assistência sobre matéria orçamentária, o que teria que ser feito.  
1402 Indicou que a Lei Orçamentária era autorizativa e não punitiva. Que teriam que fazer o debate,  
1403 mesmo em outro momento, sendo uma decisão política do Conselho para fazer uma negociação mais  
1404 direta ou seguir o encaminhamento proposto pela Comissão, encontrando que o CNAS teria que ter  
1405 uma ação mais estratégica de apoio e integração com o Conselho Estadual para essa linha de  
1406 intervenção mais política, considerando a existência de gestores que dificultavam essas tratativas. O  
1407 Conselheiro Anderson falou que deveria sair um encaminhamento para que as Comissões de Finanças  
1408 e de Conselhos tratassem na próxima reunião ou marcasse uma agenda, haja vista que esses  
1409 problemas poderiam vir de outros Conselhos. O Conselheiro Edivaldo concordava com o  
1410 encaminhamento da Comissão, considerando que não dispunham de mecanismos para adotar outros  
1411 tipos de procedimentos. Que lhe causava curiosidade se de fato o Conselho não tinha nenhuma ação  
1412 a adotar em situações análogas a essa, havendo regramentos que estabeleciam critérios, que se não  
1413 fossem cumpridos resultariam em punição. Encontrava muito bom o encaminhamento feito pelo  
1414 Conselheiro Anderson, com as comissões devendo refletir se não poderiam propor uma Resolução  
1415 do CNAS ou uma Portaria do MDS estabelecendo os critérios a serem seguidos. O Conselheiro Volmir  
1416 falou que havia sido deliberado e aprovado pelo Pleno a solicitação de um parecer da CONJUR, o qual  
1417 havia sido analisado pela Comissão. Que haviam decidido era orientar o CNAS a oferecer ajuda ao  
1418 Conselho Estadual, propondo atividades conjuntas e orientações para resolver a questão. Falou sobre  
1419 o manual orientador, que deveria ser construído para subsidiar os Conselhos Estaduais para fazerem  
1420 um bom trabalho, relatando as experiências que havia tido com acontecimentos semelhantes.  
1421 Informou que encaminhariam ao Conselho Estadual de Santa Catarina todos os documentos  
1422 recebidos para que pudessem seguir com seu trabalho, o qual seria acompanhado pelo CNAS. Indicou  
1423 que na reunião de fevereiro haviam aprovado ter orientações dirigidas aos Conselhos, esperando-se o  
1424 parecer da CONJUR para começar esse trabalho, estando pautada na reunião de abril a análise do  
1425 assunto, considerando interessante a sugestão do Conselheiro Anderson de fazer um trabalho  
1426 conjunto com a Comissão de Conselhos. A Vice-Presidenta informou que trimestralmente era feito  
1427 reunião do Conselho Nacional com o Conselho Estadual, podendo se agendar uma pauta futura, já  
1428 que a próxima era sobre a Conferência, que como falariam de financiamento, poderiam incluir nessa  
1429 pauta financiamento de gestão. O Conselheiro Tiago, como encaminhamento, sugeriu que a  
1430 Comissão, caso tivesse consenso que existia irregularidades, fizesse uma nota de repúdio com relação  
1431 ao procedimento e fosse dada publicidade, como preliminar à mesa redonda que estavam querendo

1432 montar. A Conselheira Maria Aparecida concordava com o encaminhamento da Comissão, sugerindo  
1433 incluir na redação da nota de repúdio: “Recomendar ao CEAS Santa Catarina acionar o Ministério  
1434 Público.” Que considerava que o CNAS não podia ignorar esse pedido, tomando uma atitude mais  
1435 incisiva, com essa nota sendo política, mas que uma ação do Conselho Estadual junto com o CNAS  
1436 buscar o MP tinha outra conotação, não podendo se permitir esses procedimentos. Que o segundo  
1437 momento era discutir na Comissão de Acompanhamento, não precisando de manual ou documento,  
1438 haja vista que tinha conhecimento do resultado das suas ações, com o documento encaminhado  
1439 chegando ao desrespeito. A Vice-Presidenta indicou o encaminhamento feito pelo Conselheiro Tiago  
1440 de encaminhar uma nota de repúdio desse Conselho, com toda a documentação anexa; e, o feito pela  
1441 Conselheira Maria Aparecida: 1, a recomendação da Comissão ao Conselho Estadual que acionasse o  
1442 Ministério Público e que, em uma ação conjunta o CNAS e o Conselho Estadual acionassem o MP; 2,  
1443 recomendação do Conselheiro Tiago de uma nota de repúdio; e, 3, que a Comissão de  
1444 Acompanhamento tivesse uma ação nesse Conselho para servir de exemplo aos demais. O  
1445 Conselheiro Volmir sugeriu que a nota de repúdio não fosse da Comissão, mas sim do Pleno, sendo  
1446 construída até a reunião do dia seguinte. O Conselheiro José Geraldo lembrou que a Comissão não  
1447 decidia, mas sim submetia ao Pleno para aprovação, com a concordância do Conselheiro Volmir. O  
1448 Conselheiro José Araújo concordava com a Conselheira Maria Aparecida, com o CNAS tendo que  
1449 preservar sua situação federal, sendo que entrar no MP junto com o CEAS era uma interferência no  
1450 outro ente. O Sr. Tiago indicou o encaminhamento da Comissão: “*Recomendar ao CEAS acionar o*  
1451 *Ministério Público que tratar do assunto se colocando à disposição.*”, não sendo recomendar, mas sim  
1452 denunciar ao Ministério Público, com fundamentação legal. O Conselheiro Volmir observou que  
1453 estavam recomendando ao CEAS que fizesse isso, com o CNAS oferecendo apoio, indagando se o  
1454 Conselho Nacional tinha competência para denunciar um fato que estava ocorrendo em Santa  
1455 Catarina ao MP Federal, com o Conselheiro Tiago respondendo afirmativamente. O Conselheiro  
1456 Volmir observou que teriam que desmembrar os dois encaminhamentos, com o CEAS denunciando ao  
1457 MP Estadual e o CNAS podendo, a partir do conhecimento da denúncia, consultar o MP Federal para  
1458 seguir essa ação conjunta. A seguir, a Vice-Presidenta procedeu à leitura dos encaminhamentos: “*A*  
1459 *Comissão de Financiamento sugere à Plenária: frisar na resposta ao ofício número 02 do CEAS Santa*  
1460 *Catarina a LOAS, as Resoluções do CNAS que tange a competência dos Conselhos de Assistência Social,*  
1461 *sobre matéria orçamentária, financeira e o parecer 72/2012 da CONJUR.*” “*Reiterar a solicitação do*  
1462 *Plano de Providências do estado de Santa Catarina junto ao CNAS e anexá-lo à resposta ao Censo de*  
1463 *Santa Catarina com cópia ao gestor estadual*”. “*Recomendar ao CEAS Santa Catarina acionar o*  
1464 *Ministério Público Estadual para tratar o assunto se colocando à disposição para participar da*  
1465 *Reunião Conjunta entre o CNAS, CEAS Santa Catarina e MP, que é o apoio político que o Conselheiro*  
1466 *cita.*” CNAS como apoio ao CEAS na reunião com o MP. “*Encaminhar cópia do parecer da CONJUR por*  
1467 *e-mail para todos os Conselheiros*”. Quanto ao encaminhamento “*Reunião Conjunta entre as*  
1468 *Comissões de Financiamento, de acompanhamento aos Conselhos para tratar o assunto...*” a Vice-  
1469 Presidente observou que já estava superado, sendo solicitada sua retirada, ao que o Conselheiro  
1470 Anderson solicitou sua retirada para constar em Ata, já tendo sido contemplada na Comissão. A Vice-  
1471 Presidenta prosseguiu: “*Que o CNAS elabore a Nota de Repúdio sobre o fato relatado no estado de*

1472 *Santa Catarina para anexar na documentação que vai ao CEAS e ao Secretário Estadual.”; “Que o*  
1473 *CNAS acione o Ministro Público Federal referente à denúncia do CEAS Santa Catarina e o CNAS aciona*  
1474 *o MP Federal para acompanhar a situação.” O Conselheiro Tiago complementou que considerando o*  
1475 *não cumprimento do cofinanciamento federal, legitimava que o que o CNAS buscasse o MP Federal,*  
1476 *independentemente do Estadual, com a redação da Conselheira Clara: “Que o CNAS acione o Ministro*  
1477 *Público Federal referente à denúncia do CEAS Santa Catarina à luz dos descumprimentos das normas*  
1478 *federais”. A Vice-Presidenta indagou se o Pleno tinha mais alguma observação. Em não havendo o*  
1479 *Relatório dói aprovado pelo Pleno, com todos os adendos aportados. O Conselheiro Volmir agradeceu*  
1480 *as colaborações recebidas e também à equipe da Comissão de Financiamento pela ajuda recebida.*  
1481 **ENCERRAMENTO.** A Vice-Presidenta encerrou a reunião, convidando a todos para retornarem no dia  
1482 seguinte e comunicando à Sociedade Civil a realização de reunião nesse local a seguir. **ABERTURA.**  
1483 Aos treze dias do mês de março de dois mil e treze, a Presidenta reiniciou a reunião, elogiando o  
1484 encontro com os gestores da região Sudeste onde havia representado o CNAS, indicando os  
1485 Conselheiros presentes. A seguir, solicitou à Secretária-Executiva a verificação do quorum:  
1486 Conselheiros Titulares e na Titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira  
1487 Clara Carolina de Sá; Conselheiro José Geraldo França Diniz; Conselheiro José Ferreira da Crus;  
1488 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci; Conselheira Leila  
1489 Pizzato; Conselheira Volmir Raimondi; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Aldenora  
1490 Gomes González; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria; Conselheira Jane Pereira  
1491 Clemente. Conselheiros Suplentes: Conselheiro Fábio Bruni; Conselheiro Marcílio Ferrari; Conselheiro  
1492 Charles Pranke; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Cláudia Faquinote; Conselheira  
1493 Dóris Margareth de Jesus; Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheiro Geraldo da Silva; Conselheiro  
1494 Edivaldo da Silva Ramos; e, Conselheiro Tiago Barbosa Ferreira Cabral. A Presidenta indicou a pauta  
1495 do dia, com o Conselheiro Anderson apartando e solicitando ao CNAS uma moção de repúdio ao  
1496 novo Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, considerando a manifestação da  
1497 sociedade. A Presidenta procedeu à votação, com a moção sendo aprovada pelo Pleno. A seguir,  
1498 procedeu à indicação dos membros da comissão que redigiram esse documento: Conselheira Clara  
1499 Carolina; Conselheiro Tiago, Conselheiro Anderson e Conselheira Dóris. **Item Memória da Presidência**  
1500 **Ampliada:** *“Conselheiros integrantes da presidência ampliada. Luziele Tapajós, Presidenta do*  
1501 *Conselho Nacional; Leila Pizzato, Vice-Presidenta do Conselho; Marisa Rodrigues, Coordenadora da*  
1502 *Comissão de Normas; Aldenora Gonzales, Coordenadora-Adjunta de Acompanhamento aos Conselhos;*  
1503 *Ausências justificadas: José da Crus, Coordenador da Comissão de Política; Volmir Raimond,*  
1504 *Coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento; Margareth Alves Dallaruvera, quero dizer*  
1505 *que os Conselheiros José e Volmir estavam em reunião da Comissão quando nós iniciamos a reunião. E*  
1506 *a Conselheira Margareth teve problemas pessoais que não pode estar em Brasília para participar da*  
1507 *reunião. E aí eu quero também informar que o problema foi de saúde, ela não se sentiu bem na sexta-*  
1508 *feira, mas ela já está em casa, já saiu do hospital, já está tudo em conformidade, em casa, para o bem*  
1509 *da Conselheira e para nossa alegria. Secretária Executiva, Maria das Mercês Carvalho, Secretária*  
1510 *Executiva; Silvanir Sousa, apoio da Secretaria Executiva; Taís Braga, apoio da Secretaria Executiva. O I*  
1511 *Item de pauta versou sobre a reunião trimestral do CNAS com o CEAS e CAS/DF. Como prática advinda*

1512 do nosso planejamento e que está consubstanciado na nossa agenda temática, o CNAS fará como fez  
1513 no 2º semestre, a cada trimestre uma reunião com todos os Conselhos estaduais e CAS/DF aqui em  
1514 Brasília, sobre a nossa responsabilidade. Então, a gente convida e banca o deslocamento de todos os  
1515 Conselhos estaduais, representantes dos Conselhos estaduais aqui em Brasília para uma reunião de  
1516 trabalho, que se dá num dia. Essa reunião, ela terá data no dia 19 de abril de 2013, de 9h as 18h, o  
1517 local ainda a ser definido. E a pauta é a IX Conferência Nacional de Assistência Social. Ali nós daremos  
1518 todas as informações, enfim, e escutaremos mais, inclusive, dos Conselhos estaduais, para que nós  
1519 possamos de fato decidir junto com os Conselhos estaduais, algumas questões vinculadas a  
1520 conferência nacional. Isso procede de uma decisão do Conselho Nacional de não só aproximar-se dos  
1521 Conselheiros estaduais e Conselhos de Assistência Social de modo geral, mas a fortalecer a interação,  
1522 fortalecer o processo decisório, fortalecer a avaliação e análise qualitativa dos rumos do controle  
1523 social do país, até porque somos todos nós que fazemos essa tarefa hercúlea, mas bastante honrosa  
1524 de controle social. Então, os convidados serão os Presidentes, os Vice-Presidentes e Secretários  
1525 Executivos dos CEAS e CAS/DF, ou seja, três representantes por estado. Nós já temos solicitação de  
1526 alguns estados de participação de outros membros, custeados pelo próprio estado, mas dessa vez nós  
1527 estamos abrindo uma vaga para os Secretários Executivos que terão uma reunião específica com a  
1528 Secretaria Executiva do CNAS, até porque o tema é Conferências de Assistência Social. II) reunião  
1529 ampliada descentralizada do CNAS. Data possível: 11, 12 e 13 de junho de 2013. Inserir a data da 212ª  
1530 Reunião Ordinária do CNAS. A região dessa vez é a região Sul, porque nós estamos fazendo aquele  
1531 rodízio entre regiões, fizemos na Sudeste, agora vamos para a região Sul. Vamos mandar a partir  
1532 desse pleno ofício para cada... Ainda bem que não é gravado, as expressões não são gravadas. Então,  
1533 tendo em vista que na região ainda não ocorreu reunião descentralizada do CNAS nos últimos anos.  
1534 Os temas devem abordar os conteúdos da 9ª Conferência Nacional. Sugeriu-se que os eixos da 9ª  
1535 Conferência Nacional, sejam os temas das oficinas, e propôs-se ainda a criação de uma mesa com o  
1536 tema: retrospectiva de avanço, ou avanços diversos, para divulgar as principais ações deliberadas  
1537 na plenária, tais como o Plano Nacional de Educação Permanente no SUAS, Política, desculpe, e  
1538 outros. Encaminhamento, enviar expediente aos Conselhos estaduais de Assistência Social do Rio  
1539 Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, consultando sobre a disponibilidade de sediar a reunião  
1540 descentralizada e ampliada do CNAS 2013, ressaltando que o critério para a escolha de um dos três  
1541 estados, será o que se manifestar primeiro. Nós colocamos esse Secretário, porque o critério usado  
1542 anteriormente, ficou muito difícil para que a gente pudesse decidir, então, a gente vai esperar que os  
1543 Conselhos se manifestem, numa ordem de prioridade para essa definição, salvo outra situação que  
1544 será, geralmente, trazida aqui a presidência ampliada ou a outra Comissão. Então, III) informes e  
1545 convites: reforma da sede do CNAS, foi informado pela Secretaria Executiva que nós deveremos está já  
1546 na próxima reunião ordinária na nossa nova sede, nós já estamos com todos os móveis novos na nossa  
1547 nova sede, estamos agora no trabalho elétrico, cabeamento, layout externo de identificação,  
1548 adesivagem, algumas outras tarefas. Mas tem sido efetivamente uma ação de muita rapidez.  
1549 Infelizmente nós ainda não estamos com forro novo por ocasião de ser responsabilidade da  
1550 Previdência Social que teve a sua licitação em litígio, que está com sua licitação em litígio no TCU, algo  
1551 que se resolve entre alguns dias, espera-se, para que a gente possa começar a reforma do teto, no



1552 teto e ar condicionado, são duas coisas que essa empresa iria fazer. Nós vamos colocar aquele ar  
1553 condicionado central e ter ar condicionado de sprit. O segundo informe foi sobre o Fórum Social  
1554 Mundial da Tunísia, que o Conselho Nacional Solicitou a Secretaria Geral da Presidência da República e  
1555 também ao MDS, a participação do Conselho Nacional, e por decreto presidencial, nós fomos  
1556 informados que como Conselho Nacional, enviar colaboradores, que é como os Conselheiros estão  
1557 lotados na legislação, Conselheiros que não são servidores para eventos internacionais, salvo decreto  
1558 presidencial. Salvo autorização presidencial. Então, nós soubemos que um grupo de reflexão e apoio  
1559 ao Fórum Social Mundial, que é o GRAP, que tinha patrocínio, tem o patrocínio para a sua ação  
1560 durante todo o ano, e para a participação de entidades no Fórum Social Mundial. Esse grupo, o GRAP,  
1561 foi o mesmo grupo que levou para o Dakar os Conselheiros Wagner Santana e o Conselheiro Araújo,  
1562 naquela ocasião 2011. Nós fizemos contato com o GRAP, eles disseram que mudaram alguns critérios  
1563 e a primeira resposta foi que não incluíam Conselhos estaduais, municipais, fóruns, na comitiva ou nas  
1564 possíveis representações, porque só faziam esse serviço de apoio para entidades e não para  
1565 Conselhos. E que eles, eu conversei com a Secretaria Geral da Presidência da República, solicitando  
1566 assim, a participação das entidades do Conselho Nacional naquele fórum. E aí sim, a partir daí nós  
1567 tivemos a condição de conversar. Uma das regras do grupo, a partir de 2013, para de forma a ampliar  
1568 a participação de entidades, foi de não repetir a passagem para diferentes entidades. É claro que o  
1569 GRAP, não é ele que fez toda a tratativa do Fórum Social Mundial, é uma das entidades que o  
1570 compões, que no caso desse fórum é Ação Educativa, que é uma entidade que vocês conhecem,  
1571 bastante forte. E foi com a Ação Educativa que nós fizemos toda a tratativa até termos o nome dos  
1572 Conselheiros que iriam, então, os Conselheiros, a Dóris Margareth de Jesus da União Brasileira de  
1573 Mulheres, e o Conselheiro José Araújo da Silva, da Pastoral do Idoso, irão participar do Fórum Social  
1574 Mundial na Tunísia a partir dessa articulação de vir a Secretaria Geral com o grupo de reflexão e apoio  
1575 ao processo do Fórum Social Mundial. Item III) convites: o Fórum da Assistência Social da cidade de  
1576 São Paulo, o FAZ/SP convidam representantes do CNAS para proferir palestra sobre a NOB/SUAS em  
1577 seminário a realizar-se em 16 de maio de 2013, na Câmara Municipal de São Paulo, Salão Nobre, 8º  
1578 andar, Viaduto Jacareí nº 100, Bela Vista – SP, às 9h. O convite veio diretamente para a Presidente do  
1579 Conselho Nacional, eu conversei com o fórum, e nós precisamos fazer essa indicação para que o fórum  
1580 seja atendido. Depois de uma conversa com o fórum, ficava franqueado ao Conselho Nacional e fazer  
1581 a indicação de algum Conselheiro. O Conselho estadual do Maranhão, convida a Presidente do CNAS  
1582 para ministrar palestra em capacitação a ser realizadas no dia 04 e 05 de abril de 2013. Como nós  
1583 temos 03 e 04 de abril, o CONGEMAS, eu me coloquei a disposição de estar... Dia 03 e 04 de abril nós  
1584 temos a reunião do CONGEMAS, gestores municipais da região Centro-Oeste em Rio Verde. 03 e 04 de  
1585 abril nós temos a reunião do CONGEMAS da região Centro-Oeste. Então, eu me propus a estar no dia  
1586 05 lá, já que no dia 04 eu saio e sigo para o Maranhão para atender o Conselho estadual de lá. A  
1587 Secretaria de estado do Trabalho e Assistência Social do Mato Grosso convidou a Presidente do CNAS  
1588 a discorrer sobre os eixos norteadores da 9ª Conferência na reunião ampliada da Comissão  
1589 Intergestores Tripartite que reúne todos os municípios do Mato Grosso no dia 22 de março de 2013.  
1590 Essa já é uma prática que nós já vem atendendo e vai ser do dia 22 de março, eu participarei desse  
1591 evento. O Secretário Municipal da Assistência Social e Desenvolvimentos Humanos de Cuiabá,

1592 convidou a Presidente do CNAS para proferir palestra em capacitação sobre o papel dos Conselheiros à  
1593 organização das conferências no dia 11 e 12. Eu e a Vice-Presidente estaremos presentes a esse  
1594 evento. A reunião com representantes das Comissões Organizadoras das Conferências Nacionais, para  
1595 apresentação, pela Empresa Brasileira de Comunicação e pela SECOM da Presidência da República, de  
1596 um plano de cobertura jornalística para os processos conferenciais no dia 14 de março de 2013, das  
1597 10h as 12h, no auditório da Empresa Brasileira de Comunicação, no Setor Comercial Sul, Quadra 8  
1598 Bloco B-60 em Brasília. A encaminhamento, a servidora Alessandra Teles e a Jornalista Elaine Daher  
1599 que virá essa última trabalhar no CNAS como Consultora, como nosso apoio, participarão desse  
1600 evento. O último ponto de pauta foi que já está também na mão dos senhores, é a pauta da 209ª...  
1601 Desculpe, tem uma falha aqui no... Está pauta do 209ª mas é 210ª. 16 de março, Comissões Temáticas  
1602 de 9h as 16h. Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, reunião da Comissão de  
1603 Financiamento e Orçamento, reunião da Comissão de Normas, reunião da Comissão de Políticas; 14h  
1604 as 16, reunião conjunta da Comissão de Política e Comissão de Financiamento; das 16h as 20, reunião  
1605 da Presidência Ampliada. Dia 17 de abril, plenária das 9h as 9h15, aprovação das atas da 208ª e da  
1606 209ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 210ª Reunião Ordinária. 9h15 as 10h30, informes da  
1607 presidência, Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. 10h30 as 12h,  
1608 relato da reunião conjunta da Comissão de Política e Comissão de Acompanhamento de Benefícios e  
1609 Transferência de Renda que vai acontecer amanhã dia 14. Das 14h as 18, aquela agenda do crack, que  
1610 eu não sei se os senhores trabalharam ontem, mas que depois eu gostaria de conversar com alguns  
1611 dos senhores para que a gente nomine alguns convites, alguns convidados, para que a gente faça da  
1612 forma que a gente deliberou aqui. Para não acontecer o que aconteceu agora em março, que nós só  
1613 conseguimos uma reunião institucional e não era aquilo que estava em pauta. Existiam duas  
1614 propostas e a gente acabou trazendo para conversar com os senhores, mas a primeira que era  
1615 convidar apenas representantes dos Conselhos municipais de Rio-São Paulo, Conselhos estaduais de  
1616 Rio-São Paulo e técnicos das Secretarias. A segunda proposta era convidar representantes do MDS,  
1617 representantes do Ministério da Saúde, de Direitos Humanos, Casa Civil, representantes do Conselho  
1618 de Saúde de São Paulo, da Assistência de São Paulo, estadual de Rio-São Paulo, e gestores estaduais e  
1619 municipais de São Paulo e Rio também. E aí eu já quero fazer um adendo, que a gente precisa fechar  
1620 um acordo, qual será a nossa, porque nós precisamos ter muito claro, depois que a gente terminar,  
1621 até por que, eu também tenho outras propostas, e a gente começou a pensar a partir da experiência  
1622 do FAS/SP como seria interessante, talvez, está trazendo outras pessoas ligadas ao tema. 18 de abril,  
1623 9h as 10h30 relato da Presidência Ampliada; 10h30 as 12h, relato da Comissão Organizadora da 9ª  
1624 Conferência Nacional; 14h as 15h, relato da Comissão de Normas; 15h as 16h, relato da Comissão de  
1625 Política; 16h as 17h, relato da Comissão de Acompanhamento; 17h as 18h, relato da Comissão de  
1626 Financiamento; 19 de abril, de 9h as 18h, seria a reunião trimestral com os Conselhos estaduais e com  
1627 o CAS/DF, considerando aquela nossa deliberação que todos os Conselheiros estarão convocados a  
1628 permanecer. É lógico que um Conselheiro que não precisar ou melhor, não puder permanecer, não  
1629 precisa ficar, mas todos terão franqueados aí a perspectiva de está nessa reunião com os Conselhos  
1630 estaduais, certo? Essa é a memória da reunião da Presidência Ampliada". Procedeu à indicação dos  
1631 itens, com o Conselheiro Carlos Rogério justificando sua ausência na reunião do dia anterior ei

1632 ndicando o item 3.2. Com relação ao Fórum Social Mundial na Tunísia, manifestou seu desacordo com  
1633 o encaminhamento feito pelo GRAP, quanto a não aceitação do nome de uma Conselheira eleita em  
1634 um processo legal como representante do Conselho, o mesmo não acontecendo no Fórum Social,  
1635 onde havia participado como representante sindical. O Conselheiro Anderson informou ter sido  
1636 roubado, perdendo o passaporte e não podendo participar por esse motivo, ademais de suas  
1637 entidades não terem como custear as despesas de viagem. A Presidenta sugeriu que, conforme  
1638 colocado pelo Conselheiro Carlos Rogério, que no próximo Fórum Social Mundial, não aceitassem o  
1639 apoio do GRAP, como repúdio a essa regra que haviam estabelecido. O Conselheiro Volmir ponderou  
1640 sobre a necessidade de as entidades custearem os custos para representações, não mais dependendo  
1641 de um grupo externo para patrocinar a ida desse Conselho a um fórum, como o Fórum Social  
1642 Mundial, encontrando-se um modo de representar o Conselho quando fosse de seu interesse. O  
1643 Conselheiro José Araújo concordou com essa colocação, mas observando que o GRAP tinha uma  
1644 norma de financiar o máximo de entidades possíveis, o que seria dificuldade pela indicação de dois  
1645 representantes de um mesmo organismo. Que não deveria repudiar o GRAP, mas sim rever essa  
1646 situação, quanto à participação do CNAS em eventos, discorrendo sobre seus benefícios. Ponderou  
1647 que deveriam ter encontrado outro modo para a participação da Conselheira Nilsia, uma das votadas  
1648 no segmento. Encontrava não ser favorável à dispensar o apoio do GRAP que vinha fazendo um bom  
1649 trabalho para as entidades, no seu financiamento para ida Fórum Social Mundial. A Presidenta  
1650 registrou não ter havido veto ao nome da Conselheira Nilsia, mas sim pela duplicidade de  
1651 representação da entidade. Concordava com o Conselheiro José Araujo que havia que pensar com  
1652 calma nas providências, com o planejamento do CNAS contendo capacitação e qualificação dos  
1653 Conselheiros em eventos nacionais ou internacionais, sendo caso de se encontrar algum modo de as  
1654 entidades do Conselho Nacional, tivessem absoluta autonomia de comparecer, indicando o  
1655 Conselheiro Carlos Rogério que iria ao Fórum Social Mundial às suas próprias expensas. O Conselheiro  
1656 Carlos Rogério esclareceu que o GRAP não tinha recurso para a passagem, apenas gerindo sua  
1657 concessão pelo governo federal, através da Secretaria Geral da Presidência da República. A  
1658 Conselheira Jane esclareceu como havia sido a sua indicação para participar do Fórum e como o GRAP  
1659 havia se mostrado acolhedor, mas com parte das despesas devendo ser custeadas pelo Conselheiro  
1660 ou pela instituição que representava. Que sua entidade havia definido que o CNAS deveria custear  
1661 esses gastos, uma vez que o representaria e sua Federação já tinha representante para o evento.  
1662 Reiterava a fala dos Conselheiros que era preciso pensar estratégias para que o Conselho pudesse  
1663 estar representado em todos os eventos importantes, mas com o próprio Conselho bancando essas  
1664 despesas. Porque não tem como do Conselheiro bancar uma representação do próprio CNAS.  
1665 Observou que como esse Fórum era realizado no início do ano, em novembro deveriam decidir essa  
1666 participação e como o orçamento seria disponibilizado. A Presidenta concordou com as colocações  
1667 sobre o GRAP, observando que se o encaminhamento fosse de não se dirigir ao mesmo, poderiam  
1668 solicitar à Secretaria-Geral da Presidência da República que trabalhe em cima de possibilidades legais  
1669 de que os Conselhos fossem representados paritariamente, especificando Sociedade Civil e governo.  
1670 A Conselheira Leila concordou com o encaminhamento, mas complementando que o controle social  
1671 teria que entrar na pauta do governo federal, com todos os Conselhos e não só o CNAS tendo

1672 experiências para mostrar. O Conselheiro José Araujo registrou que no evento em Dakar eram duas  
1673 vagas financiadas pelo GRAP, sendo uma governamental e uma da sociedade civil, com o governo  
1674 tendo aberto mão, indo dois representantes da Sociedade Civil. A Presidenta observou que como  
1675 encaminhamento, a Sociedade Civil e o Governo conversariam sobre a participação no Fórum de  
1676 Assistência Social. Registrou que no Fórum de São Paulo o CNAS tinha muita reverberação, com esse  
1677 evento trazendo temas importantes relacionados à política de Assistência, com a participação da  
1678 Conselheira Leila. O Conselheiro José Araujo concordou com essa indicação, com o Conselheiro  
1679 Anderson acatando, mas observando a necessidade de se reunir para essas indicações. Aparteando, o  
1680 Conselheiro José da Crus incluiu a Secretária-Executiva no relato da Comissão de Políticas e  
1681 Financiamento, o que não havia sido feito. A Conselheira Márcia solicitou a inclusão do relato da  
1682 Comissão de Acompanhamento e Benefício que aconteceria no dia seguinte. O Conselheiro Anderson  
1683 corrigiu a nomenclatura, não sendo crack, que já era projeto em tramitação, mas sim discutir a  
1684 internação compulsória no crack e o uso da Assistência Social, ficando, também, com a segunda  
1685 sugestão da proposta. O Conselheiro José Crus observou que não daria para somente discutir a  
1686 internação compulsória, mas tendo que se fazer uma reunião de trabalho, com encaminhamentos. A  
1687 Presidenta esclareceu que o plano já havia sido discutido, o que não seria feito novamente,  
1688 solicitando que o Conselheiro José da Crus contruísse sua proposta. O Conselheiro Tiago indicou a  
1689 proposta I e proposta II do dia 17, do convite aos CMAS e aos CEAS de São Paulo e Rio de Janeiro,  
1690 indicando que o convite seria para os membros governamentais desses Conselhos, registrando que a  
1691 Sociedade Civil fosse convidada para contribuir com o fortalecimento dessa política. A Presidenta  
1692 informou que o convite iria para o Conselho Municipal que tomaria essa decisão. O Conselheiro  
1693 Anderson ponderou que deveria discutir como estava sendo usada a política contra o crack dentro do  
1694 CNAS, mas sim como a forma de internação compulsória estava sendo feita a política de Assistência. A  
1695 Presidenta concordou com a proposta, solicitando aos Conselheiros José Crus e Anderson que  
1696 elaborassem essa proposta para colocar na pauta, mas observando que a segunda proposta havia sido  
1697 acatada. Indicou a presença do representante do CEAS de São Paulo, com gostaria de conversar sobre  
1698 a programação do Fórum e também tratar do assunto no dia 18 de abril, na reunião com os Conselhos  
1699 Estaduais. A seguir, a Presidenta considerou aprovados pelo Pleno os encaminhamentos da memória  
1700 da reunião da Presidência Ampliada. Item Relato da Comissão Organizadora da 9ª Conferência  
1701 **Nacional:** *“Reunião nº 3 de 2013, data: 05 de março de 2013; Local: Esplanada dos Ministérios Bloco A*  
1702 *Sala 422. Conselheiros presentes: Luziele Maria de Souza Tapajós, Leila Pizzato, José Ferreira da Crus,*  
1703 *Edivaldo da Silva Ramos, Marisa Rodrigues. Ausências justificadas: Meire, Dóris Margareth de Jesus,*  
1704 *Wagner Carneiro Santana. Secretaria Executiva do CNAS: Maria de Mercês Avelino de Carvalho,*  
1705 *Cristiane Meneses, Jamile Calado, Liliane Carmo, Maria Auxiliadora Pereira, Mirelle da Silva Dantas,*  
1706 *Rosângela da Silva Almeida. Item I: continuidade da discussão sobre a concepção e metodologia da 9ª*  
1707 *Conferência Nacional da Assistência Social. 1.1: proposta de metodologia - A metodologia da*  
1708 *conferência deverá ter como base o exercício de avaliar com base na análise qualitativa das*  
1709 *deliberações já efetuadas pelas conferências dos Conselhos de Assistência Social – CAS, já realizadas. É*  
1710 *que o errinho de grafia, só... A metodologia da conferência deverá ter como base o exercício de avaliar*  
1711 *de forma qualitativa, as deliberações já efetuadas pelos Conselhos de Assistência Social já realizadas.*

1712 Encaminhamentos: elaborar instrumental e sua metodologia da 9ª Conferência. Priorizar os  
1713 encaminhamentos relacionados às conferências municipais. Fase preparatória: I) agrupar as  
1714 deliberações de todas as conferências anteriores em conformidades com os seis eixos da Conferência  
1715 Nacional. II) fazer levantamento da responsabilidade municipal nas normativas obrigatórias do SUAS,  
1716 LOAS, Plano Decenal, Política Nacional de Assistência Social, NOB/SUAS/2012, NOB/RH, e o Plano  
1717 Municipal de Assistência Social relacionando a cada eixo temático. III) análise prévia do gestor em  
1718 conjunto com o CAS, com o Conselho de Assistência Social, em relação ao cumprimento daquelas  
1719 enumerações, instrumental preenchido com análise de cada item dentro dos três eixos temáticos.  
1720 Valorizar os resultados alcançados. Fase conferência: o documento de cada eixo será discutido em  
1721 conferências temáticas com o caráter propositivo. O produto das conferências temáticas será  
1722 encaminhado para a plenária final para a discussão e deliberação. VI) será encaminhado para a  
1723 conferência estadual, o relatório com a análise e as deliberações das conferências municipais. 1.2:  
1724 eixos temáticos e preparação de suas ementas. Considerando a deliberação da plenária da 208ª  
1725 Reunião no mês de fevereiro, a Comissão revisou os eixos temáticos ficando assim indicados. Tema: a  
1726 gestão e o financiamento na efetivação do SUAS. Eixo I: o cofinanciamento obrigatório da Assistência  
1727 Social. Eixo II: gestão do SUAS, vigilância socioassistencial, processos de planejamento,  
1728 monitoramento e avaliação. Eixo III: gestão do trabalho. Eixo IV: gestão de serviços, programas e  
1729 projetos. Eixo V: gestão dos benefícios no SUAS. Eixo VI: regionalização. Encaminhamentos: produzir o  
1730 texto das ementas e enviar para o email dos Conselheiros visando a resposta para deliberação na  
1731 próxima plenária. Fazer quadro de referências de normativas obrigatórias e publicações do CNAS, a  
1732 serem consideradas para cada eixo. LOAS, Política Nacional, NOB/SUAS/2012, Plano Decenal, NOB/RH  
1733 e tipificação. 1.3: elaboração dos objetivos específicos. Ao discutir os eixos temáticos, considerando as  
1734 deliberações sobre o tema, foram sugeridos os seguintes objetivos específicos: eixo I – o  
1735 cofinanciamento obrigatório da Assistência Social. a) assuntos para serem considerados nas ementas.  
1736 Ciclo orçamentário PPA, LDO e LOA. Gestão dos fundos de Assistência Social. Detalhamento da gestão,  
1737 unidade orçamentária, revisão das leis de criação dos fundos de Assistência Social, em consonância  
1738 com a LOAS e com o decreto do Fundo Nacional. Cofinanciamento das três esferas de governo. Plano  
1739 municipal de Assistência Social. Obrigatoriedade de recursos na Assistência Social. Financiamento  
1740 enquanto sistema, controle social. Prestação de contas, orçamentos, IGD/PBF, IGD/SUAS. Gestão e  
1741 financiamento compartilhados. Gestão participativa usuários. Cofinanciamento de serviços. b)  
1742 objetivos específicos do eixo I: avaliar o atual quadro da gestão orçamentária, fortalecer o orçamento  
1743 próprio para o cofinanciamento da política de Assistência Social. Promover o conhecimento sobre o  
1744 ciclo orçamentário e suas peças, bem como prazos e interlocutores. Afirmação junto aos gestores o  
1745 compromisso do cofinanciamento da política de Assistência Social, por meio de mecanismos  
1746 institucionais e outros, tomando como premissa o exercício do controle social. Eixo II: gestão do SUAS.  
1747 Vigilância socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação. a) assuntos a  
1748 serem considerados na ementa: plano municipal de Assistência Social. Censo/SUAS, prontuário do  
1749 SUAS, cadastro único, programas de gestão, monitoramento e avaliação do PBF, rede SUAS, controle  
1750 social, diagnóstico, sistemas da SAGI de monitoramento e avaliação, processos de planejamento e  
1751 monitoramento e avaliação. Adequação a Lei 12.435 de 2011. Objetivos específicos da 9ª Conferência

1752 Nacional relacionados ao eixo II, avaliar e compreender a concepção da vigilância socioassistencial,  
1753 processos de planejamento e monitoramento e avaliação, para o aprimoramento da gestão do SUAS,  
1754 tomando como premissa o exercício do controle social. Discutir e analisar a operacionalização da  
1755 vigilância social enfocando a utilização de todos os sistemas de informação da organização do  
1756 diagnóstico socioterritorial e do mapeamento de vulnerabilidades. Eixo III: gestão no trabalho.  
1757 Assuntos a serem considerados na ementa: controle social, Política Nacional de Educação  
1758 Permanente, Capacita/SUAS, Lei de Responsabilidade Fiscal, Artigo 6º-E da LOAS, Resolução CNAS nº  
1759 17 de 2011, mesas de negociação, o trabalho social e os trabalhadores; equipe de referência, rede  
1760 nacional de capacitação e educação permanente, supervisão técnica dos trabalhadores. Os objetivos  
1761 específicos da 9ª Conferência Nacional relacionadas ao eixo III. Avaliar e reafirmar a concepção de  
1762 gestão do trabalho, para o aprimoramento da gestão do SUAS e qualificação de serviços, programas,  
1763 projetos e benefícios, tomando como premissa o exercício do controle social. Discutir a gestão do  
1764 trabalho na perspectiva da implantação de quadros efetivos de funcionários, de planos de cargos,  
1765 carreiras e salários, de concurso público. Qualificar o debate sobre educação permanente. Eixo IV:  
1766 gestão de serviços, programas e projetos. Assuntos a serem considerados na ementa: controle social,  
1767 rede socioassistencial, atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos. Concepção de  
1768 serviços, programas e projetos. Qualidade dos serviços prestados e de CRAS, acessibilidade,  
1769 acompanhamento e atendimento familiar, intersetorialidade, busca ativa, ênfase na erradicação do  
1770 trabalho infantil, integração dos serviços e benefícios. Objetivos específicos da 9ª Conferência  
1771 Nacional relacionados ao eixo IV: avaliar do ponto de vista do controle social os processos de  
1772 acompanhamento dos serviços, programas e projetos ofertados pela rede socioassistencial, tendo em  
1773 vista a qualidade e efetividade dessas ofertas. Avaliar a gestão dos processos de articulação,  
1774 integração entre serviços, programas e projetos, tomando como pagamento os níveis de  
1775 complexidade do SUAS, proteção social básica e proteção social especial. Avaliar a organização dos  
1776 serviços, programas e projetos a partir de sua estrutura, territorialidade, equipe técnica, acessibilidade  
1777 e equipamentos. Eixo V: gestão dos benefícios no SUAS. Assuntos a serem considerados da ementa:  
1778 controle social, BPC, BPC/Trabalho, BPC/Escola, ACESSUAS/Trabalho, benefícios eventuais, programa  
1779 Bolsa Família, cadastro único, integração de serviços e benefícios, busca ativa com ênfase na  
1780 erradicação do trabalho infantil. A garantia do direito ao benefício. Objetivos específicos relacionados  
1781 ao eixo V: avaliar do ponto de vista do controle social os processos de acompanhamento da gestão  
1782 dos benefícios e transferência de renda, avaliar e fortalecer a gestão dos benefícios de transferência  
1783 de renda na Assistência Social, na perspectiva da garantia do direito dos usuários e da consolidação  
1784 do SUAS. Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, benefícios e  
1785 transferências de renda na perspectiva da intersetorialidade com as demais políticas públicas. Eixo VI:  
1786 regionalização. Assuntos a serem considerados na ementa: a gestão compartilhada, a garantia da  
1787 integralidade de acesso as proteções. Intersectorialidade e regionalização. A questão das fronteiras.  
1788 Diversidades culturais, regionais e étnicas. Realidade socioeconômica. Objetivos específicos da 9ª  
1789 Conferência Nacional relacionados ao eixo VI. Avaliar e fortalecer a gestão compartilhada e integrada  
1790 dos entes federados, visando a garantia da integralidade de acesso as proteções, resguardando as  
1791 diversidades regionais, culturais e étnicas. Promover o debate sobre o desafio da intersectorialidade

1792 *das políticas públicas na perspectiva da regionalização. Reconhecer as diversas socioeconômicas,*  
1793 *culturais e étnicas e suas expressões, questões fronteiriças, imigração, grandes obras e mega eventos,*  
1794 *tendo em vista a garantia dos direitos socioassistenciais. 1.4: discutir critérios e providências para o*  
1795 *lema, o slogan da 9ª Conferência. Encaminhamento: solicitar apoio da ASCOM/MDS para elaboração*  
1796 *do lema ou slogan, considerando os 20 anos da LOAS, compartilhar responsabilidades para consolidar*  
1797 *o SUAS, o aprimoramento da gestão no SUAS, a qualidade dos serviços e oito anos de LOAS. Esse ano*  
1798 *a gente faz 20 anos de LOAS e oito de SUAS. Priorizar a escolha do lema e logomarca visando às*  
1799 *conferências municipais que começam em maio. 1.5: discutir sobre os textos orientadores para as*  
1800 *conferências. Elaborar textos pequenos para cada eixo, o máximo de duas laudas, aqui SUAS laudas,*  
1801 *que contemplem as principais normativas, a LOAS, na NOB/SUAS/2012, na Política Nacional e no*  
1802 *Plano Decenal. E deliberações sobre o tema em âmbito nacional, ressaltando a importância de se*  
1803 *considerar as normativas e deliberações em âmbito local para subsidiar as discussões de cada eixo, na*  
1804 *direção da avaliação da corresponsabilidade de implementação do SUAS por cada ente federado.*  
1805 *Encaminhamento: solicitar a SNAS a partir da discussão já realizada na Comissão Organizadora, a*  
1806 *elaboração dos textos, no máximo duas laudas para cada eixo. Acho que solicitar apoio, a gente não*  
1807 *era encomenda para SNAS, mas aí eu me inscrevo aqui, tudo bem. II) critérios para distribuição de*  
1808 *Delegados na 9ª Conferência Nacional. A questão foi pauta da última reunião da Comissão e após*  
1809 *apresentação e apreciação da plenária na reunião ordinária anterior, deve se considerar os*  
1810 *encaminhamentos para retomar o assunto. Critério base: realização das conferências. Definição de*  
1811 *critérios para a distribuição de Delegados, considerando o Censo/SUAS, módulo/Conselhos, e*  
1812 *módulos/gestão. Nós estamos no momento de saber quais variáveis, porque nós vamos fazer vários*  
1813 *exercícios nessa perspectiva. O teto será de dois mil Delegados para a 9ª Conferência aumentando aí*  
1814 *em 500. A partir dos participantes presentes na 8ª Conferência, no SISCONFERÊNCIA, apresentado*  
1815 *pela Secretaria Executiva do CNAS, dos dados do Censo/SUAS ou Censo/SUAS/2012 e dos critérios*  
1816 *para definição do número de Delegados propostas acima. Solicitar a SAGI a preparação de uma*  
1817 *planilha de distribuição das vagas de Delegados, restabelecendo o cálculo de vagas original, ou seja,*  
1818 *devolvendo aos estados as vagas retiradas no processo de arredondamento de vagas, foram*  
1819 *remanejadas 14 vagas na composição da distribuição da 8ª Conferência, ressaltando que, quando se*  
1820 *tratar de arredondamento de vagas, para garantir a participação de número mínimo das delegações,*  
1821 *criar novas vagas e não subtrair de outras delegações. Encaminhamentos: solicitar a SAGI que elabore*  
1822 *propostas de critérios para o âmbito municipal, considerando além do critério populacional e*  
1823 *realização das conferências as seguintes variáveis: Conselhos que acompanham as deliberações das*  
1824 *conferências. Conselhos que tenha Secretaria Executiva estruturada. Frequência de realização de*  
1825 *reuniões ordinárias dos Conselhos, Conselhos que possuam planejamento das fiscalizações de serviços,*  
1826 *programas e projetos e benefícios. Municípios que possuam plano de Assistência Social aprovado pelo*  
1827 *Conselho. Participação de usuários na composição do Conselho. Solicitar a SAGI que elabore propostas*  
1828 *de critério para o âmbito estadual, considerando além do critério populacional a realização das*  
1829 *conferências e as seguintes variáveis: estados que têm cofinanciamento e que o cofinanciamento seja*  
1830 *feito fundo a fundo. Relatoria, foi sugerido para a coordenação da relatoria, o Sr. Ronaldo José Sena*  
1831 *Camargos que apresentará proposta de relatoria em conformidade com as deliberações da Comissão*

1832 Organizadora e encaminhamentos, fazer o convite, e convidá-la para estar presente nas reuniões da  
1833 Comissão Organizadora. IV) informativos da 9ª Conferência Nacional. 9ª Conferência Nacional,  
1834 informe I: orientação aos Conselhos de gestores para acessibilidade das conferências de Assistência  
1835 Social. Conteúdo: acessibilidade; isso já passou aqui por esse Conselho e nós já estamos soltando aí  
1836 esse informe. 9ª Conferência, informe II: orientações para as conferências de Assistência Social.  
1837 Conteúdo: informações gerais. Esse aqui é aquele “perguntas e respostas” que foi dado pela  
1838 conferência, que foi só modificado a partir da metodologia. Todos esses documentos vão para os  
1839 senhores. Encaminhamentos: solicitar a SNAS atualização das normativas, leis, decretos e portarias da  
1840 linha do tempo da Assistência Social. Enviar aos Conselhos municipais este informe com as orientações  
1841 necessárias a execução de suas conferências municipais. Recomendar que as conferências temáticas  
1842 sejam realizadas... Não, isso aqui está errado. Podem riscar isso aqui, porque não é desse item não, é  
1843 do outro. Por favor. Foi só uma questão de lugar, pode excluir daí, por gentileza, não vou nem ler. 9ª  
1844 Conferência Nacional informe III: conteúdo, orientação para realização das conferências municipais,  
1845 eixos, ementas, formato, minuta de regimento interno para as conferências municipais, considerando  
1846 a metodologia da 9ª Conferência e a distribuição de Delegados. V) critérios para participação e  
1847 representação do CNAS, das conferências municipais, estaduais e do DF. Forma sugeridos os mesmos  
1848 critérios adotados na 8ª Conferência. Será seguida a ordem de prioridade: Presidente, Vice-Presidente,  
1849 Coordenadores de Comissões, Conselheiros Nacionais conforme disponibilidade. Encaminhamento: a  
1850 Presidente juntamente com a Vice-Presidente elaborará a fala do CNAS, conteúdo padrão, sobre  
1851 gestão e financiamento na efetivação do SUAS, sob o ponto de vista do controle social de acordo com  
1852 a participação do CNAS. Mesa de abertura, painel e mesas. Todos os convites passarão primeiramente  
1853 na presidência ampliada para definição de representantes do CNAS, posterior envio a plenária  
1854 conforme agora para deliberação, mesmo que os que vierem nominados. Constar nas orientações que  
1855 o CNAS estará presente em todas as conferências estaduais, em todas as conferências municipais de  
1856 capital. VI) Prêmio Hélio Muniz de boas práticas na 9ª Conferência. O assunto será pautado em abril.  
1857 VII) informes. Aqui a gente fez tipo um mapa das deliberações só para que vocês tenham clareza do  
1858 que o que foi decidido na 208ª foi efetivamente trabalhado na reunião da Comissão. Deliberação da  
1859 plenária, da 208ª: os encontros regionais do CONGEMAS reforçam a participação dos Delegados  
1860 governamentais na 9ª Conferência Nacional, tendo em vista a deliberação relacionada à participação  
1861 igualitária entre sociedade civil e o governo. a questão está prevista no roteiro das oficinas a serem  
1862 ministradas pelo CNAS nos encontros regionais e reunião do CNAS com o FONSEAS e CONGEMAS. A  
1863 Secretaria Executiva atualizará o informativo da 8ª Conferência e encaminhará a Comissão  
1864 Organizadora para considerações na reunião dos dias 14 e 15 de fevereiro. A 9ª Conferência, informe  
1865 I, encontra-se no site do CNAS com as devidas atualizações. Ressalta-se que este documento foi item  
1866 de informativo do CNAS no mês de janeiro. Criar grupo de email específico para a Comissão  
1867 Organizadora em fase de conclusão até o dia 08 de março de 2013. Criar grupo de email para todos os  
1868 Conselheiros do CNAS sobre a conferência, está bem em fase de conclusão até o dia 08 de março, já  
1869 passou. Temos que estudar um informe sobre isso, depois peça, por gentileza. Grande comunicação:  
1870 contratação de jornalistas de consultoria para planejamento e execução do plano de comunicação da  
1871 conferência em parceria com a ASCOM, principais ideias, conferência virtual, transmissão online com



1872 interação em tempo real. Transmissão EBC, Voz do Brasil e etc. Termos de referência em tramitação.

1873 Logomarca da 9ª Conferência foi deliberada pela contratação de designer para juntamente com a

1874 ASCOM/MDS elaborar logomarca e demais peças da 9ª Conferência. Contratar designer via dispensa

1875 de licitação, para junto com a ASCOM propor a logomarca. Priorizar a produção da logomarca para

1876 utilização nas conferências municipais, enviar via email os estudos da logomarca para a apreciação de

1877 todos os Conselheiros. A partir do levantamento do SISCONFERÊNCIA, os participantes presentes na 8ª

1878 Conferência, apresentados pela Secretaria Executiva dos dados do Censo/SUAS/2011 e dos critérios da

1879 definição do número de Delegados, solicitar a SAGI, preparação de planilha de distribuição das vagas

1880 de Delegados e restabelecendo o cálculo de vagas originais, ou seja, devolvendo aos estados as vagas

1881 retiradas num processo de revezamento de vagas. Foram remanejadas vagas na composição, na

1882 distribuição da 8ª Conferência, ressaltando que quando se tratar de regulamento de vagas para

1883 garantir a participação de número mínimo de delegações, criar novas vagas e não subtrair de outras

1884 delegações. Aguardando definição nos critérios de distribuição de Delegados. Então, a primeira parte

1885 que eu estou lendo é o que foi deliberado por nós na reunião ordinária anterior. E aqui já são as

1886 providências que foram tomadas. Após a consolidação do número de vagas, comunicar o quantitativo

1887 de Delegados por estado e DF aos Secretários estaduais e do DF, de Assistência Social para os CEAS e

1888 CRAS/DF com vista a assegurar o transporte dos Delegados para a 9ª Conferência. Aqui não há

1889 nenhuma atividade, porque nós temos que absolutamente aguardar isso acontecer. Secretaria

1890 Executiva do MDS e subsecretaria de assuntos administrativos foi solicitado a Secretaria Executiva e a

1891 subsecretaria de assuntos administrativos a participação de servidores nas reuniões da Comissão

1892 Organizadora com vistas a dar maior celeridade dos assuntos relacionados a 9ª Conferência. Indicado

1893 o Sr. Maurílio Costa dos Santos, Assessor da SAA/SE/MDS. Item VII: pauta da próxima reunião da

1894 Comissão Organizadora. Critério de definição para o número de Delegados. Prêmio Hélio Muniz, novas

1895 estratégias de participação. Continuidade da discussão da metodologia das conferências estaduais, DF

1896 e nacional, validação dos instrumentos das conferências municipais, lema e logomarca. A próxima

1897 reunião será no dia 10 e 11 de abril. Junto com esse documento foi colocado para os senhores o

1898 informe nº 3, que é o informe que ainda não passou ainda aqui nessa plenária, porque o I e o II nós já

1899 apresentamos. O II, lembrando que são aquelas perguntas e respostas que foram só atualizadas,

1900 tendo em vista aí que não houve perguntas novas e etc.". No. Item I: sobre a proposta de

1901 metodologia. 1.1., o Conselheiro José Araújo .parabenizou a Comissão pela metodologia aqui de

1902 avaliar as deliberações passadas. A Presidenta agradeceu a colocação, indicando o item 1.2: eixos

1903 temáticos e preparação de suas ementas, falando sobre a regionalização entrar como um eixo,

1904 conforme discussão anterior. O Conselheiro José Araújo indicou o debate sobre o IGD, com a

1905 Presidenta indicando que o tema estava inserido em dois itens na ementa do eixo I, o

1906 cofinanciamento obrigatório, que é, 1º) a relação do controle social com o IGD, controle social,

1907 prestação de contas do orçamento, IGD/SUAS e IGD/Bolsa e um item específico sobre o IGD,

1908 IGD/Bolsa e IGD/SUAS. O Conselheiro Ademar citou a questão da emancipação, que lhe parecia ter

1909 ficado diluído, citando, também a territorialidade, com o CRAS sendo a territorialidade da Assistência

1910 Social, discorrendo sobre como esses temas deveriam ser destacados. O Conselheiro Charles

1911 observou que o tema central nesse ano era gestão e financiamento, sendo importante tratar da

1912 regionalização, considerando o papel do estado nesse aspecto, discorrendo como isso poderia ser  
1913 tratado. No item 1.5, sobre os textos orientadores, sobre as conferências, faltava uma referência  
1914 sobre a NOB/RH, o que deveria ser contemplado. O Conselheiro Fábio sugeriu que o tema ficasse  
1915 “*regionalização e territorialização, a garantia da produção integral no acesso aos serviços*  
1916 *socioassistenciais*”. O Conselheiro José da Cruz citou a territorialidade na perspectiva da integralidade  
1917 do acesso a proteção socioassistencial, complementando com a gestão compartilhada, sugerindo  
1918 complementar no próprio título desse eixo. Esclareceu que na Comissão Organizadora tiveram que  
1919 resgatar a memória da última reunião que isso ficava bem determinado. A Conselheira Jane indicou o  
1920 eixo III, gestão do trabalho, falando sobre o item e sugerindo fossem mais específicos quando falava  
1921 da mesa de negociação, dos trabalhadores governamentais e da supervisão técnica também dos  
1922 trabalhadores, com a Presidente sugerindo que fizesse uma proposta de ementa. A Conselheira  
1923 Aldenora destacou a importância da regionalização, oportunizando trazer os problemas de várias  
1924 regiões. O Conselheiro Edivaldo citou a fala da Conselheira Jane, esclarecendo que no âmbito da  
1925 Comissão haviam discutido a questão da precarização dos vínculos, estando registrado no segundo  
1926 objetivo específico, de discutir a gestão do trabalho, citando os procedimentos tomados para a  
1927 resolução desse problema. A Conselheira Jane sugeriu ficasse “ Os trabalhadores do SUAS e seus  
1928 vínculos trabalhistas”, abrangendo, assim, todos os vínculos. O Conselheiro Tiago sugeriu “O vínculo  
1929 do trabalho dos trabalhadores do SUAS”, não ficando a mesma idéia, conforme colocado pela  
1930 Presidenta, com a redação a ser feita. A Conselheira Jane complementou com a questão da  
1931 supervisão, sugerindo “Supervisão técnica dos trabalhadores da rede pública e privada”. A  
1932 Conselheira Marisa relatou que o tema regionalização já vinha sendo tratado pelo CONGEMAS em  
1933 todo o país, assim como o financiamento do SUAS, gestão municipal e as desigualdades regionais.  
1934 Ressaltou a grande decisão tomada pelo CNAS de trazer essa discussão para a Conferência, haja vista  
1935 que não estava apenas dentro do contexto da política da Assistência Social, mas também dentro das  
1936 demais políticas. Complementando o colocado pelo Conselheiro Charles, era fundamental trazer a  
1937 discussão do papel do estado e também os serviços regionalizados no SUAS, discorrendo sobre sua  
1938 importância para os municípios. Falou sobre o evento realizado no dia anterior e as discussões que  
1939 haviam sido feitas e que continuariam, sobre a territorialidade e regionalização, ademais de rediscutir  
1940 o refinanciamento também por parte dos entes federados, estaduais, municipais, considerando a sua  
1941 menor concentração nos municípios. A Presidenta indicou que como o eixo VI, territorialização,  
1942 também estava no eixo IV, vigilância, aumentariam o título e a ementa, considerando que os seis  
1943 eixos para a 9ª Conferência Nacional já estavam contemplados. Item 1.4, discutir critérios e  
1944 providências para o slogan da 9ª Conferência, tendo solicitado o apoio da ASCOM, a partir das  
1945 chamadas, 20 anos de LOAS, oito anos de SUAS, compartilhar responsabilidade, aprimorar a gestão,  
1946 qualidade de serviços, etc., com consenso do Pleno. No Item 1.5: discutir sobre os textos orientadores  
1947 para conferências informou a ideia na Comissão Organizadora, de não trabalhar com a construção de  
1948 um caderno de textos sobre cada eixo, mas de textos pequenos que pudessem atender todos os  
1949 estados e municípios, solicitando apoio à SNAS para confecção desses textos que deveriam sair no  
1950 Informe IV. A Conselheira Jane relatou a proposta do texto para a inclusão na ementa dos objetivos:  
1951 “Discutir a gestão do trabalho na perspectiva de implantação de quadros efetivos de funcionários

1952 através de concurso público”, “Discutir a implantação de planos, de cargos, carreiras e salários para os  
1953 trabalhadores da rede pública e privada do SUAS” e “Discutir a utilização do voluntariado, sem perda  
1954 na qualidade do atendimento”, esclarecendo sua sugestão. O Conselheiro José Araújo destacou a  
1955 importância do voluntariado na rede privada, citando a Pastoral da Pessoa Idosa. O Conselheiro  
1956 Charles concordou com a discussão, mas não dizendo que o voluntariado fazia parte da rede formal,  
1957 não colocando na redação que era na efetivação do SUAS, mas sim nas normativas do SUAS. A  
1958 Presidente sugeriu colocar como objetivo específico deste eixo, mas na ementa deste eixo. A  
1959 Conselheira Leila falou que tinham regulado os trabalhadores do SUAS, suas equipes técnicas, não  
1960 reconhecendo o trabalho voluntário como dimensão de realização de política pública, discorrendo  
1961 sobre a necessidade desse trabalho e como poderia ser organizado. O Conselheiro Anderson falou  
1962 sobre a questão, sugerindo fazer outro debate nas Comissões ou em outro lugar, mas não na  
1963 Conferência. O Conselheiro Ademar concordou com esse encaminhamento, mas com a Conferência já  
1964 tendo um foco, o que dificultaria algumas discussões, mas que o tema poderia entrar na ementa para  
1965 iniciar o debate, discorrendo sobre a questão e defendendo militância da ação política que precisava  
1966 ser reconsiderada. A Conselheira Leila concordou com o Conselheiro Ademar, encontrando que a  
1967 própria Sociedade Civil teria que fazer esse debate sobre as formas de voluntariado. A Conselheira  
1968 Jane concordou que colocasse na ementa, mas que não poderiam deixar essa discussão para depois,  
1969 considerando sua relevância. O Conselheiro José Araújo citou a Lei 9.608, do voluntariado, que  
1970 determinava seus direitos e deveres, assim como da entidade, concordando com a Conselheira Jane  
1971 em não postergar essa discussão, com o Conselheiro Tiago esclarecendo a distinção entre relação de  
1972 trabalho e relação de emprego. O Conselheiro Anderson ponderou que essa discussão tinha dois viés,  
1973 sendo um a discussão das práticas dos voluntariados na normativa do SUAS, observando que essa  
1974 discussão primeiro deveria ser feita nas Comissões, citando o seu exemplo como militante. A  
1975 Presidenta observou que em não havendo consenso, levaria essa discussão para a Comissão  
1976 Organizadora, mas concordando com a Conselheira Leila com relação à questão trabalhista de  
1977 determinados setores. Item II, critérios para a distribuição de Delegados da 9ª Conferência Nacional,  
1978 não havendo nenhuma observação. Item III, relatoria. A Conselheira Márcia referiu-se à escolha do Sr.  
1979 Ronaldo para a coordenação, mas sugerindo três nomes indicados pela Sociedade Civil: Sr. Professor  
1980 Reinaldo Pontes da Universidade do Pará; Professor Helder Bosca da Universidade de Santa Catarina e  
1981 Célio Vanderlei, a ser apreciado pela Comissão. A Presidenta relatou a conversa tida com o Sr.  
1982 Ronaldo Sena Camargos, que aceitou o convite, com a prerrogativa de poder montar sua equipe,  
1983 participando da conversa a ser feita na Comissão Organizadora para montar a relatoria, que atenderia  
1984 a nova metodologia da Conferência Nacional. Item IV informativos. A Presidenta em exercício,  
1985 Conselheira Leila, indicou os itens IV, V, VI, VII, VIII, pauta da Comissão Organizadora da 9ª  
1986 Conferência Nacional que será em 10 e 11 de abril, não havendo nenhuma sugestão. A seguir,  
1987 considerou aprovada pelo Pleno a memória da reunião da Comissão Organizadora da 9ª Conferência  
1988 Nacional. A Presidenta falou sobre a criação dos grupos de email para a Comissão Organizadora e  
1989 para os Conselheiros, indicando que seria feito através de um sistema interno e como o mesmo  
1990 funcionaria e qual sua capilaridade. Falou sobre o documento 9ª Conferência Nacional, informe III de  
1991 2013, que trazia orientações para a realização das conferências municipais, eixos, ementas e

1992 formatos, minuta do regimento interno para as conferências, considerando a metodologia da 9ª  
1993 Conferência e distribuição de Delegados, esclarecendo que o mesmo subsidiaria a nova Conferência e  
1994 como os gestores deveriam trabalhar seus documentos para esse evento, em comparação com os  
1995 realizados anteriormente. Esclareceu que diferente das vezes anteriores, o CNAS diria ao relator o que  
1996 queria que fosse contemplado, o conteúdo a ser trabalhado. Indicou o item 5.3, que trazia o  
1997 monitoramento do cumprimento das deliberações após a Conferência, sugerindo a criação de um GT  
1998 com essa finalidade, o que não era prática atual, esclarecendo o que a NOB/SUAS/2012 trazia sobre a  
1999 questão. O Conselheiro Ademar observou que a indicação dos nomes para a equipe do Sr. Ronaldo,  
2000 facilitaria o trabalho, sugerindo que a Comissão considerasse como encaminhar essa possibilidade  
2001 dessa equipe. A Presidenta registrou a sugestão, indicando que as orientações nº 3, haviam sido  
2002 aprovadas pelo Pleno. Informou o texto confeccionado pelo Conselheiro Tiago: “A intersetorialidade e  
2003 a política de Assistência Social na agenda de enfrentamento ao crack”, sendo aprovado pelo Pleno.  
2004 **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para  
2005 retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a Presidenta solicitou à Secretária-Executiva a  
2006 conferência do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira Clara Carolina de Sá,  
2007 Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira Marisa  
2008 Rodrigues da Silva, Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci, Conselheira Leila Pizzato, Conselheiro  
2009 Volmir Raimondi, Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Conselheiro Aldenora Gomes Gonzáles,  
2010 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Conselheira Jane Pereira Clemente,  
2011 Conselheira Maria do Socorro Fernandes Tabosa e Conselheira Margarida Munguba Cardoso,  
2012 Conselheiros Suplentes: Conselheiro Marcílio Marquezine Ferrari, Conselheiro Charles Pranke,  
2013 Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Conselheira Cláudia Faquinote, Conselheira Dóris Margareth  
2014 de Jesus, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheiro Edvaldo da Silva Ramos, Conselheiro Carlos  
2015 Rogério de Carvalho Nunes e, Conselheiro Thiago Barbosa Ferreira Cabral. A Presidenta em exercício  
2016 solicitou à Conselheira Clara a leitura da nota de repúdio: *“Nota de Repúdio. O Conselho Nacional de*  
2017 *Assistência Social – CNAS, Órgão de deliberação colegiada instituído pela lei Orgânica de Assistência*  
2018 *Social LOAS, Lei número 8.742 de sete de dezembro de 1993 reunido entre os dias 11 a 13 de março de*  
2019 *2003, manifesta-se a respeito da eleição do deputado Marco Feliciano para Presidente da Comissão*  
2020 *dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados da seguinte maneira. Considerando que a*  
2021 *Comissão de Direitos Humanos e Minorias é uma das Comissões permanentes da Câmara dos*  
2022 *Deputados a qual desempenha um papel de grande relevância pública para a sociedade brasileira e*  
2023 *tem como principal objetivo contribuir para a afirmação dos Direitos Humanos. Considerando que a*  
2024 *representação maior da Comissão de Direitos Humanos e Minorias requer compromisso e respeito aos*  
2025 *princípios e normas relativas aos Direitos Humanos e de minorias, preconizados na Constituição*  
2026 *Federal e do ordenamento jurídico brasileiro e considerando que as manifestações públicas verbais e*  
2027 *escritas do Deputado Marco Feliciano de conteúdo discriminatório, homofóbico e de não respeito às*  
2028 *religiões de matriz africana impedem o exercício do mandato de Presidente da Comissão de Direitos*  
2029 *Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em decisão do seu colegiado resolve a prova ato*  
2030 *oriundo de representatividade qual seja, a nota de repúdio à eleição do Deputado Marco Feliciano*  
2031 para Presidente da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.” A

2032 Presidenta em exercício considerou aprovado o texto. **Item Relato da Comissão de Política.** O  
2033 Conselheiro José da Crus registrou a presença da Professora Joaquina Barata da Federal do Pará,  
2034 Estela Ferreira, Coordenadora da Escola de Informação dos Trabalhadores do SUAS da cidade de São  
2035 Paulo, e Professora Ester Lemos que representou no trabalho a ser apresentado o Fórum Nacional dos  
2036 Trabalhadores do SUAS. final, então não confundem, não misturem para gente não ter a aqui  
2037 dificuldade na leitura. Então: *“Memória da Reunião Ordinária da Comissão de Política da Assistência*  
2038 *Social, reunião 002 de 2013, da 11 do três de 2013, local Explanada dos Ministérios, Bloco A, 4º andar,*  
2039 *sala 435. Conselheiros presentes, José Cruz Coordenador da Comissão, Anderson Lopes Miranda,*  
2040 *Edvaldo da Silva Ramos, Jane Pereira Clemente, Márcia de Carvalho Rocha. Ausência justificadas Léia*  
2041 *Lúcia Cecílio Braga, Maria do Socorro Fernandes Tabosa, Meive Ausônia Piacesi e Nilsia Lourdes dos*  
2042 *Santos. Convidados para esta Reunião Ordinária da Comissão eu mesmo que vos falo José Cruz*  
2043 *Coordenador Geral da Gestão do Trabalho do SUAS da Secretaria Nacional de Assistência Social do*  
2044 *MDS, Antônio Santos Castro da Secretária de Avaliação da Gestão da Informação do MDS, a*  
2045 *Professora Joaquina Barata da Universidade Federal do Pará, Mirian Albuquerque do Departamento*  
2046 *de Gestão do SUAS do MDS, Vagner Saltorato do Departamento de Gestão do SUAS do MDS. Tivemos*  
2047 *como ouvintes Alessandra Nogueira da FENAPAES e tivemos apoio da Secretaria Executiva que contou*  
2048 *com a Maria Auxiliadora Pereira, Ana Tereza Gomes, Maria Antônia Pereira Valente, Roziele Bonfim e*  
2049 *tem um de discussão da Comissão, a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS os oito anos*  
2050 *de implementação do SUAS propiciou dentro outras conquistas a construção ampliada e democrática*  
2051 *da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS que tem como objetivo geral institucionalizar o*  
2052 *âmbito do Sistema Único da Assistência Social à perspectiva política pedagógica e a cultura da*  
2053 *educação permanente estebelecendo suas diretrizes e princípios e defendendo os meios, mecanismos*  
2054 *e instrumentos e arranjos intitucionais necessárias a sua operacionalização e efetivação visando o*  
2055 *aprimoramento da gestão do SUAS por meio da qualificação da oferta dos programas, projetos,*  
2056 *serviços e benefícios socioassistenciais. Parte do trabalho de sistematização, das contribuições ao*  
2057 *texto da Política Nacional de Aplicação Permanente do SUAS trabalhado pelo grupo de trabalho*  
2058 *instituído pelo grupo de trabalho instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Das*  
2059 *construições ao texto propostas na reunião da Comissão de Política em 11 de março, na*  
2060 *apresentação ao Pleno do Conselho Nacional de Assistência Social. Em 12 de março a Comissão de*  
2061 *Política propõe a leitura do texto da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS e aprovação*  
2062 *dessa política conforme Resolução anexa. O Item 2, segundo o ponto de pauta da Comissão, foi a*  
2063 *discussão do processo de reconhecimento das categorias, ocupações de nível médio e fundamental do*  
2064 *Sistema Único da Assistência Social. Dando continuidade a discussão do processo de reconhecimento*  
2065 *das categorias ocupações de nível médio e fundamental do SUAS José Cruz Coordenador Geral da*  
2066 *Gestão do Trabalho do SUAS resgatou o processo de construção do reconhecimento dessas categorias*  
2067 *que teve início em 2011 com a realização de estudos que identificaram as ocupações da CBO que*  
2068 *estão presentes no Sistema Único da Assistência Social. Em seguida foi realizado o aprimoramento do*  
2069 *questionário do Censo SUAS 2012 visando identificar as ocupações e local de atuação dos*  
2070 *trabalhadores de ensino médio e fundamental que exerce a função de apoio a gestão do SUAS nas*  
2071 *unidades públicas além do apoio à fnção técnica. Foram identificados no Censo SUAS 2012 119.118*

2072 *trabalhadores de nível médio nas Secretarias Municipais de Assistência Social, desses 31%, ou seja,*  
2073 *36.583 são estatutários, 15%, ou seja, 18.116 trabalhadores são comissionados, 13%, ou seja, 15.175*  
2074 *são celetistas e 41%, ou seja, 49.244 trabalhadores possuem outros vínculos. Foram identificados*  
2075 *43.182 trabalhadores de nível fundamental nas Secretarias Municipais de Assistência Social, desses*  
2076 *43%, ou seja, 18.699 estatutários, 34%, ou seja, 14.548 trabalhadores possuem outros vínculos, 12%, ou*  
2077 *seja, 4.970 trabalhadores celetistas e 11%, ou seja, 4.965 trabalhadores são comissionados. As*  
2078 *principais ocupações nos órgãos gestores e unidades de assistência social baseados na CBO, na*  
2079 *Classificação Brasileira de Ocupações, foram por ordem de maior número de trabalhador para o*  
2080 *menor número, auxiliar administrativo, limpeza e conservação, outras funções relativas ao apoio*  
2081 *administrativo, recepcionista, motorista, digitador ou digitadora, segurança, vigia, cozinheiro ou*  
2082 *cozinheira, secretária ou secretário e assistente. Auxiliar de informática, copeiro, office-boy,*  
2083 *telefonista, operador de call center ou operadora de call center e auxiliar de contabilidade. As*  
2084 *principais funções técnicas nos órgãos gestores e unidades forma em ordem de maior quantitativo*  
2085 *para o menor, orientador social/monitor, facilitador de oficinas, cadastrador, educador, outras*  
2086 *funções e educador. Também foi identificado no Censo SUAS 2012 que 11%, esse é um registro*  
2087 *importante para nós que 11% dos municípios realizaram o concurso público neste ano para os*  
2088 *trabalhadores de nível superior e 7% dos municípios realizaram concurso público para os*  
2089 *trabalhadores de nível médio. Como estratégia de aprimoramento do processo em 2013 do Ministério*  
2090 *do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social e*  
2091 *da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação o SAGI, realizará encontros regionais e nacional*  
2092 *com trabalhadores de nível médio e fundamental com o objeto de discutir de forma ampliada e*  
2093 *participativa o reconhecimento dessas ocupações/categorias a partir da identificação e*  
2094 *sistematização das atividades e das atribuições que são desenvolvidas no âmbito Sistema Único de*  
2095 *Assistência Social pelas diferentes ocupações ou categorias profissionais de nível médio alocadas nas*  
2096 *funções de gestão e de provimento de serviços e benefícios e sistematização das contribuições dos*  
2097 *trabalhadores que permitam aprimorar o projeto pedagógico do curso técnico em orientação social e*  
2098 *discussão da metodologia básica do Sistema Único de Assistência Social. A metodologia desses*  
2099 *encontros encontra-se em fase de elaboração, o Conselho Nacional como órgão responsável pelo*  
2100 *reconhecimento dessas categorias presentes na assistência social fará o acompanhamento desse*  
2101 *processo de discussão. Encaminhamento desse segundo ponto de pauta da Comissão enviar aos*  
2102 *Conselheiros do CNAS, apresentação em Power Point que traz detalhes do Censo SUAS 2012 em*  
2103 *relação aos trabalhadores do SUAS de nível médio e fundamental que o processo de discussão do*  
2104 *reconhecimento das categorias e ocupações de nível médio e fundamental do SUAS inclua os*  
2105 *trabalhadores na rede socioassistencial que exerce a função de apoio a gestão no órgão gestor nas*  
2106 *unidades públicas e nas entidades e organizações de assistência social assim como a função de apoio*  
2107 *técnico à equipes de referência nos serviços das unidades públicas e privadas. Outro encaminhamento*  
2108 *definir estratégia de mobilização dos trabalhadores da rede pública e privada para a participação no*  
2109 *processo de discussão. Outro encaminhamento discutir o reconhecimento dos trabalhadores de nível*  
2110 *médio do SUAS a partir do Censo SUAS com o objetivo de subsidiar as decisões do CNAS bem como*  
2111 *subsidiar a discussão no processo de resignificação das ocupações/categorias profissionais no âmbito*

2112 do Sistema Único da Assistência Social. Item 4. Definição de pauta de abril. Dia 15 de abril nós temos a  
2113 reunião conjunta da Comissão de Política e Comissão de Acompanhamento de benefício e  
2114 transferência de renda, a pauta é a avaliação da inclusão das pessoas com deficiência ao mundo do  
2115 trabalho na escola e na sociedade considerando suas necessidades específicas, nós vamos pautar  
2116 nessa Comissão o benefício de prestação continuada, o benefício de prestação continuada, o BPC na  
2117 Escola e o BPC Trabalho. Teremos como convidado aqui o Departamento de Benefícios Assistenciais o  
2118 DBA da Secretaria Nacional de Assistência Social. No dia 16 de abril a nossa pauta ordinária da  
2119 Comissão de Política, nós temos dois pontos de pauta que é o balanço das ações da gestão do SUAS, o  
2120 convidado é a Secretaria Nacional, a Comissão ela entendeu que assim como a Comissão de  
2121 financiamento ela tem já na sua rotina a presença do departamento da Diretoria Executiva do Fundo  
2122 Nacional de Assistência Social e de dois em dois meses, enfim, com toda a questão da prestação de  
2123 contas, da análise do orçamento que a Comissão de Política também com o seu plano de ação e com  
2124 as suas várias pautas que envolvem o órgão gestor, que envolvem a Secretaria que na Comissão de  
2125 Política também vai contar na sua rotina de dois em dois meses com a presença do órgão gestor para  
2126 estar fazendo um balanço e é claro que um balanço que nós queremos, que nós vamos indicar os  
2127 pontos de pauta que estão no nosso plano de ação que nós queremos que seja discutido nesta  
2128 comissão e outro ponto de pauta é o programa ACESSUAS Trabalho e o PRONATEC responsabilidade  
2129 da assistência social e do MEC. Esta agenda, essa pauta foi fruto de um debate bastante profícuo  
2130 realizado na Comissão no momento em que fazíamos a apreciação das metas e critérios de expansão  
2131 deste programa que também nós vamos estar fazend esse relato, após esse relato aqui no relato da  
2132 Comissão de Política e da Comissão de Financiamento. O debate foi bastante profícuo e não era ali,  
2133 entendemos que ali não era o caso de aprofundarmos concepção, enfim, detalhes que a gente achou  
2134 que era importante a gente pautar novamente fora de um Minuta de Resolução de expansão que foi  
2135 pactuado na CIT, mas que nós tivéssemos então um momento então de debate das atribuições tanto  
2136 da assistência social quanto do Ministério da Educação na agenda do ACESSUAS Trabalho, então a  
2137 gente traz como ponto de pauta para abril o esse debate e aí como convidado teremos aqui a  
2138 Secretaria Nacional de Assistência Social, a Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema  
2139 Pobreza a SESEPE, o Ministério da Educação e o Sistema S". A Presidenta justificou seu atraso,  
2140 passando para a Conselheira Cláudia que na referência ao sistema reconhecemos a rede pública e a  
2141 rede privada como integrantes do sistema, o texto pudesse ser explicitado, buscando como referência  
2142 o Inciso II do Artigo 6º da LOAS. Item 2, discussão do processo de reconhecimento das categorias,  
2143 ocupações de nível médio e fundamental do SUAS. A Conselheira Cláudia observou ter entendido no  
2144 item que havia sido usado o Censo 2012, não tendo os dados da rede privada, devendo ser discutido  
2145 quais os dados que usariam como referência. O Conselheiro José da Cruz observou que essa  
2146 preocupação, trazida pela Conselheira Jane havia sido registrada na Comissão, entendendo que uma  
2147 situação não interferiria na outra, ecom essa agenda tratando do processo de reconhecimento de  
2148 categorias de ocupações profissionais presentes no SUAS, esclarecendo que esses dados ainda não  
2149 haviam chegado ao CNAS por estarem sendo trabalhados. Esclareceu que o registro dessa  
2150 observação, sendo que buscaríamos as informações e junto com a equipe da rede privada fariam um  
2151 trabalho que envolvesse todos, não se fazendo uma resolução que não atendesse a totalidade do

2152 sistema. Falou sobre o trabalho que estavam fazendo para aprimorar o questionário do Censo da  
2153 Gestão do Trabalho para ter um retrato mais fidedigno, o que seria feito também na rede privada,  
2154 com as entidades podendo ajudar para pensar em uma metodologia. Em não havendo mais  
2155 nenhuma observação, a Presidenta considerou aprovados os encaminhamentos trazidos pela  
2156 memória da Reunião da Comissão de Política de Assistência Social. **Item A Política Nacional de**  
2157 **Educação Permanente do SUAS**, apresentando as colaboradoras, Professora Joaquina Barata,  
2158 Professora Estela, Professora Ester e a Professora Jucimere, que não se encontrava presente, ademais  
2159 do Conselheiro José da Crus e da Conselheira Jane, que haviam integrado a equipe. O Conselheiro  
2160 José da Crus agradeceu e informou que o texto seria lido pelas professoras, reiterando que os  
2161 gestores viessem a institucionalizar o que estava escrito nesse documento, importante para o SUAS e  
2162 para os trabalhadores, tendo uma equipe qualificada para atender com a qualidade que os usuários  
2163 requeriam. A, Professora Stela iniciou o relato: *“Caracterizado historicamente por ações*  
2164 *assistencialistas paternalistas fundadas na caridade e na benesse e alicerçadas no voluntariado a*  
2165 *assistência social tem dado passo significativo em direção a sua consolidação como política de direito.*  
2166 *A mudança no paradigma assistencial historicamente dominante se deu na medida em que os*  
2167 *movimentos sociais afetos ao campo da assistência social que haviam sido silenciados durante o*  
2168 *período de ditadura militar de 64 a 85 emergiram na cena da política nacional e quando da*  
2169 *redemocratização do país deixaram sua marca no processo de elaboração da Carta Magna de 1988,*  
2170 *assim, por força da Constituição Federal de 88 e da Lei 8.742 de 93 a LOAS e suas atualizações a*  
2171 *assistência social foi levada a Estatuto de política pública integrante da seguridade social e, portanto*  
2172 *direito do cidadão e dever do estado. Os procedimentos, mecanismos, instrumentos, princípios e*  
2173 *diretrizes de sua operacionalização foram regulamentados pela Política Nacional de Assistência Social*  
2174 *PNAS 2004 e pela Norma Operacional Básica do SUAS, NOB/SUAS 2005, revogado e substituída pela*  
2175 *NOB/SUAS 2012. Arcabouço normativo por meio do qual a assistência social ganhou a configuração*  
2176 *institucional de um sistema descentralizado e participativo que por meio de uma rede socioassistencial*  
2177 *composta por órgãos governamentais e de entidades e organizações de assistência social oferta a*  
2178 *população serviços, benefícios, programas, projetos e transferências de renda destinados à garantia*  
2179 *de proteção social e o atendimento das necessidades básicas da população. O conjunto de processos*  
2180 *procedimentos e atividades relacionadas ao planejamento, operacionalização, monitoramento,*  
2181 *avaliação e controle social do conjunto de ações finalísticas que compõem a política de assistência*  
2182 *social bem como do seu financiamento e sua gestão sistêmica descentralizada e participativa e*  
2183 *compartilhada, exige a mobilização de novos saberes competências e sua permanente atualização*  
2184 *impõe ao mesmo tempo a necessidade do trabalho combinado qualificado de grande variedade de*  
2185 *profissionais com diferentes graus de formação escolar atuando nas três esferas de governo. Visando*  
2186 *a atender as exigências desse novo contexto e a promover a profissionalização da assistência social a*  
2187 *LOAS coloca em evidência a necessidade de implementação da gestão do trabalho e da educação*  
2188 *permanente na assistência social e atribui ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome*  
2189 *a responsabilidade de formular política para qualificação sistemática continuada de recursos humanos*  
2190 *no campo da assistência social, LOAS Artigo 19 Inciso X. Perspectiva que é a reafirmada pelo Plano*  
2191 *Decenal de Assistência Social em 2005 e pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do*



2192 SUAS a NOB/RH 2006. Assim, em resposta a esses desafios o Conselho Nacional de Assistência Social  
2193 com o apoio da Secretaria Nacional de Assistência Social iniciou um amplo processo de debate, de  
2194 pactuação envolvendo gestores das três esferas federativas, trabalhadores, Conselheiros e usuários do  
2195 SUAS visando a elaboração do texto dessa Política Nacional de Educação Permanente. As diretrizes e  
2196 princípios que a orientam foram apresentados e discutidos pela primeira vez em 2011 no encontro do  
2197 Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social, FONSEAS, e as responsabilidades que  
2198 ela estabelece entre os entes federados foi compactuada neste mesmo ano por ocasião da 108ª  
2199 Reunião Intergestores e Tripartite, após essa pactuação uma versão preliminar dessa política foi  
2200 apresentada e discutida em reunião do CNAS que deliberou pela sua publicização e disseminação na  
2201 8ª Conferência Nacional de Assistência Social realizada em dezembro de 2011 bem como pela  
2202 organização de uma Oficina de trabalho destinada ao aprofundamento do debate sobre o seu  
2203 conteúdo. A Oficina realizada em 25 de abril de 2012 contou com a participação de representantes de  
2204 instituições de ensino superior das cinco regiões do país de associações de ensino e pesquisa, do  
2205 Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, de Conselheiros de assistência social, do Fórum Nacional  
2206 dos Secretários Estaduais de Assistência Social, do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de  
2207 Assistência Social, de representantes da entidades de classe representativa das categorias  
2208 profissionais de nível superior que atuam no SUAS e de colaboradoras especialistas. Com base no  
2209 debate realizado e a fim de incorporar ao texto as contribuições resultantes o CNAS por meio da  
2210 Resolução 19 de seis de junho de 2012 instituiu o grupo de trabalho com o objetivo de sistematizar o  
2211 texto final da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Essa Política Nacional de Educação  
2212 Permanente constitui, portanto uma resposta às demandas por qualificação do provimento dos  
2213 serviços socioassistenciais da gestão e do controle social no SUAS não apenas representativa dos  
2214 anseios, do conjunto dos sujeitos envolvidos na construção desse sistema, mas também de um ousado  
2215 e arrojado modo de se conceber e fazer a formação de pessoas para e pelo trabalho visando a  
2216 emancipação dos trabalhadores e usuários do sistema. Para o desafio de implementá-lo estão  
2217 convocados todos os que contribuíram, estejam contribuindo ou pretendam contribuir para a  
2218 profissionalização do SUAS e a consolidação de assistência social enquanto política pública de direito,  
2219 MDS, Secretarias Estaduais do Distrito Federal e municipais de Assistência Social, Conselho de  
2220 Assistência Social, entidades e organizações de assistência social, organizações de classe,  
2221 organizações sindicais representativas dos trabalhadores do SUAS, organizações representativas de  
2222 usuários do SUAS, Comissão Intergestores Tripartite e Bipartite, instituições vinculadas à rede nacional  
2223 de capacitação e educação permanente do SUAS, dentre outros.” Nosso segundo item é o histórico:  
2224 “O reconhecimento da assistência social como política pública integrante da seguridade social, direito  
2225 do cidadão e dever do estado e a lógica de sua organização sob a forma de sistema único  
2226 descentralizado e participativo possibilitar a institucionalização dos Conselhos e conferências como  
2227 espaços centrais e privilegiados do debate democrático relativamente aos s deferentes aspectos e  
2228 dimensões de sua implementação. Dentro os temas, dentre eles, perdão, os temas da gestão do  
2229 trabalho e da qualificação e valorização dos trabalhadores da área figuraram desde o primeiro  
2230 momento nos debates, deliberações das Conferências de assistência social culminando com a  
2231 realização da 8ª Conferência Nacional que teve como lema a consolidação do SUAS e a valorização

2232 dos seus trabalhadores, mas a preocupação com os sistemas não se limitou ao campo do debate em  
2233 relação à qualificação dos trabalhadores e dos Conselheiros envolvidos na implementação da política  
2234 de assistência social algumas ações foram desenvolvidas e executadas nos âmbitos municipal,  
2235 estadual, distrital e federal possibilitando um importante aprendizado institucional quanto ao tema.  
2236 Sendo assim, como ponto de partida para as definições estratégicas contidas nessa política nacional  
2237 de educação permanente vale proceder ao registro e balanço da trajetória histórica do modo como as  
2238 conferências de assistência social enfrentaram o debate quanto aos temas acima anunciados, bem  
2239 como das principais ações de formação e capacitação que buscaram responder as demandas de  
2240 qualificação na área. Item 2.1. Trajetória histórica do debate desenvolvido nas Conferências de  
2241 Assistência Social sobre o trabalho e a valorização dos trabalhadores. As duas primeiras Conferências  
2242 nacionais realizadas respectivamente em 1995 e 1997 convergiram com o período de extinção da  
2243 Fundação Legião Brasileira de Assistência LBA, que desde a sua criação em 1942 havia se constituído  
2244 no principal veículo por meio do qual o estado implementava ações de assistência. Neste período a  
2245 Gestão Federal da Assistência Social financiava entidades sociais com verbas para manutenção de  
2246 variados serviços como creches, internações de idosos e serviços de atenção continuada. A LBA  
2247 contava com um grupo de servidores organizados e ativos na defesa da assistência social enquanto  
2248 política pública de direito, em sua trajetória a Associação Nacional de Servidores da Legião Brasileira  
2249 de Assistência - ANASSELBA, teve participação intensa no processo constituinte em seguida no debate  
2250 e na formulação da Lei Orgânica de Assistência Social. ANASSELBA foi também uma das  
2251 representações dos trabalhadores na primeira gestão do Conselho Nacional de Assistência focalizando  
2252 posicionamento de uma parcela dos profissionais da LBA que neste período havia iniciado um  
2253 movimento de reforma de sua estrutura administrativa. Contudo, essa construção coletiva dos  
2254 trabalhadores da LBA foi interrompida em 1995 pela Medida Provisória que extinguiu a fundação,  
2255 havendo suas estruturas centrais e regionais sido incorporadas à Secretaria de Estado da Assistência  
2256 Social CEAS vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social. Suas sedes regionais foram  
2257 anteriormente transferidas a gestões estaduais e os trabalhadores dispersados por diferentes órgãos  
2258 da administração pública federal. Na 1ª Conferência Nacional de Assistência Social em 1995 a  
2259 temática dos recursos humanos não tinha Estatuto próprio, apresentando como parte dos debates  
2260 deliberações relativas ao tema assessoria e treinamento de pessoal. O debate centrava-se na  
2261 necessidade da oferta de treinamentos aos municípios por parte dos governos federal e estadual  
2262 visando à implementação das novas responsabilidades atribuídas àquele ente federativo, qual seja  
2263 criar Conselho e fundos, formular planos de assistência social e executar programas e projetos. A  
2264 Conferência, no entanto não definiu estratégias concretas de efetivação dos treinamentos requeridos.  
2265 Na 2ª Conferência Nacional de Assistência Social em 1997 pautou-se pelo balanço resultante dos  
2266 debates realizados pelas Conferências estaduais quanto à fragilidade na consolidação na gestão  
2267 descentralizada. A voz dos municípios fez-se ouvir em âmbito nacional com aprovação de deliberações  
2268 importantes para a gestão descentralizada da política da assistência social. Nesse contexto foi  
2269 aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência por meio da Resolução 204 de quatro de dezembro de  
2270 1997 a Norma Operacional Básica de Assistência Social que instituiu as Comissões Intergestores  
2271 Bipartite e Tripartite como instâncias de debates, pactuação entre gestores municipais, estaduais do

2272 *Distrito Federal e Federal objetivando a operacionalização da política e a Coordenação Federativa das*  
2273 *Ações de Assistência Social. Nessa Conferência apenas uma deliberação tratou especificamente dos*  
2274 *trabalhadores apontando a necessidade de realização de concursos para a contratação de equipes*  
2275 *profissionais em nível municipal com prazo de efetivação para dezembro de 1998, fato este indicativo*  
2276 *de que o lugar do trabalhador na política de assistência social ainda não era tratado como estratégico*  
2277 *para efetivação do novo paradigma e configuração da assistência social. Foi na 3ª Conferência de*  
2278 *Assistência Social realizada em 2001 a que preocupação com o trabalho e os trabalhadores emergiu*  
2279 *como pauta merecedora de tratamento específico, em relação ao tema podem citar como pontos*  
2280 *relevantes de debate e deliberação dessa Conferência a indicação: A. Da necessidade de elaboração e*  
2281 *implementação de um política nacional de capacitação nacional continuada com definição do seu*  
2282 *público, Conselheiros, Gestores, profissionais, prestadores de serviços e usuários nas três esferas de*  
2283 *governo e B. Fundo Nacional de Assistência Social como fonte de recursos destinados ao*  
2284 *financiamento de tal política. Na mesma ocasião aprofundou-se o debate sobre a corresponsabilidade*  
2285 *entre os entes federados no financiamento dos recursos humanos da assistência social, debate por*  
2286 *meio do qual apesar do contexto adverso da aprovação da lei de responsabilidade fiscal, Lei*  
2287 *Complementar nº 101 de quatro de maio de 2000 e do tensionamento do debate político nacional pelo*  
2288 *tema da redução dos gastos públicos com pessoal, ousou-se defender a contratação de trabalhadores*  
2289 *no setor público como condição necessária a efetivação dos direitos socioassistenciais. A 4ª*  
2290 *Conferência Nacional da Assistência Social realizada em 2003 sob o contexto do reordenamento do*  
2291 *Ministério da Assistência Social para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*  
2292 *representou por sua vez um marco na trajetória na política de assistência social ao definir a diretriz de*  
2293 *criação do Sistema Único de Assistência Social, diretriz esta que permitiu ao CNAS aprovar no ano*  
2294 *seguinte a Política Nacional de Assistência Social em 2004 estabelecendo os referenciais técnicos e*  
2295 *políticos de universalização da assistência social com base nos princípios da matricialidade*  
2296 *sociofamiliar e da territorialidade. Em relação ao tema do trabalho a Conferência afirmou a*  
2297 *necessidade de contratação de profissionais especializados e de diferentes profissões por meio de*  
2298 *concurso público nas três esferas de governo e avançou na indicação da definição e implantação de*  
2299 *planos de carreiras, cargos e salários com ampla participação dos órgãos representativos de*  
2300 *trabalhadores apontando ainda para o necessário empenho das três esferas de governo na*  
2301 *estruturação do trabalho e na valorização dos trabalhadores da assistência social. Nessa direção, a 4ª*  
2302 *Conferência acentua a necessidade de criação de espaços de diálogo entre os trabalhadores e gestores*  
2303 *intitulados Fórum de Formação, bem como reafirma a demanda pela implementação de uma política*  
2304 *nacional de capacitação. Na 5ª Conferência Nacional de Assistência Social realizada em 2005 foi*  
2305 *aprovado o decálogo dos direitos socioassistenciais o que contribuiu para consolidação da agenda do*  
2306 *trabalho e dos trabalhadores na assistência social, agenda em relação a qual surgiram novas*  
2307 *indicações quanto à necessidade de: A. Elaboração e implementação de uma política nacional de*  
2308 *capacitação como estratégia para garantir a qualidade dos serviços. B. ampliação por meios de*  
2309 *concursos públicos das equipes multiprofissionais destinadas a atuar nos órgão gestores. C.*  
2310 *Implementação do plano de carreira, cargos e salários. Ao mesmo tempo foi fortalecida a demanda*  
2311 *pela elaboração de uma Norma Operacional básica específica quanto ao tema dos recursos humanos.*

2312 *Nessa 5ª Conferência o levantamento conhecido como fotografia da assistência social nos municípios*  
2313 *brasileiros resultado de parceria entre o CNAS e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Seguridade e*  
2314 *Assistência Social da PUC São Paulo indicou pela primeira vez a composição da força de trabalho na*  
2315 *assistência social alocada nos estados, Distrito Federal e municípios. Posteriormente como resultado*  
2316 *de parceria entre o MDS e o IBGE foi realizada a pesquisa de informações básicas municipais. O perfil*  
2317 *dos municípios brasileiros, MUNIC, que agregou um suplemento sobre Assistência Social, no qual se*  
2318 *encontra uma grande variedade de dados e informações sobre a força de trabalho alocada na*  
2319 *implementação dessa política pública. Ainda nessa Conferência teve início o debate, acerca da versão*  
2320 *preliminar do texto da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, as contribuições*  
2321 *feitas ao texto foram retomadas e sistematizadas pelo grupo de trabalho instituído no âmbito do*  
2322 *CNAS por meio da Resolução nº 134 de 13 de julho de 2006 para aprofundamento do debate, bem*  
2323 *como pela Câmara Técnica instituída pela (ininteligível) para tratar do mesmo assunto. A partir do*  
2324 *trabalho desenvolvido por esses dois coletivos, o CNAS aprovou a Resolução nº 269 de 13 de dezembro*  
2325 *de 2006, que dispõe sobre a NOB/RH/SUAS. Na VI Conferência Nacional realizada em 2007, tomando*  
2326 *por base a NOB/RH/SUAS de 2006 é colocada em pauta o tema da “Política Nacional de Capacitação”*  
2327 *acrescentando-se a preocupação com os princípios éticos, políticos e profissionais, como diretrizes*  
2328 *imprescindíveis ao aprimoramento da gestão do SUAS e a qualidade do provimento do serviço e*  
2329 *benefícios socioassistenciais. Na VII Conferência Nacional realizada em 2009, evidenciou a*  
2330 *preocupação com a criação de espaços de diálogos entre trabalhadores da rede socioassistencial, de*  
2331 *âmbito governamental e não governamental, a fim de se fortalecer as relações institucionais*  
2332 *necessárias, a consolidação do SUAS e a implementação da NOB/RH/SUAS 2006. Como parte do*  
2333 *processo de debate a necessidade e capacitação dos trabalhadores, agora qualificado como*  
2334 *continuada e permanente, figurou novamente entre os temas deliberados. Esse contexto possibilitou*  
2335 *também a criação e organização do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS. Ressalta-se que a*  
2336 *partir da aprovação da Resolução CNAS nº 109 de 11 de dezembro de 2009, que trata da tipificação*  
2337 *nacional do serviço socioassistenciais, a necessidade de elaboração e implementação de uma política*  
2338 *de educação continuada e permanente tornou-se mais urgente e imperativa. Em 2011 outros avanços*  
2339 *foram conquistados, houve a publicação da Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011, que alterou a LOAS,*  
2340 *instituiu o SUAS, estabeleceu dentre outros objetivos a implantação da gestão do trabalho da*  
2341 *educação permanente na Assistência Social. Em consonância com as alterações promovidas a LOAS*  
2342 *passou a garantir o que fora deliberado na VI Conferência Nacional de Assistência Social em 2007, ao*  
2343 *autorizar a utilização de recursos do cofinanciamento federal destinado as ações continuadas da*  
2344 *Assistência Social, para o pagamento de profissionais efetivos que integram as equipes de referências.*  
2345 *No mesmo ano por meio da Resolução nº 32 de 2011, o CNAS definiu que: Para essa finalidade pode*  
2346 *ser utilizada até 60% do cofinanciamento federal, reforçando com isso a lógica do concurso público e*  
2347 *da formalização das relações de trabalho no SUAS. Outra iniciativa importante registrada nesse ano*  
2348 *foi a publicação da Resolução do CNAS nº 17 de 2011, que ratifica a composição da equipe de*  
2349 *referência definida pela NOB/RH de 2006 e reconhece as categorias profissionais de nível superior*  
2350 *necessárias ao atendimento das especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções de*  
2351 *gestão no âmbito do SUAS. O ano de 2011 culmina por fim com a realização da VIII Conferência*

2352 Nacional de Assistência Social, que tratou dos avanços na implementação do SUAS, nela foram  
2353 pautados e debatidos os temas relativos ao trabalho e aos trabalhadores, tais como: A estruturação  
2354 da gestão do trabalho; os planos de carreira, cargos e salários; o concurso público na área; a política  
2355 de educação continuada e permanente. Em relação a esses temas, duas deliberações são reveladoras  
2356 da centralidade adquirida pela preocupação com a qualificação e a valorização do trabalho e dos  
2357 trabalhadores no SUAS, e por isso merecem ser citadas. A primeira define a necessidade de se  
2358 implantar a gestão do trabalho a partir da NOB/RH/SUAS 2006 nas três esferas de Governo e no  
2359 Distrito Federal, para garantir trabalho qualificado no desenvolvimento das ações do SUAS, com base  
2360 em diagnóstico do número de trabalhadores necessários em relação a demanda de trabalho existente  
2361 nos serviços, programas, projetos e benefícios. E a segunda, define a necessidade de constituir uma  
2362 política nacional de capacitação continuada de acordo com a NOB/RH/SUAS, com recursos da União,  
2363 estados, Distrito Federal e municípios, voltada para os trabalhadores, Gestores, Conselheiros,  
2364 entidades da rede socioassistencial, orientando-se pelo princípio da profissionalização, da ética e pelo  
2365 atendimento aos usuários como sujeitos de direitos. Em 16 de março de 2012, concomitante ao  
2366 processo de elaboração dessa política nacional de educação permanente, foi instituído por meio de  
2367 Resolução do CNAS nº 08, o Programa Nacional de Capacitação do SUAS, Capacita SUAS, visando: a)  
2368 garantir oferta de formação permanente para qualificar profissionais do SUAS no provimento dos  
2369 serviços e benefícios socioassistenciais; b) capacitar técnicos e gestores do SUAS para implementação  
2370 dos planos estratégicos do Governo brasileiro; c) induzir o compromisso e responsabilidade do pacto  
2371 federativo do SUAS com educação permanente, juntos às Secretarias Estaduais e do Distrito Federal;  
2372 e; d) aprimorar a gestão do SUAS nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. Tomando por base  
2373 esse histórico, esta política nacional de educação permanente materializa as deliberações das  
2374 Conferências sobre o tema, trazendo a gestão do trabalho para o centro da agenda política das  
2375 instâncias do SUAS. Item 2.2, Balaço das Iniciativas de Formação e Capacitação: Nos últimos anos a  
2376 União, os estados e o Distrito Federal e os municípios brasileiros, envidaram esforços significativos  
2377 visando a qualificação dos trabalhadores e Conselheiros em base ao novo paradigma socioassistencial  
2378 e as competências necessárias ao exercício das diferentes funções profissionais e relativas a gestão  
2379 participativa e ao controle social da política de Assistência Social. As iniciativas desenvolvidas com a  
2380 finalidade acima referida, cumprindo importante papel no fortalecimento da Assistência Social e do  
2381 SUAS, e, principalmente permitir o desenvolvimento institucional de importante saberes e capacidades  
2382 na área do planejamento de ações de formação e capacitação de pessoas. Permitiram ainda um  
2383 conhecimento mais refinado acerca das necessidades de formação e capacitação, que emergem dos  
2384 processos de trabalho estruturantes da gestão descentralizada e participativa do SUAS e do  
2385 provimento de serviços e benefícios socioassistenciais, além de certa aproximação dos órgãos gestores  
2386 a uma ampla rede de instituições educacionais. No entanto, elas foram executadas, segundo o  
2387 formato que apresentava severas limitações, dentre as quais se destacam: a) o caráter fragmentado e  
2388 descontínuo das ações de capacitação e formação, e, portanto a sua não inserção em um plano global  
2389 de qualificação; b) ausência de uma perspectiva político pedagógica que servisse de orientação  
2390 nacional às ações realizadas; c) a fragilidade ou a ausência de estudo sobre as reais necessidades de  
2391 formação e capacitação, visando a qualificação da gestão do provimento dos serviços e benefícios e

2392 do controle social; e; d) o fato de a execução de parte dos cursos haver sido outorgada às instituições  
2393 selecionadas em processos licitatórios, nos quais o critério preço é determinante, redundando em  
2394 prejuízo a qualidade dos serviços contratados. Assim o cruzamento entre, de um lado as demandas e  
2395 os caminhos indicados pela leitura da trajetória histórica do debate dos envolvidos nas Conferências  
2396 de Assistência Social sobre o trabalho, valorização e qualificação dos trabalhadores da área e de  
2397 outro. A conclusão desse balanço das ações de formação e capacitação desenvolvidas permite indicar  
2398 a necessidade de um novo formato de planejamento e oferta de ações de formação e capacitação  
2399 para o SUAS, formato que seja capaz, de: 1. Orientar o planejamento e oferta das ações de formação e  
2400 capacitação sob a perspectiva político pedagógico da educação permanente e sobre os princípios da  
2401 interdisciplinaridade, da aprendizagem significativa e da historicidade; 2. Descentralizar atribuições  
2402 relacionadas e a realização de diagnóstico de necessidade de formação e ao planejamento,  
2403 formatação e oferta das ações de formação e capacitação, garantindo ao mesmo tempo respeito à  
2404 direcidade regional e a unidade nacional do processo de qualificação; 3. Fundar o planejamento  
2405 instrucional sobre efetivos diagnósticos de necessidade de formação e capacitação, centrando-os nos  
2406 problemas e questões que emergem dos processos de trabalho; 4. Desenvolver as capacidades e  
2407 competências necessárias e essenciais, a melhoria da qualidade da gestão, dos serviços e benefícios  
2408 ofertados e do atendimento dispensado a população; 5. Promover a oferta sistemática e continuada  
2409 de ações de formação e capacitação de diferentes tipos e modalidades que possibilitem aos  
2410 trabalhadores e Conselheiros explorarem diferentes percursos formativos; 6. Incluir o conjunto de  
2411 trabalhadores e agentes públicos e sociais envolvidos na gestão descentralizada e participativa do  
2412 SUAS no provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais; 7. Permitir o aprimoramento  
2413 permanente por meio do monitoramento e avaliação das ações implementadas. O olhar retrospectivo  
2414 sobre essa construção histórica nos permite formular hoje respostas diversas daquelas que já foram  
2415 experimentadas e nos coloca em melhores condições de lidar com os desafios presentes e nos lançar  
2416 sobre os horizontes futuros que essa política nacional de educação permanente ajudará a realizar na  
2417 perspectiva da construção e da disseminação de conhecimentos, habilidades e atitudes que  
2418 promovam a qualificação das diferentes dimensões da gestão, da implementação e do controle social  
2419 do SUAS.". A Professora Joaquina prosseguiu com a leitura: "Item 3. Público da Política Nacional de  
2420 Educação Permanente do SUAS. Os percursos formativos e as ações de formação e capacitação  
2421 compreendidas no âmbito desta política destinam-se aos trabalhadores do SUAS com Ensino  
2422 Fundamental, Médio e Superior, que atuam na rede socioassistencial governamental e não  
2423 governamental, assim como, aos Gestores e Agentes de Controle Social no exercício de suas  
2424 competências e responsabilidades. Item 4. Objetivos da Política Nacional de Educação Permanente.  
2425 4.1. Objetivo Geral; institucionalizar no âmbito do SUAS a perspectiva político-pedagógica e a cultura  
2426 da educação permanente estabelecendo suas diretrizes e princípios, e, definindo meios, mecanismos,  
2427 instrumentos e arranjos institucionais necessários a sua operacionalização e efetivação. 4.2. Objetivos  
2428 Específicos; 1. Desenvolver junto aos trabalhadores e Conselheiros, condições para que possam  
2429 distinguir e fortalecer a centralidade dos direitos socioassistenciais do cidadão no processo de gestão  
2430 e no desenvolvimento das atenções em benefícios e serviços; 2. Desenvolver junto aos trabalhadores  
2431 da Assistência Social as competências e capacidades específicas e compartilhadas requeridas para

2432 *melhoria contínua da qualidade da gestão do SUAS e da oferta e provimento dos serviços e benefícios*  
2433 *socioassistenciais; 3. Desenvolver junto aos Conselheiros da Assistência Social as competências e*  
2434 *capacidades requeridas para melhoria contínua da qualidade do controle social e da gestão*  
2435 *participativa do SUAS; 4. Instituir mecanismos institucionais que permitam descentralizar para*  
2436 *estados, municípios e Distrito Federal atribuições relacionadas ao planejamento, oferta e*  
2437 *implementação de ações de formação e de capacitação; 5. Instituir mecanismos institucionais que*  
2438 *permitam a participação dos trabalhadores e dos usuários do SUAS, dos Conselheiros da Assistência*  
2439 *Social e das instituições de ensino que formam a rede nacional de capacitação e educação*  
2440 *permanente do SUAS nos processos de formulação de diagnósticos, de necessidades, planejamento e*  
2441 *implementação das ações de formação e capacitação; 6. Criar mecanismos que gerem aproximações*  
2442 *entre as manifestações dos usuários e o conteúdo das ações de capacitação em formação; 7. Ofertar*  
2443 *aos trabalhadores percursos formativos e ações de formação e capacitação adequados as*  
2444 *qualificações profissionais requeridos pelo SUAS; 8. Ofertar aos Conselheiros de Assistência Social*  
2445 *percursos formativos e ações de formação e capacitação adequado as qualificações requeridas ao*  
2446 *exercício do controle social; 9. Criar meios e mecanismos de ensino e aprendizagem que permitam o*  
2447 *aprendizado contínuo e permanente dos trabalhadores do SUAS os diferentes contextos e por meio da*  
2448 *experiência no trabalho; 10. Criar meios e mecanismos institucionais que permitam articular o*  
2449 *universo do ensino da pesquisa e da extensão ao universo da gestão e do provimento dos serviços e*  
2450 *benefícios socioassistenciais de forma a contribuir para o desenvolvimento das competências*  
2451 *necessárias a contínua e permanente melhoria da qualidade do SUAS; 11. Consolidar referências*  
2452 *teóricas, técnicas e ético-políticas na Assistência Social, a partir da aproximação entre a gestão do*  
2453 *SUAS, o provimento dos serviços e benefícios e instituições de ensino, pesquisa e extensão*  
2454 *potencializando a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos. Item 5. Trabalho ao*  
2455 *Controle Social e Educação Permanente no SUAS. 5.1. O Trabalho no SUAS. O Trabalho Social que*  
2456 *resulta de ação combinada do conjunto de profissionais que atuam no SUAS, constitui a principal*  
2457 *mediação entre as leis e regulamentos que prescrevem os direitos socioassistenciais, a estrutura*  
2458 *institucional de órgãos, cargos e funções destinados a torná-los efetivos e usuários e beneficiários*  
2459 *desses direitos. Assim compreendido o trabalho desenvolvido no SUAS, estão organizado em duas*  
2460 *funções diferentes e complementares orientadas para o reconhecimento dos direitos*  
2461 *socioassistenciais, a função de gestão e a função de provimento dos serviços e benefícios*  
2462 *socioassistenciais, cada uma delas apresenta suas particularidades relativamente objetivos e*  
2463 *imediatos, processo de trabalho, especialidades e composição profissional, mas se unificam em torno*  
2464 *de uma mesma finalidade e, por estarem contidas em um mesmo contexto sistêmico. O*  
2465 *desenvolvimento da função de gestão no SUAS requer a mobilização pelo trabalhador de recursos*  
2466 *teóricos, metodológicos e tecnológicos adequados as diferentes dimensões da gestão. Visando a*  
2467 *finalidade de produzir mecanismos que permitam o aprimoramento dos fluxos de informação e dos*  
2468 *processos de tomada de decisão que facilitem o acesso dos usuários a serviços e benefícios e que*  
2469 *fortaleçam os espaços de deliberação e gestão participativa, o uso desses recursos teórico,*  
2470 *metodológicos e tecnológicos exigem por sua vez a formação de uma visão de totalidade acerca dos*  
2471 *direitos socioassistenciais e das demandas por serviços e benefícios e da missão a que se destina o*

2472 SUAS. O trabalho relacionado a função de provimento de serviços e benefícios é fundada  
2473 essencialmente em relações sociais e intersubjetivas. Os conhecimentos teóricos, metodológicos e  
2474 tecnológicos requeridos tem estreita vinculação com os contextos históricos, econômicos, políticos e  
2475 sócio culturais, por isso esta função requer constante análise, reflexão e adequação por parte dos  
2476 trabalhadores, de prática profissionais e processos de trabalho, seja no que se refere as relações  
2477 internas às equipes de trabalho, seja no que diz respeito ao trabalho dirigido diretamente aos  
2478 cidadãos que demandam as proteções da Assistência Social. A interdependência entre as duas funções  
2479 resulta da própria dinâmica do SUAS, decorrente do arcabouço normativo que define seus objetivos,  
2480 princípios, diretrizes, configuração organizacional e processos de operacionalização. No entanto, para  
2481 que elas se torne efetiva enquanto modo de estruturação dos processos de trabalho e das práticas  
2482 profissionais precisa ser internalizada no sistema das representações sócio profissionais dos  
2483 trabalhadores. Por essa razão a educação permanente no SUAS deve buscar não apenas desenvolver  
2484 habilidades específicas, mas problematizar os pressupostos e os contextos dos processos de trabalho e  
2485 das práticas profissionais realmente existentes, via pela qual buscar-se-á desenvolver a capacidade  
2486 crítica, a autonomia e a responsabilização das equipes de trabalho para construção de soluções,  
2487 compartilhá-las visando as mudanças necessárias no contexto real das mencionadas práticas  
2488 profissionais e processo de trabalho. No que se refere as entidades e organizações de Assistência  
2489 Social que compõem a rede não governamental do SUAS, o trabalho desenvolvido em seu âmbito  
2490 também está organizado nessas duas funções, assim uma vez que recebam delegação do estado para  
2491 o desenvolvimento de ações socioassistenciais que apresentam elevado grau de complexidade,  
2492 significativa relevância para o SUAS e importante papel na garantia dos direitos sócios assistenciais,  
2493 elas necessitam alocar profissionais e estruturar processos de trabalho adequados a gestão e ao  
2494 provimento dos serviços, programas e projetos que desenvolvem. Também nesse contexto o trabalho  
2495 de provimento dos serviços socioassistenciais apresenta a característica de mediador de relações  
2496 sociais e intersubjetivas entre profissionais e equipes de trabalho de um lado, e de outro, indivíduos,  
2497 famílias, coletivos e populações, trata-se de um tipo de trabalho em que o contato com os usuários  
2498 coloca em cena questões ainda mais delicadas em complexas. Disso resulta que os trabalhadores  
2499 ocupam o lugar de centralidade na efetivação dos direitos socioassistenciais, em contraste com isso  
2500 decorrentes da transformação do mundo do trabalho verifica-se a precarização do trabalho no SUAS,  
2501 cujos resultados se expressam na instabilidade, na insegurança, na ausência de perspectiva de  
2502 progressão, nas degradantes condições de trabalho, na baixa remuneração e no adoecimento dos  
2503 trabalhadores. Essa situação não apenas penaliza os trabalhadores, ela também representa grande  
2504 barreira à melhoria da qualidade do provimento dos serviços e benefícios ofertados pelo SUAS, e grave  
2505 ameaça a efetiva consolidação da Assistência Social enquanto política pública de direito. Como  
2506 estratégia de superação dessa situação, uma série de mecanismos políticos e institucionais vem sendo  
2507 implementados ou estão em processo de construção. Visando a estruturação de carreira profissional  
2508 do SUAS dentre os já com implementos, ressalta-se: a) a autorização do uso dos recursos oriundos do  
2509 cofinanciamento federal para contratação de profissionais necessários às equipes de referência; b) a  
2510 estruturação da gestão do trabalho e da educação permanente no âmbito dos entes federados e ser o  
2511 reconhecimento das categorias profissionais que compõe o sistema. Assim nos marcos da



2512 implementação da gestão do trabalho no SUAS a adoção dessa política nacional de educação  
2513 permanente, se associa a um conjunto de iniciativas que contribuem para a desprecarização das  
2514 condições de trabalho e para valorização dos trabalhadores como forma de se promover a  
2515 profissionalização do sistema e a melhoria contínua da qualidade da oferta e do provimento dos  
2516 serviços e benefícios socioassistenciais. 5.2. O Controle Social. As duas funções de trabalho  
2517 mencionadas no tópico anterior deve ser acrescentada a função de controle social do SUAS, essa  
2518 função está ancorada no princípio da participação popular que é estruturante da gestão da política de  
2519 Assistência Social e do SUAS. A função de Controle Social é exercida especialmente pelos Conselhos de  
2520 Assistência Social, segundo o Artigo 19 da NOB/SUAS de 2012: 'Os Conselhos de Assistência Social são  
2521 instâncias deliberativas colegiadas do SUAS, vinculadas a estrutura do órgão gestor de Assistência  
2522 Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios com caráter permanente e  
2523 composição paritária entre Governo e sociedade civil, instituídas por meio de Lei específica que  
2524 garanta a escolha democrática da representação da sociedade civil permitindo uma única recondução  
2525 por igual período.'. O referido Artigo estabelece ainda que: 'No exercício de suas atribuições os  
2526 Conselhos normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam a gestão e a execução dos  
2527 serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, atribuições cujo exercício exige dos  
2528 Conselheiros a mobilização de conhecimentos relacionados as diferentes dimensões do SUAS de  
2529 habilidades e atitudes correlatas.'. Por isso a função de Controle Social corresponde no âmbito desta  
2530 política um percurso formativo específico destinado a formação e oferta de ações de formação e  
2531 capacitação orientadas para o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes  
2532 necessárias essenciais ao fortalecimento da participação popular e do controle social no SUAS. 5.3.  
2533 Educação Permanente no SUAS. Educação permanente não se refere apenas a processos de educação  
2534 formal em um sentido mais amplo, ela diz respeito a formação de pessoas visando dotá-las das  
2535 ferramentas cognitivas e operativas que estornam capazes de construir suas próprias identidades,  
2536 suas compreensões quanto aos contextos nos quais estão inseridas e seus julgamentos quanto a  
2537 condutas, procedimentos e meios de ação apropriados aos diferentes contextos de vida e de trabalho  
2538 e a resolução de problemas. Nos marcos da NOB/RH/SUAS 2006, aplicação dessa perspectiva político  
2539 pedagógica ao SUAS encontra-se definida pelos seguintes tópicos: 1º a educação permanente na  
2540 qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; 2º realiza-se de forma  
2541 sistemática e continuada, sustentável, participativa, nacionalizada, descentralizada, avaliada e  
2542 monitorada; 3º produz, sistematiza e dissemina conhecimentos direcionados ao desenvolvimento de  
2543 competências e capacidades técnicas e gerenciais ao efetivo exercício do controle social e do  
2544 protagonismo dos usuários; 4º prima pelo investimento e múltiplas formas de capacitação e formação  
2545 adotando instrumentos criativos e inovadores, adequando-os aos diferentes públicos da política de  
2546 Assistência Social e garantindo acessibilidade das pessoas com deficiência; 5º respeita a diversidade e  
2547 as especificidades territoriais na elaboração das ações de capacitação e formação; 6º prever  
2548 acompanhamento, monitoramento e avaliação da educação permanente; 7º integra e amplia os  
2549 espaços de debate entre as instâncias de gestão, controle social, instituições educacionais e  
2550 movimentos sociais. Esses tópicos tratam de três diferentes dimensões que precisam ser combinadas  
2551 na implementação da educação permanente no SUAS: a) relacionada ao objetivo da adoção dessa

2552 perspectiva político pedagógica como norteadora das ações de formação e capacitação; b)  
2553 relacionada as características intrínsecas da própria perspectiva político pedagógica da educação  
2554 permanente; e; c) relacionada ao contexto institucional e a configuração organizacional necessários a  
2555 essa implementação. Uma vez que os objetivos que orientam a adoção da perspectiva político  
2556 pedagógica da educação permanente como norteadora das ações de formação e capacitação o SUAS  
2557 foram anteriormente definidos, trata-se a seguir de desenvolver as duas outras dimensões que  
2558 emergem do texto da NOB/RH/SUAS de 2006: a) a própria perspectiva da educação permanente e os  
2559 meios instrumentos político pedagógicos de sua operacionalização; b) a configuração organizacional  
2560 necessária a sua implementação e as responsabilidades que disso resultam para os entes federados.”.

2561 A Professora Ester prosseguiu: “6. A Perspectiva Político Pedagógica da Educação Permanente no  
2562 SUAS. Entende-se por educação permanente o processo contínuo de atualização e renovação de  
2563 conceitos, práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho e diferentes agrupamentos a partir  
2564 do movimento histórico da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos,  
2565 metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. Processo esse mediado pela problematização e  
2566 reflexão quanto as experiências e saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação  
2567 desse sujeito no contexto organizacional ou da própria vida em sociedade. 6.1. A Centralidade dos  
2568 Processos de Trabalho das Práticas Profissionais. No âmbito organizacional do SUAS, a implantação da  
2569 perspectiva da educação permanente deve partir do reconhecimento da centralidade dos processos de  
2570 trabalho e das práticas profissionais relacionadas à gestão participativa e ao provimento dos serviços  
2571 e benefícios socioassistenciais para estruturação dos processos de planejamento e implementação de  
2572 ações de formação e capacitação. Essa centralidade resulta do papel que os processos de trabalho e  
2573 as práticas profissionais desempenham com os principais mediadores da gestão descentralizada e  
2574 participativa do SUAS e da concretização dos serviços e benefícios ofertados, de forma que, a  
2575 promoção de melhorias na qualidade dessa gestão e desse provimento exige necessariamente a  
2576 qualificação daqueles que planejam, organizam, operam e exercem o controle social do sistema, os  
2577 gestores, os trabalhadores e os Conselheiros. Em consequência o planejamento, a oferta e a  
2578 implementação de ações de formação e capacitação para o SUAS deve responder as questões,  
2579 demandas, problemas e dificuldades que emergem dos processos de trabalho e das práticas  
2580 profissionais desenvolvidas pelos trabalhadores, condição necessária para realização de duas das  
2581 principais finalidades dessa política nacional de educação permanente: a) desenvolver as  
2582 competências necessárias, essenciais à melhoria contínua da qualidade da gestão do SUAS e do  
2583 provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais; e; b) modificar processos de trabalho, práticas  
2584 profissionais inadequadas ao atual paradigma da Assistência Social entendida enquanto política de  
2585 direito não contributiva inserida no âmbito da Seguridade Social. Tanto desenvolvimento de  
2586 competências quanto a modificação de processos de trabalho, práticas profissionais os objetivos  
2587 almejados por essa política devem estar orientados para valorização da população atendida e para  
2588 consequente ruptura com a concepção discriminatória de necessitado e com a subalternização dos  
2589 usuários do SUAS. Nesse sentido a educação permanente deve induzir nos trabalhadores e equipes  
2590 profissionais um estado de permanente questionamento e reflexão acerca da pertinência e adequação  
2591 dos seus processos de trabalho, práticas profissionais quanto ao reconhecimento desses usuários

2592 enquanto sujeitos de direitos e capazes de agir para modificação da realidade e quanto à  
2593 integralidade dos contextos de vida, demandas e ações das populações com as quais trabalham. A  
2594 ação educativa assim orientada exige dos envolvidos e neles estimula uma postura crítica,  
2595 investigativa e propositiva acerca das experiências vividas no cotidiano do trabalho e sua efetiva  
2596 implementação exigirá a incorporação do ensino e da aprendizagem ao cotidiano do SUAS, dos seus  
2597 trabalhadores e dos Conselheiros de Assistência Social. 6.2. O Princípio da Interdisciplinaridade. A  
2598 Educação permanente não se confunde com os modelos tradicionais de educar por meio da simples  
2599 transmissão de conteúdos, tampouco se identifica com os modelos de formação e capacitação de  
2600 pessoas baseadas na separação dos que pensam, dirigem e planejam, dos que produzem, operam e  
2601 implementam. Ela também não admite a hierarquização e a fragmentação disciplinar do  
2602 conhecimento e dos saberes, diversamente disso se esforça por instituir um processo de ensino e  
2603 aprendizagem, investigação e construção de conhecimento fundamentado na valorização da  
2604 interdisciplinaridade. Esse esforço de incorporar a interdisciplinaridade essencial a uma perspectiva  
2605 pedagógica que pretende qualificar trabalhadores que atuam no contexto de equipes  
2606 multidisciplinares e que cotidianamente mobilizam processos laborais e práticas profissionais que  
2607 lidam com contexto de vida experimentados por indivíduos e famílias, cuja compreensão não é  
2608 possível por meio de perspectiva de disciplinas isoladas. A educação permanente do SUAS deve  
2609 responder as questões, demandas, problemas e dificuldades que emergem dos processos de trabalho  
2610 das práticas profissionais desenvolvidas pelos trabalhadores e Conselheiros e combinado com isso  
2611 instituir um processo de ensino, aprendizagem, investigação e construção de saberes e conhecimentos  
2612 tocado na valorização da interdisciplinaridade fundamentada no reconhecimento dos saberes  
2613 específicos de cada área, na sua complementaridade e na possibilidade de construção de novos  
2614 saberes e práticas. Nesse sentido a interdisciplinaridade permite a ampliação do foco da visão  
2615 profissional favorecendo maior aproximação das equipes profissionais, a integralidade das situações  
2616 experimentadas por usuários e beneficiários do sistema, podendo por isso mesmo contribuir na  
2617 formulação de respostas às questões, demandas, problemas e dificuldades que emergem dos  
2618 processos de trabalho e das práticas profissionais. 6.3. O Princípio da Aprendizagem Significativa. Para  
2619 ser efetivo, democrático e participativo o processo de ensino e aprendizagem mobilizado pela  
2620 educação permanente precisa ter significado para os trabalhadores e agentes de controle social do  
2621 SUAS, deve-se constituir em processo de aprendizagem significativa. Por significativo compreende o  
2622 processo de aprendizagem que se desenvolve pela interiorização de novos conhecimentos, habilidades  
2623 e atitudes a partir da mobilização dos saberes, experiências prévias do educando, via pela qual o  
2624 processo de apreensão do novo conhecimento, habilidade ou atitude atua sobre a estrutura cognitiva  
2625 preexistente de forma promover sua resignificação, viabilizando mudanças de práticas e atitudes em  
2626 conformidade com o novo arranjo cognitivo do sujeito. A mobilização da aprendizagem significativa,  
2627 depende entre outras, de duas condições essenciais: A primeira de ordem individual psicológica diz  
2628 respeito ao envolvimento do educando no processo de formação e capacitação e ao cuidado com sua  
2629 própria aprendizagem; a segunda condição se refere a sua percepção quanto a relevância dos  
2630 conteúdos e objetivos que orientam o processo de formação e capacitação. Processos de  
2631 aprendizagem significativa podem ser estimulados por meio do uso de uma grande variedade de

2632 estratégias institucionais, instrucionais que permitam incorporar o ensino e a aprendizagem  
2633 elementos como: a) as experiências de vida e de trabalho do capacitando; b) seus valores,  
2634 conhecimentos e habilidades; e; c) as características e especificidades dos contextos locais e regionais  
2635 relevantes para o exercício de suas funções de trabalho. Esses valores, conhecimentos, experiências e  
2636 contexto socioculturais significativos mobilizados pelo processo de ensino e aprendizagem servem de  
2637 ancoragem cognitiva a apreensão pelos educandos dos novos conteúdos, valores e experiências  
2638 introduzidos pelas ações, formação e capacitação. O processo de ensino e aprendizagem assim  
2639 estruturado contribuirá para a formação no SUAS de uma cultura de aprendizado permanente no  
2640 trabalho e por meio das experiências nele vivenciadas, cultura essa que se encontra no cerne da  
2641 perspectiva político pedagógica da educação permanente e que é de fundamental importância à  
2642 promoção da melhoria contínua na qualidade da gestão do SUAS e da oferta de serviços e benefícios  
2643 socioassistenciais. A educação permanente, na medida em que visa a promoção de melhorias  
2644 contínuas na gestão do SUAS e na oferta de provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais  
2645 fundamenta-se ainda no princípio da historicidade. 6.4. O Princípio da Historicidade. As ações de  
2646 formação e capacitação destinadas ao desenvolvimento das competências sócio profissionais, os  
2647 elementos capazes de mobilizar a aprendizagem significativa e o conjunto de escolhas éticas, técnicas,  
2648 teóricas e políticas relacionadas aos diferentes processos de formação e capacitação, sistematização,  
2649 produção e disseminação de conhecimentos, habilidades e atitudes aos quais se referem essa política  
2650 orientam-se pelo princípio da historicidade. A adoção desse princípio permite que não se perca de  
2651 vista que o SUAS e esta política nacional de educação permanente se constituem e se inserem nos  
2652 marcos de um a dada forma de sociedade e de um determinado tipo de estado, compreensão que  
2653 permite manter sob foco de análise a indagação, suas lógicas de funcionamentos, suas relações e  
2654 múltiplas determinações de forma a melhor compreender as condições de possibilidade de afinação  
2655 positiva e realização dos princípios contidos na LOAS em direção ao fortalecimento e consolidação da  
2656 Assistência Social enquanto política pública de direito. O princípio da historicidade permite ao mesmo  
2657 tempo: a) a fuga abordagem empírica real que dar exclusividade e primazia as técnicas de coleta  
2658 como se o real se revelasse aos sujeitos em estado de pureza sem mediações conceituais; b) a fuga do  
2659 idealismo objetivo em que as categorias e conceitos pretendem ser eternas, anteriores e dependentes  
2660 do mundo real material; e; c) fuga do idealismo subjetivo em que as categorias são entendidas como  
2661 simples nomações fenomênicas e do espírito e não expressões do real. Diversamente dessas três  
2662 vertentes o reconhecimento da historicidade do real resulta na submissão dos conceitos gerais ao  
2663 crivo e ao solo da história, da cultura e dos territórios, fato que direciona a tensão do sujeito para o  
2664 permanente movimento das coisas e transformações do real por força da ação e do trabalho,  
2665 transformações reais que passam a demandar transformações conceituais e revoluções  
2666 paradigmáticas. Dessa forma o conhecimento afina-se não por obra e graça dos conceitos, mas pela  
2667 relação ativa entre homem e objeto mediada pelo trabalho social necessário. Assim o conhecimento  
2668 formulado na forma de categorias precisa expressar a relação ativa entre o sujeito e o mundo. O  
2669 princípio da historicidade permite por fim a recusa das abordagens pragmáticas fixadas estritamente  
2670 a transmissão técnica, instrumental, dogmática do conhecimento, diversamente disso exigem que as  
2671 ações de formação e a capacitação para o SUAS abarquem questões filosóficas científicas e ético

2672 políticas relacionadas aos princípios e fundamentos da análise do ser social e do projeto social que lhe  
2673 confere tal identidade fazendo a mediação dessas questões com as de caráter técnico e operativo. 6.5.  
2674 Desenvolver Capacidades, Competências requeridas pelo SUAS. No intuito de promover melhorias na  
2675 qualidade da gestão do controle social e do provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais, a  
2676 educação permanente se destina a formação e ao desenvolvimento das competências e capacidades  
2677 requeridas pelo SUAS. Entende-se por competência o conjunto de conhecimentos, habilidades e  
2678 atitudes necessárias ao desempenho das funções e atribuições laborais de um trabalhador visando o  
2679 alcance dos objetivos, princípios e diretrizes do SUAS. Conhecimentos, habilidades e atitudes  
2680 constituem, portanto um tripé de capacidades que ao serem mobilizadas pelo trabalhador para  
2681 realização de atividades específicas conformam a sua competência profissional. Apesar de geralmente  
2682 usado no discurso gerencialista como sinônimo de habilidade competência é um conceito  
2683 tridimensional, habilidade constitui apenas suas dimensão técnica enquanto conhecimento e atitude  
2684 respondem as suas dimensões éticas e política. A redução d conceito a sua dimensão técnica cumpre a  
2685 função ideológica de esvaziar o trabalho e a formação para o trabalho de sua substancia ético  
2686 política, o trabalho assim compreendido imitar-se-ia ao desenvolvimento de habilidades motoras  
2687 repetitivas ou a aplicação de métodos, técnicas e procedimentos previamente definidos. Nessa  
2688 perspectiva as ações de formação e capacitação dos trabalhadores entendidas como ações de  
2689 treinamentos nada teria a dizer ou problematizar sobre o significado ético político e o contexto social  
2690 organizacional do trabalho. Na perspectiva de educação permanente, no entanto as duas outras  
2691 dimensões da competência devem ser ressaltadas e enfatizadas, não se trata, portanto de treinar  
2692 trabalhadores e Conselheiros em habilidade técnicas pré-definidas, trata-se de oferecer-lhes  
2693 oportunidades de formação e capacitação que permitam tanto apreensão dos conhecimentos  
2694 necessários ao qualificado desempenho de suas funções laborais como a construção de  
2695 conhecimentos novos que permitam a melhoria contínua da qualidade do trabalho que realiza e seu  
2696 próprio desenvolvimento enquanto profissional e pessoa humana e cidadão. Oportunidades de  
2697 formação e capacitação que permitam a consciente e sistemática reflexão dos trabalhadores quanto  
2698 ao conteúdo teórico metodológico e ético político das atitudes subjacentes das suas práticas  
2699 profissionais. Dadas as características próprias do trabalho realizada no âmbito do SUAS o  
2700 estranhamento por parte dos trabalhadores quanto ao contexto histórico, social, econômico e político  
2701 em que é realizado e ao seu significado ético e político resulta em prejuízo a qualidade do sistema e a  
2702 efetivação dos direitos assistenciais por ele providos, assim requer-se do processo de formação e  
2703 capacitação o desenvolvimento de competências sócio profissionais, ou seja, de competências  
2704 compreendidas na sua tridimensionalidade técnica ética e política. Requer-se também o fomento de  
2705 uma cultura baseada na valorização da permanente contínua avaliação pelos trabalhadores dos  
2706 impactos sociais, éticos e políticos gerados pelos processos de trabalho e pelas práticas profissionais  
2707 pelas quais figuram como sujeitos. 7. Percursos Formativos e Ações de Formação e Capacitação. No  
2708 processo de implementação e operacionalização dessa política poderão ser usadas as modalidades de  
2709 educação presencial e à distância, recomenda-se, no entanto que na oferta de ação de formação e de  
2710 capacitação de média e longa duração pela modalidade de EAD, sejam previstos e realizados  
2711 encontros presenciais com o mínimo de 10% da carga horária total do curso. Independentemente da

2712 modalidade as ações de formação e capacitação compreendidas nessa política serão organizadas e  
2713 ofertadas segundo a noção de percursos formativos. 7.1. Percursos Formativos. Tomando por base a  
2714 função de gestão, a função de provimento dos serviços de benefícios e a função do controle social a  
2715 partir das quais o trabalho no SUAS é alocado e mobilizado, as ações de formação e capacitação aqui  
2716 compreendidas encontram-se organizadas em três diferentes percursos formativos assim  
2717 denominados: 1. Percurso formativo gestão do SUAS; 2. Percurso formativo provimento de serviços e  
2718 benefícios socioassistenciais; 3. Percurso formativo controle social do SUAS. A noção de percurso  
2719 formativo corresponde ao conceito de trilha de aprendizagem, esse conceito evidencia uma forma de  
2720 conhecimento e de competências profissionais na qual o percurso a trilha construída pelo participante  
2721 par o seu desenvolvimento profissional resultam de um lado das suas próprias conveniências,  
2722 necessidades, aspirações profissionais, e de outro lado das necessidades da organização na qual  
2723 trabalha, da avaliação do seu desempenho, na realização da função e das atividades que lhe são  
2724 incumbidas, das competências que já possui e das que necessita desenvolver. No âmbito do SUAS a  
2725 combinação e o equilíbrio entre esses dois elementos resultam da diversificação de alternativas de  
2726 formação e de capacitação ofertadas e do direcionamentos dessa oferta para o atendimento das reais  
2727 necessidades de qualificação sentidas pelo sistema, situação pela qual é imprescindível a realização de  
2728 adequados e criteriosos diagnósticos de necessidades. Considerando o caráter sistêmico e dinâmico do  
2729 SUAS os percursos formativos devem estar acessíveis a todos os públicos destinatários às ações de  
2730 formação e capacitação em todas as esferas de Governo, em torno deles serão planejadas,  
2731 formatadas, ofertadas e realizadas as ações compreendidas no escopo dessa política que são assim  
2732 definidos: 1. Percurso formativo gestão do SUAS, esse percurso formativo engloba diferentes ações de  
2733 formação e capacitação destinadas a geração, manutenção e desenvolvimento de competências  
2734 aplicadas especificamente ao desenvolvimento da função de gestão do SUAS em consonância as  
2735 normativas vigentes; 2. O percurso formativo provimento de serviços e benefícios socioassistenciais,  
2736 esse percurso formativo inclui nas diferentes ações de formação e capacitação destinadas  
2737 especificamente a geração, manutenção e desenvolvimento de competências aplicadas  
2738 especificamente ao desenvolvimento da função de provimento de serviços e benefícios relacionados  
2739 as: a) competências individuais relacionadas ao desempenho da função e atribuição laboral que cada  
2740 profissional desempenha no quadro das equipes de referências ou das atividades de apoio finalístico a  
2741 estas; e b) relacionadas a articulação e combinação sinérgica dessas competências individuais para  
2742 resolução de um problema e a consecução de objetivos comuns as equipes. 3. Percurso Formativo  
2743 Controle Social do SUAS, esse percurso formativo inclui as diferentes ações de formação e capacitação  
2744 destinadas especificamente a geração, manutenção e desenvolvimento de competências aplicadas  
2745 especificamente ao desenvolvimento da função de controle social do SUAS. 7.2. Ações de Formação e  
2746 Capacitação. Como parte de cada um dos percursos formativos definidos nessa política admitir-se-á a  
2747 concepção, oferta e realização dos tipos de ação de formação e de capacitação definidos a seguir:  
2748 7.2.1. Tipos de Ação de Capacitação: 1. Capacitação Introdutória, sobre essa denominação poderão  
2749 ser concebidos, ofertadas e realizadas ações de capacitação com carga horária entre 20 e 40 horas  
2750 aulas de duração que tenham por finalidade promover o nivelamento de competências basilares ao  
2751 desenvolvimento comum das três funções do trabalho no SUAS, ou, ao desenvolvimento específico de

2752 cada uma delas, as ações assim compreendidas poderão ser destinadas a trabalhadores e  
2753 Conselheiros com qualquer nível de formação, no caso dos trabalhadores as diferenças quanto ao  
2754 nível de formação ensejam a concepção e a oferta de ações de capacitação específica não obstante  
2755 no entanto a realização de capacitações comuns quando esta for a solução didático pedagógica mais  
2756 adequada ao desenvolvimento das competências requeridas pelo SUAS; 2. Capacitação de  
2757 atualização, sobre essa denominação poderão ser concebidas, ofertadas e realizadas ações de  
2758 capacitação com carga horária entre 40 e 100 horas aulas de duração que tenha por finalidade  
2759 atualizar e manter as competências necessárias ao desenvolvimento comum das três funções do  
2760 trabalho no SUAS, ou, ao desenvolvimento específico de cada uma delas, as capacitações de  
2761 atualização poderão ser destinadas a trabalhadores e Conselheiros com qualquer nível de formação  
2762 sendo que no caso dos trabalhadores as diferenças quanto ao nível de formação ensejam a concepção  
2763 e a oferta de ações de capacitação específicas não obstante no entanto a realização de capacitações  
2764 comuns quando esta for a solução didático pedagógico mais adequada ao desenvolvimento das  
2765 competências referidas requeridas pelo SUAS. 3. Supervisão técnica, essa denominação poderão ser  
2766 concebidas e realizadas ações de capacitação em serviço que tenham por finalidade apoiar e  
2767 acompanhar as equipes de trabalho do desenvolvimento das funções de gestão do SUAS e de  
2768 provimento de serviços e benefícios socioassistenciais, a supervisão técnica especialmente voltada  
2769 para as equipes ou grupos de trabalho deverá reunir profissionais de diferentes funções e níveis de  
2770 formação sempre que compartilharem de um mesmo campo de responsabilidade face as funções de  
2771 gestão do SUAS e do provimento de serviços e benefícios socioassistenciais, deverá ser realizada por  
2772 meio da mobilização e participação dos gestores e das equipes de trabalho para estudo e reflexão  
2773 acerca de questões ou problemas relacionados aos processos de trabalho, práticas profissionais  
2774 visando a formulação e experimentação de alternativas de solução e superação dos problemas e  
2775 questões motivadoras. 7.2.2. Tipos de ação de formação, as ações de formação obedecem a  
2776 determinação legais do Ministério da Educação que a elas digam respeito: 1. Formação técnica de  
2777 nível médio, ação de formação de longa duração com carga horária mínima de 1800 horas aulas  
2778 dirigidas especificamente para os trabalhadores de nível médio com a finalidade de qualificá-los nas  
2779 competências necessárias e essenciais ao desenvolvimento de atividades de apoio ao provimento de  
2780 serviço e benefícios sócios assistenciais. Esse processo de qualificação profissional deve promover além  
2781 do estudo dos conhecimentos necessários a reflexão quanto as atitudes adequadas a garantia dos  
2782 direitos socioassistenciais dos usuários e a aquisição de habilidades relacionados a métodos e técnicas  
2783 relacionados com o desempenho das atividades de orientação social no SUAS. 2. Aperfeiçoamento,  
2784 sobre essa denominação poderão se concebidas, ofertadas e realizadas ação de formação com carga  
2785 horária de 180 horas aula de duração as quais são destinadas exclusivamente a trabalhadores e  
2786 Conselheiros portadores de diploma de nível superior e que te por finalidade gerar, aprimorar,  
2787 aperfeiçoar competências necessárias essenciais ao desenvolvimento das três funções de trabalho no  
2788 SUAS ou ao desenvolvimento específico de cada uma delas. 3. Especialização, sobre essa denominação  
2789 poderão ser concebidas, ofertadas e realização ações de formação com carga horária mínima de 360  
2790 horas aula de duração com a finalidade de permitir o aprofundamento dos profissionais e elaboração  
2791 de pesquisas em uma área específica do conhecimento e a geração de novas competências para o

2792 SUAS. Esse tipo de formação destina-se exclusivamente a trabalhadores e Conselheiros portadores de  
2793 diploma de nível superior. 4. Mestrado, ação de formação de longa duração, cerca de dois anos de  
2794 curso que tem por finalidade a realização de estudo aprofundados e a elaboração de pesquisas  
2795 direcionadas para respostas e questões e problemas que digam respeito ao cotidiano e aos desafios  
2796 do trabalho e da intervenção profissional no SUAS. Esse tipo de formação destina-se exclusivamente a  
2797 trabalhadores e Conselheiros portadores de diploma de nível superior. 8. Certificação, indica-se aos  
2798 órgãos gestores do SUAS que todas as ações de capacitação e formação pelas quais tenham passado o  
2799 público dessa política deve gerar a respectiva certificação para os participantes, indica-se ainda que os  
2800 percursos formativos trilhados pelo trabalhador devem ser considerados em sua progressão funcional,  
2801 os percursos formativos trilados pelos trabalhadores devem ser acompanhados e registrados desde o  
2802 seu ingresso no SUAS, tal acompanhamento permitirá também avaliar o impacto desse percurso  
2803 formativo sobre a qualificação e a progressão funcional dos trabalhadores, bem como na mudança  
2804 qualitativa dos seus processos de trabalho, praticas profissionais. Devem ser considerados válidos no  
2805 âmbito do sistema para todo os motivos que se forem necessários o certificado emitidos pelas  
2806 instituições de ensino que compõem a rede nacional de capacitação e educação permanente do SUAS.  
2807 Os certificados que não estejam de acordo com os critérios acima especificados deverão ser  
2808 submetidos a processos específicos de validação por parte dos núcleos de educação permanente do  
2809 SUAS, processo no qual será analisada a compatibilidade da qualificação que se pretende validar com  
2810 algumas das ações de formação e capacitação ofertadas pelas instituições da Rede Nacional de  
2811 Capacitação e Educação Permanente do SUAS. A análise deverá resultar em julgamento conclusivo de  
2812 tal compatibilidade... Item IX: A configuração organizacional da Política Nacional de Educação  
2813 Permanente no SUAS. Por configuração organizacional deve ser compreendido o conjunto de  
2814 mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais e organizativos relacionados ao planejamento,  
2815 operacionalização e efetivação da perspectiva político pedagógica da Educação Permanente no SUAS.  
2816 9.1. O planejamento e oferta de ações de formação e capacitação. A perspectiva da Educação  
2817 Permanente no SUAS corresponde a um modelo democrático e participativo em que ganha relevância  
2818 a contribuição dos trabalhadores, Conselheiros, usuários do sistema, instituições de ensino, implicadas  
2819 na implementação desta política na realização de diagnósticos de competências e necessidades de  
2820 qualificação e no planejamento das ações de formação e capacitação. Esse modelo objetiva  
2821 possibilitar a descentralização de atribuições relacionadas a realização de diagnósticos, ao  
2822 planejamento e oferta de ações de formação e capacitação mantendo-se ao mesmo tempo atenção a  
2823 unidade nacional dessas ações. Para sua dinamização e institucionalização faz-se necessária a  
2824 estruturação a instituição de núcleo de Educação Permanente do SUAS segundo os critérios de  
2825 territorialidade que melhor atendam a implementação desta política e ao planejamento das ações de  
2826 formação e capacitação. 9.2. Os núcleos de Educação Permanente do SUAS. Os núcleos de Educação  
2827 Permanente do SUAS devem ser organizados de acordo com as capacidades da União, dos estados e  
2828 do Distrito Federal na forma de instâncias colegiadas constituindo-se em locus privilegiado de: a)  
2829 descentralização por estados, Distrito Federal e municípios de atribuições relacionadas a realização de  
2830 diagnósticos de competência e necessidades de qualificação e a formatação, oferta e implementação  
2831 de ações de formação e de capacitação; b) participação social na elaboração de diagnósticos de



2832 *necessidade de qualificação e no planejamento das ações de Educação Permanente; c) interlocução,*  
2833 *diálogo e cooperação entre os diferentes sujeitos envolvidos na implementação desta política e d)*  
2834 *proposição de alternativas as equipes responsáveis pela gestão de trabalho nas três esferas de*  
2835 *governo. A estruturação deste lócus de Educação Permanente nas três esferas de governo e a sua*  
2836 *ação coordenada no âmbito nacional permitirá tanto a descentralização de atribuições relacionadas a*  
2837 *realização de diagnóstico de necessidade de qualificação e de formação e a oferta e implementação*  
2838 *de ações de formação e capacitação quando possibilitará a instalação de um processo ascendente e*  
2839 *descendente de planejamento e implementação de ações de formação e capacitação garantindo-se a*  
2840 *unidade nacional do planejamento do processo de implementação destas ações. A importância da*  
2841 *estruturação desses núcleos na implementação e efetivação da Educação Permanente no SUAS é*  
2842 *evidenciada por atividades tais como: a) a problematização do saber e da experiência que resulta dos*  
2843 *processos de implementação do SUAS; b) a produção de conhecimentos sobre os diferentes aspectos*  
2844 *do trabalho e do controle social no SUAS; c) a elaboração de diagnósticos de necessidades de*  
2845 *qualificação dos trabalhadores; d) a organização de observatórios de práticas profissionais; e) a*  
2846 *sistematização de experiência de gestão e provimento de serviços e benefícios; f) o planejamento de*  
2847 *ações de formação e capacitação; g) o acompanhamento das ações de formação e capacitação*  
2848 *realizadas; h) a socialização e disseminação das informações e conhecimentos produzidos por meio da*  
2849 *realização de fóruns, jornadas, seminários; i) a validação de certificados de ação de formação e*  
2850 *capacitação adquiridos externamente aos percursos formativos estabelecidos nesta política, dentre*  
2851 *outros. Esses núcleos de Educação Permanente devem ser estruturados e instituídos de acordo com a*  
2852 *capacidade de cada ente federativo sendo: a) instituído pela União o Núcleo Nacional de Educação*  
2853 *Permanente do SUAS; b) instituídos pelos estados federados, Núcleos Estaduais de Educação*  
2854 *Permanente do SUAS; c) instituído pelo Distrito Federal, Núcleo Distrital de Educação Permanente do*  
2855 *SUAS; d) instituído pela ação conjunta de dois ou mais estados, Núcleos Regionais de Educação*  
2856 *Permanente do SUAS; e) instituído por um município, Núcleo Municipal de Educação Permanente do*  
2857 *SUAS ou f) instituído pela ação conjunta de dois ou mais municípios, Núcleo Loco Regional de*  
2858 *Educação Permanente do SUAS. A instituição de Núcleo de Educação Permanente deve obedecer*  
2859 *critérios democráticos e participativos de acordo com a capacidade e necessidade de cada ente*  
2860 *federativo visando sua instituição. Integra necessariamente os sujeitos envolvidos na construção e*  
2861 *implementação do SUAS e desta política no âmbito do respectivo território, gestores, trabalhadores,*  
2862 *usuários, instituições vinculadas a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS,*  
2863 *dentre outros. 9.3. A Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS. Nacional de*  
2864 *Capacitação e Educação Permanente do SUAS é formada por instituições de ensino públicas e*  
2865 *privadas, escolas de governo, institutos federais de educação, ciência e tecnologia, aos quais caberá*  
2866 *colaborar com os órgãos gestores do SUAS e demais envolvidos na implementação desta política*  
2867 *quanto a: a) a elaboração de diagnósticos e necessidades de qualificação; b) ao planejamento*  
2868 *institucional de ações formação e capacitação; c) a estruturação de observatórios de práticas; d) a*  
2869 *estruturação de núcleos de pesquisa dedicados a diferentes temas afetos ao SUAS; e e) a oferta e*  
2870 *execução em parceira ou sob a forma de contratual com os órgãos gestores do SUAS nos três níveis*  
2871 *federativos nos tipos de ação de formação e capacitação compreendidas nos percursos formativos*

2872 *definidos nesta política. Em razão de sua importância para a implementação desta política e das*  
2873 *atividades que podem desenvolver as instituições de ensino vinculadas a Rede Nacional de*  
2874 *Capacitação e Educação Permanente do SUAS devem ser chamadas a compor os núcleos de Educação*  
2875 *Permanente do suas.” A Professora Esther prosseguiu: “Item 10. Responsabilidade dos entes*  
2876 *federados. Os entes federados poderão ofertar quaisquer percursos formativos e tipos de ação de*  
2877 *formação e capacitação estabelecidos nesta política e em consonância com os normativos do SUAS*  
2878 *assumem as responsabilidades compartilhadas específicas definidas a seguir: 1) Gestão*  
2879 *compartilhada. 1) coordenar, executar e cofinanciar os planos de capacitação em consonância com os*  
2880 *princípios e diretrizes dessa política; 2) definir normas, padrões e rotinas para liberação dos*  
2881 *trabalhadores para participar de capacitação e aperfeiçoamento profissional; 3) instituir por meio de*  
2882 *arranjos formais albergados na legislação vigente parcerias e/ou contratos com instituições de ensino*  
2883 *integrantes na Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS; 4) disseminar conteúdos*  
2884 *produzidos nos processos formativos; 5) acreditar os percursos formativos; 6) ofertar cursos que*  
2885 *certifiquem os trabalhadores e gerem progressão funcional; 7) garantir recursos financeiros para as*  
2886 *ações de formação e capacitação; 8) estruturar e/ou fortalecer suas áreas de educação permanente*  
2887 *implementando planos de capacitação em conformidades com as diretrizes desta política; 9) ofertar*  
2888 *cursos mediante a celebração de parcerias ou contratos em observância a legislação vigente com as*  
2889 *instituições de ensino integrantes da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do*  
2890 *Sistema Único de Assistência Social; 10) divulgar oferta, mobilizar e garantir a participação dos*  
2891 *públicos nos cursos; 11) implementar plano de monitoramento e avaliação das ações de formação e*  
2892 *capacitação realizadas; 12) cumprir as metas previstas no Plano Decenal da Assistência Social; 13)*  
2893 *coordenar ações e cooperar para implementação dos mecanismos institucionais, perspectiva político*  
2894 *pedagógico, percursos formativos e ações de formação e capacitação compreendidas no âmbito desta*  
2895 *política. 2) Gestão dos municípios. Em relação aos três percursos formativos compreendidos no âmbito*  
2896 *dessa política cabe realizar os seguintes tipos de ação de capacitação: 1) capacitações introdutórias e*  
2897 *2) capacitação de atualização. De formação. 1) curso de aperfeiçoamento. Em relação ao*  
2898 *planejamento e oferta das ações de formação e capacitação compreendidas no âmbito desta política*  
2899 *cabe: 1) elaborar diagnósticos de necessidade de formação e capacitação. 2) desenhar planos de*  
2900 *cursos e matrizes pedagógicas. 3) pactuar e validar conteúdos. 4) disseminar conteúdos desenvolvidos*  
2901 *e sistematizados. 5) capacitar os integrantes da Rede Socioassistencial do SUAS. Em relação a*  
2902 *estrutura e a configuração organizacional de implementação dessa política, se for o caso, cabe: 1)*  
2903 *instituir e coordenar os núcleos estaduais e do Distrito Federal de educação permanente do SUAS. 2)*  
2904 *instituir e coordenar em cooperação com outros estados o núcleo regional de educação permanente*  
2905 *do SUAS. 4) gestão da União. Em relação aos três percursos formativos compreendidos no âmbito*  
2906 *dessa política cabe realizar os seguintes tipos de ação de capacitação: 1) capacitações introdutórias.*  
2907 *2) capacitações de atualização de formação. 1) curso de aperfeiçoamento. 2) cursos de especialização.*  
2908 *3) mestrado. Em relação ao planejamento das ações de formação e capacitação compreendidas no*  
2909 *âmbito desta política cabe: 1) elaborar diagnósticos de necessidades de formação e capacitação. 2)*  
2910 *desenhar planos de cursos e matrizes pedagógicas. 3) pactuar e validar conteúdos. 4) disseminar*  
2911 *conteúdos produzidos e sistematizados. Em relação ao planejamento a estrutura e configuração*

2912 organizacional desta política cabe: 3) Instituir e coordenar a Rede Nacional de Capacitação e  
2913 Educação Permanente do SUAS. 2) Instituir e coordenar o Núcleo Nacional de Educação Permanente  
2914 do SUAS. 11. Monitoramento e avaliação. O monitoramento das ações de formação e capacitação  
2915 realizadas como parte do processo de implementação desta política tem por finalidade acompanhar a  
2916 realização dos objetivos previstos visando às adequações necessárias ao seu aprimoramento. A  
2917 informação, o monitoramento e avaliação como instrumentos de gestão do SUAS representam um  
2918 novo patamar de tratamento de dados e formações nesse âmbito. A Rede SUAS, Sistema Nacional de  
2919 Informação da Assistência Social com o seu conjunto de aplicativos que configura como ferramenta  
2920 importante para aprimoramento do SUAS, especialmente nas questões relativas a gestão do trabalho.  
2921 O CadSuas e o Censo SUAS são aplicativos que integram a Rede SUAS e que abarcam todas as áreas da  
2922 gestão do SUAS funcionando como importante sistemas de produção de informações e insumos para o  
2923 planejamento, monitoramento e a avaliação. O CadSuas instituído pela Portaria nº. 430 de três de  
2924 dezembro de 2008 é o sistema de cadastro da Rede SUAS e sua principal funcionalidade é centralizar o  
2925 cadastro de entidades, entes federativos e trabalhadores do SUAS. Tais sistemas combinados com o  
2926 Censo Suas em razão do conjunto de informações que este gera anualmente sobre o trabalho do SUAS  
2927 formam a base tecnológica do monitoramento e do acompanhamento da formação e capacitação de  
2928 trabalhadores, gestores e Conselheiros e constituem ferramentas de grande importância para o  
2929 planejamento de ações relacionadas a gestão do trabalho e a educação permanente. Item 12.  
2930 Referências bibliográficas”. A Conselheira Jane destacou seu destaque no item X: “Responsabilidade  
2931 dos entes federados.”, sendo que nas ações de capacitação dos três entes deveriam incluir a  
2932 supervisão técnica tanto nos municípios, como em estados e Distrito Federal e na União. O  
2933 Conselheiro José da Crus esclareceu que no início constava como responsabilidade dos entes a  
2934 implementação da supervisão técnica e não na responsabilidade dos entes. A Conselheira Leila  
2935 elogiou a apresentação do dia anterior, destacando a importância dessa leitura para ficar registrada  
2936 nos autos do Conselho. Manifestou sua satisfação em encontrar no item 7.1 o conceito de trilha,  
2937 discorrendo sobre o seu uso. O Conselheiro Edivaldo parabenizou pelo trabalho, registrando não  
2938 saber se o arquivo que lhe havia sido repassado era o mesmo impresso para o Grupo, notando  
2939 algumas diferenças. O Conselheiro Anderson indicou o item 10,1, gestão compartilhada, no terceiro  
2940 albergada, sugerindo mudar o termo “albergado” por “existentes”. O Conselheiro Ademar lamentou  
2941 não poder colocar claramente no texto a instituição da Escola Nacional de Assistência Social,  
2942 questionando sobre o orçamento colocado para os custos da Política de Formação. Observou a  
2943 colocação da palavra capacitação e formação no começo, passando depois para educação e a  
2944 educação permanente, tomando outra conotação, discorrendo sobre o assunto. Manifestou  
2945 preocupação com o edital de contratação em vista do menor preço, dificultando pensar na qualidade  
2946 da educação, discussão que tinha a ver com o financiamento que precisariam enfrentar para ver como  
2947 resolviam, discorrendo sobre as dificuldades de contratação. Sugeriu, com alterar o termo rede  
2948 complementar não governamental e não privada, esclarecendo que privado era o capital, as  
2949 organizações só faziam parte de uma ação pública diferenciada. Falou sobre o texto que tratava da  
2950 necessidade de qualificação de pessoal e de sair da linguagem do necessitado, esclarecendo a  
2951 situação e sugerindo tirar a palavra “necessitam”, na página 12, penúltimo parágrafo, com a

2952 Presidenta indicando que isso seria atendido. A Conselheira Maria do Socorro sugeriu colocar um  
2953 siglário, considerando a existência de muitas siglas, questionando, também, a colocação de 1800  
2954 horas de capacitação no nível médio. A Conselheira Dóris reiterou a sugestão de que a linguagem  
2955 inclusiva fosse adotada, mesmo na questão ortográfica. O Conselheiro José da Cruz convidou a  
2956 Conselheira Jane para compor a mesa, registrando a condução da Presidência e agradecendo a  
2957 intervenção dos Conselheiros. Esclareceu à Conselheira Leila que a concepção colocada sobre a  
2958 palavra trilha, não havia sido uma intervenção de alteração, pelo contrário e ao Conselheiro Edivaldo  
2959 que a palavra estatuto ou status não alterava, mas era o status de política pública integrante da  
2960 seguridade social, o que poderia ser revisto. Acatou a alteração da palavra albergado por existentes,  
2961 conforme colocado pelo Conselheiro Anderson. Ao Conselheiro Ademar informou o grande debate  
2962 que estava sendo realizado, indicando as estruturas existentes, encontrando importante ter Escola  
2963 Nacional da Assistência Social, assunto que ainda estava avançando. Considerava que a Comissão  
2964 tinha que ter essa preocupação sobre orçamento, indicando os recursos atuais e os objetivos a que se  
2965 propunham, com cofinanciamento federal para induzir a institucionalização da educação permanente,  
2966 informando os outros órgãos do MDS que tratavam dessa questão. Concordou que tinham que fazer  
2967 esse debate sobre técnica e preço nos processos de contratação, informando a instituição da Rede  
2968 Nacional de Educação Permanente no Capacita SUAS, com municípios, estados, Distrito Federal e  
2969 União devendo utilizar essa rede para os processos, as ações de capacitação e de formação. Indicou  
2970 que substituiriam o termo rede privada para não governamental, padronizando no texto. Esclareceu  
2971 que quando usavam o termo necessitados era sobre os usuários da Assistência Social. Acatava a  
2972 sugestão da Conselheira Maria do Socorro em ter um siglário e com as 1800 horas para nível médio  
2973 sendo exigência do MEC. A Presidenta informou que a matéria não exigia voto qualificado, mas que a  
2974 Resolução fosse votada por todos os Conselheiros, procedendo à sua leitura: *“RESOLUÇÃO DE 13 DE*  
2975 *MARÇO DE 2013. Institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência*  
2976 *Social. O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias*  
2977 *11,12 e 13 de março de 2013, no uso da competência conferida pelo artigo 18 da Lei n.º8.742, de 7 de*  
2978 *dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e CONSIDERANDO os arts. 203 e 204, da*  
2979 *Seção IV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que trata da Política Pública de*  
2980 *Assistência Social; CONSIDERANDO o § 5º do art. 6º da Lei nº 8. 742, de 7 de dezembro de 1993, Lei*  
2981 *Orgânica da Assistência Social - LOAS, que estabelece como objetivo do SUAS a implementação da*  
2982 *Gestão do Trabalho e a Educação Permanente na Assistência Social; CONSIDERANDO as deliberações*  
2983 *das Conferências Nacionais de Assistência Social, com objetivo de implantar a Gestão do Trabalho e a*  
2984 *Educação Permanente na Assistência Social, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 145, de 15 de*  
2985 *outubro de 2004, do CNAS, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 269, de 13 de dezembro de*  
2986 *2006, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS-NOB-RH/;*  
2987 *CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 210, de 2007, do CNAS, que aprova as metas nacionais do*  
2988 *Plano Decenal de Assistência Social, ratificada na V Conferência Nacional de Assistência Social, com*  
2989 *destaque ao eixo da Gestão do Trabalho; CONSIDERANDO o Pacto de Aprimoramento de Gestão do*  
2990 *SUAS, estabelecido na Resolução nº 5 de 2006, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, que prevê a*  
2991 *formulação de Planos Estaduais de Capacitação, e pela Portaria nº 350 de 2007, do Ministério do*

2992 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; CONSIDERANDO a Resolução nº 17, de 20 de junho*  
2993 *de 2011, do CNAS, que ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de*  
2994 *Recursos Humanos do SUAS, e reconhece as categorias profissionais em nível superior para atender às*  
2995 *especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais da gestão do Sistema Único -*  
2996 *SUAS; CONSIDERANDO a Resolução nº 8, de 16 de março de 2012, que institui o Programa Nacional de*  
2997 *Capacitação do SUAS - CapacitaSUAS, e aprova os procedimentos e critérios para adesão dos Estados*  
2998 *e do Distrito Federal ao cofinanciamento federal do Programa Nacional de Capacitação do SUAS -*  
2999 *CapacitaSUAS; CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNAS nº33, de 12 de dezembro de 2012, que*  
3000 *aprova a Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS; resolve: Art. 1º Aprovar a Política Nacional*  
3001 *de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS, na forma do Anexo desta Resolução; Art.2º Esta*  
3002 *Resolução entra em vigor na data de sua publicação. LUZIELE MARIA DE SOUSA TAPAJÓS. Presidenta*  
3003 *do CNAS.” A Secretária-Executiva procedeu à chamada para a votação dos Conselheiros na*  
3004 *Titularidade: Conselheiro José Geraldo: “Pela aprovação”. Conselheira Clara: “Pela aprovação”.*  
3005 *Conselheira Maria Aparecida: “Com muito gosto, muito prazer e muita honra pela aprovação”.*  
3006 *Conselheira Margarida: “Pela aprovação com louvor e mais um passo, não é Zé, de estruturação,*  
3007 *todos nós contribuindo para isso.” Conselheira Marisa: “Em nome de todos os Gestores Municipais*  
3008 *desse país eu quero parabenizar o seu Coordenador Zé Crus e demais membros companheiros desta*  
3009 *Comissão pelo brilhante trabalho e dizer que é com muito orgulho pela aprovação e com certeza nós*  
3010 *vamos fazer uma grande diferença nessa qualidade do Sistema Único de Assistência Social em nosso*  
3011 *país. Parabéns pela aprovação e viva o SUAS”. Conselheiro Volmir: “Voto pela aprovação desejando*  
3012 *que tudo que nós fizemos e todo o trabalho, todo o esforço que todos dedicaram para isso seja*  
3013 *efetivado de hora em diante com essa política”. Conselheiro Ademar: Pela aprovação e a sugestão da*  
3014 *gente tirar uma foto histórica com essa equipe, com essa Comissão valorosa que nos proporcionou*  
3015 *um dia como hoje”. Conselheira Aldenora: “Por todo o envolvimento da equipe que ontem eu*  
3016 *esqueci, José e Jane, de parabenizar, eu parabenizo, porque eu sei que com isso a gente dá um grande*  
3017 *passo para nossa formação. Pela aprovação”. Conselheiro Anderson: “Em nome dos albergados,*  
3018 *brincadeirainha, é só para quebrar o borogodó. Em nome de todos os usuários que essa formação*  
3019 *também não só para os trabalhadores, mas para os usuários também que o SUAS, de fato, vai ter hoje*  
3020 *os seus trabalhadores, de fato, na Política de Educação Permanente, um monte de borogodó. Muito*  
3021 *contente pela aprovação”. Conselheira Maria do Socorro: “Pela aprovação e parabéns novamente ao*  
3022 *GT, ali os dois Batman e Robin que estão ali, parabéns vocês dois e parabéns aos professores que*  
3023 *trabalharam duro por isso”. Conselheira Jane: “É com muito orgulho, com muito prazer e muita honra*  
3024 *ter participado desse GT, para mim foi um aprendizado, assim, muito grande, vou levar para a minha*  
3025 *vida inteira, agradecer aos componentes do grupo, meu colega Zé Crus e todos os Conselheiros que*  
3026 *colocaram para a gente essa responsabilidade e confiaram na gente nesse trabalho. Obrigada*  
3027 *professoras e é com muito orgulho que eu aprovo o texto. Obrigada a política”. Conselheiro José da*  
3028 *Crus: “Eu, bastante emocionado nesse momento, quero votar pela aprovação, dizer que... Hoje é dia*  
3029 *13 não é Presidente? Dia 13, muitas comemorações, é uma data e um número muito bonito, muito*  
3030 *importante, hoje também a gente completa 20 anos do Código de Ética dos Assistentes Sociais, um*  
3031 *novo passo, uma nova direção, enfim, então é uma data histórica, não tenho dúvida que esta data*

3032 seja mais um divisor de águas aí na implantação, na consolidação do Sistema Único da Assistência  
3033 Social deste país com a aprovação de um documento, de uma normativa importante para os  
3034 trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social. EU não poderia deixar aqui de agradecer o  
3035 carinho, enfim, todo o envolvimento da Stela, da Esther, da Professora Joaquina, da Jucimeri, de toda  
3036 a equipe da gestão do trabalho do Ministério do Desenvolvimento Social, das equipes da gestão do  
3037 trabalho dos estados que a gente discutiu muito. Então esse documento é mais um documento, mais  
3038 uma normativa importante, principalmente para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência  
3039 Social, então eu tenho um orgulho grande, viu Jane, de ter integrado esse GT, da gente ter dado conta  
3040 de traduzir no documento uma versão preliminar elaborada na Secretaria Nacional da Assistência  
3041 Social, mas de traduzir as contribuições que chegaram a esse documento desde a realização da  
3042 oficina, enfim, todas as contribuições que foram agregadas e ter aprendido tanto com essas  
3043 brilhantes professoras que estiveram conosco em várias reuniões neste Conselho, então eu queria  
3044 dizer deste, de externar essa alegria de viver esse momento, aprovando a Resolução”. Conselheiro  
3045 Carlos Rogério: “Na condição de Suplente aqui assumindo a titularidade pela ausência da Margareth,  
3046 Conselheira Margareth, queria dar o reconhecimento do trabalho do grupo do José Cruz e da Jane  
3047 Clemente, que tão sabiamente soube representar os trabalhadores nesse GT, as Professoras Joaquina,  
3048 minha colega de pós-graduação da PUC, a Professora Stela, a Esther e a todos os colaboradores pelo  
3049 trabalho, o resgate histórico aqui da Política de Assistência, todas as análises feitas aqui, o papel das  
3050 Conferências, da NOB-RH/SUAS, quer dizer, então isso foi um trabalho completo, em minha opinião,  
3051 perfeito, que nós temos mais um documento, uma Resolução. Aprovo a Resolução com louvor  
3052 também e parabenizo o GT”. Conselheira Leila: “Eu voto pela aprovação desta Resolução  
3053 reconhecendo a qualidade e a modernidade do conteúdo do texto e mais uma vez marcando um  
3054 avanço na consolidação do SUAS que queremos e dessa forma eu cumprimento mais uma vez esse  
3055 grupo maravilhoso, as professoras que estiveram tão presentes e a todos nós por estarmos fazendo  
3056 mais um momento histórico na consolidação do SUAS. Parabéns a todos nós”. Conselheira Presidenta  
3057 Luziele: “Eu quero dizer aos senhores que eu aprovo esta Resolução com a certeza e como dizia  
3058 Ghandi: *“Se queremos progredir não podemos repetir a história, mas, sim, fazer uma história nova.”*  
3059 Hoje, Srs. Conselheiros, nós nos tornamos efetivamente construtores do SUAS que queremos.  
3060 Parabéns a toda a equipe, parabéns ao CNAS, por favor, Conselheiros, vamos ovacionar a nossa nova  
3061 Política Nacional”. **Item Relato da reunião conjunta da Comissão de Financiamento e de Política de**  
3062 **Assistência Social**, para tratar dos critérios da meta e critérios de partilha do Programa  
3063 ACESSUAS/TRABALHO e da Expansão Qualificada de Serviços relacionados a residências inclusivas. O  
3064 Conselheiro José da Crus convidou para compor a mesa o Conselheiro Volmir, Coordenador da  
3065 Comissão de Financiamento, com quem compartilhou a coordenação dessa reunião: *“Reunião*  
3066 *conjunta da Comissão de Financiamento e de Política de Assistência Social. Reunião 002/2013, data 11*  
3067 *de março de 2013, Local: Esplanada dos Ministérios, bloco A, 4º andar, sala 435. Conselheiros*  
3068 *presentes: José Crus, Coordenador da Comissão de Política; Volmir Raimondi, Coordenador da*  
3069 *Comissão de Financiamento; Ademar de Andrade Bertucci; Anderson Lopes Miranda; Clara Carolina de*  
3070 *Sá; Dóris Margareth de Jesus; Edvaldo da Silva Ramos; Fábio Moassab Bruni; Jane Pereira Clemente;*  
3071 *José Geraldo França Diniz, Márcia Marquesini Ferrari; Margarida Munguba Cardoso...”* Ah, desculpa.

3072 *“Marcílio Marquesini Ferrari; Márcia de Carvalho Rocha e Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria.*  
3073 *Ausências justificadas: Meive Ausônia Piacesi; Nilsia Lourdes dos Santos. Convidados: Joaquina Barata*  
3074 *da Universidade Federal do Pará; Lídia Cristina da Silva Barbosa, Coordenadora Geral de Apoio e*  
3075 *Execução de Projetos e Serviços do Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de*  
3076 *Assistência Social; Mariana de Souza Machado Neri, Coordenadora Geral de Serviços de Acolhimento*  
3077 *do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social; Niusarete*  
3078 *Lima do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS/MDS. Ouvintes: Alessandra Nogueira,*  
3079 *Federação Nacional das APAES (FENAPAES); Catiana Montijo Cavalcante, Goiás; Dalila Reis Martins,*  
3080 *Comunidade Kalunga Quilombola de Cavalcante, Goiás; Francelina Neves da Silva, Secretária de*  
3081 *Assistência Social; Hilton Leal Silva da Confederação Nacional dos Municípios; Raquel Castanheira,*  
3082 *Técnica do Departamento de Benefícios Assistenciais DBA/SNAS/MDS; Rosângela da Silva Ribeiro,*  
3083 *Coordenação Nacional de Municípios. Secretaria-Executiva da Secretaria Nacional de Assistência*  
3084 *Social: Jamile Calado, Maria Auxiliadora Pereira, Mirelle Dantas, Suzane Gonçalves, Thalita Eleto,*  
3085 *Maria Antônia Pereira Valente, Ana Tereza Gomes, Rosiele Brito. Item I da pauta: Apreciação das*  
3086 *Metas e Critério de Partilha do Programa ACESSUAS/TRABALHO pactuado na CIT. A Coordenadora*  
3087 *Geral de Apoio à Execução de Projetos e Serviços da Proteção Social Básica da SNAS, Lídia Barbosa,*  
3088 *que nos acompanha e que está aqui conosco, apresentou a avaliação e balanço do Programa Nacional*  
3089 *de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho, ACESSUAS/TRABALHO, aprovado pelo CNAS por meio*  
3090 *da Resolução nº. 13/2012, tendo como base a resolução 33/2011. Esta define que a promoção da*  
3091 *integração ao mundo do trabalho se dá por meio da integração de ações das diversas políticas*  
3092 *públicas, cabendo à Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e*  
3093 *a mediação do acesso ao mundo do trabalho. Em 2012 325 municípios foram elegíveis, 292 aderiram*  
3094 *ao programa com o cofinanciamento de 64 milhões de reais. Nessa perspectiva foi instituída a Câmara*  
3095 *Técnica para avaliar o programa, a Câmara Técnica na CIT, da CIT, para avaliar o programa que*  
3096 *apresentou sugestões visando o seu aprimoramento, em seguida foram apresentadas e discutidas as*  
3097 *metas e critérios de partilha para 2013 pactuados no âmbito da Comissão de Intergestores Tripartite.*  
3098 *Encaminhamentos: aprovar as metas e os critérios de partilha para o cofinanciamento federal do*  
3099 *Programa Nacional e de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho, o ACESSUAS/TRABALHO, para o*  
3100 *exercício 2013 conforme Minutas de Resolução anexa. Outro encaminhamento: enviar aos*  
3101 *Conselheiros do CNAS a apresentação em PowerPoint com detalhes sobre a avaliação do programa*  
3102 *ACESSUAS/TRABALHO. Terceiro encaminhamento: pautar na reunião da Comissão de Política em abril*  
3103 *a apresentação do Programa ACESSUAS/TRABALHO e o PRONATEC discutindo a responsabilidade da*  
3104 *Assistência Social e do Ministério da Educação. Para convidados teremos: SNAS, ASEP, MEC e Sistema*  
3105 *S. Outro encaminhamento e último: deste ponto recomendar ao MDS que conste nas orientações*  
3106 *técnicas do Centro de Referência para a População de Rua a inclusão e acompanhamento das pessoas*  
3107 *em situação de rua nos referidos cursos. 2) Expansão qualificada de serviços de acolhimento*  
3108 *institucional para jovens e adultos com deficiência em situação de dependência em residências*  
3109 *inclusivas. A Coordenadora Geral de Serviços de Acolhimento do Departamento de Proteção Social*  
3110 *Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social, Mariana Neris, apresentou a proposta de*  
3111 *expansão qualificada do Serviço de Acolhimento para Jovens e Adultos com Deficiência em Situação de*

3112 *Dependência em Residências Inclusivas constante da Tipificação Nacional de Serviços*  
3113 *Socioassistenciais, Resolução 109/2010. Trata-se de uma das ações do MDS, no Plano Viver Sem*  
3114 *Limite, tendo como meta 200 residências inclusivas cofinanciadas com recurso federal para o período*  
3115 *de 2012 à 2014 a partir da aprovação, pelo CNAS, da resolução nº 7 de 12 de abril de 2012, que dispôs*  
3116 *sobre o cofinanciamento para esse serviço, 40 residências foram cofinanciadas, sendo nove*  
3117 *residências na primeira fase, em junho de 2012, e 31 na segunda fase, em novembro de 2012, estão*  
3118 *previstas 80 residências para 2013, e 80 para 2014, encaminhamento, aprovar a expansão qualificada*  
3119 *dos serviços de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência em situação de*  
3120 *dependência, residências inclusivas pactuadas na redes conforme minuta de resolução anexa. O*  
3121 *segundo encaminhamento, enviar aos Conselheiros do CNAS a apresentação em power point sobre o*  
3122 *serviço de acolhimento para pessoas com deficiência em residências inclusivas, Volmir Raimondi,*  
3123 *Coordenador da Comissão de Financiamento, e José Crus, Coordenador da Comissão de Política". O*  
3124 *Conselheiro Ademar sugeriu convidar o MTE para a reunião de abril, quando haveria apresentação do*  
3125 *PRONATEC. A Conselheira Margarida considerou interessante incluir o Ministério do Trabalho, mas*  
3126 *que o parceiro mais forte era o MEC e SECEP, esclarecendo que o Plano Brasil sem Miséria tinha*  
3127 *relação com PRONATEC e que o MTE ainda não havia entrado como parceiro, o que aconteceria nessa*  
3128 *oportunidade, em reunião que havia sido realizada no período da manhã, com o Conselheiro Ademar*  
3129 *complementando essa informação. Conselheira Margarida encontrava interessante que*  
3130 *posteriormente fosse feito um debate com as outras áreas do mundo do trabalho e não apenas com o*  
3131 *PRONATEC, esclarecendo como havia sido esse contato. A Conselheira Leila registrou que*  
3132 *trabalhariam com uma resolução que esquecia uma resolução, que tratava do mundo do trabalho,*  
3133 *observando que o público da Assistência Social se relacionava muito mais ao mundo do trabalho do*  
3134 *que ao mercado de trabalho. A Conselheira Cláudia concordou com a sugestão do Conselheiro*  
3135 *Ademar de trazer o responsável pelo Departamento de Qualificação, dentro do MTE, falando sobre as*  
3136 *políticas que o mesmo tratava. A Presidenta indagou se a colaboradora, Coordenadora-Geral, Sra.*  
3137 *Lídia Matos, da Proteção Básica, poderia usar da palavra, com a concordância do Pleno. A Conselheira*  
3138 *Marisa concordou com a proposta de ampliar essa discussão, vinculada ao PRONATEC, com o Sistema*  
3139 *S, destacando sua relevância e com esse encontro podendo se realizar posteriormente. A Presidenta*  
3140 *observou que essa solicitação constava nos encaminhamentos da própria Comissão. A Conselheira*  
3141 *Maria do Socorro informou sua participação do GT que havia construído a resolução, não sendo*  
3142 *contra discutir o tema de forma ampliada. Com relação ao colocado pela Conselheira Leila, esclareceu*  
3143 *que essa resolução não fugia do tema, estando lincada com a Resolução 33, sobre o papel da*  
3144 *Assistência Social, com o ACESSUAS/TRABALHO estando nesse link, votando as metas referentes à*  
3145 *inserção no PRONATEC. Ponderou que o tema poderia ser discutido posteriormente metas para*  
3146 *inclusão no mundo do trabalho, falando sobre essa questão e sobre a importância do PRONATEC. O*  
3147 *Conselheiro José Geraldo indagou o significado da sigla SECEP, o que foi esclarecido. Continuando, o*  
3148 *Conselheiro José Geraldo complementou que o PRONATEC não estava só no âmbito das instituições*  
3149 *colocadas, citando a inclusão das de ensino superior. Concordava com a Conselheira Maria do*  
3150 *Socorro, com o ACESSUAS e inclusão no mundo do trabalho e outra coisa era a geração de*  
3151 *oportunidades, esclarecendo essa situação. Não concordava com a Conselheira Leila de que essas*



3152 questões estavam descasadas, sendo que na sua visão isso não acontecia. A Conselheira Margarida  
3153 discorreu sobre o alcance do PRONATEC, tendo diversos públicos em diferentes Ministérios, falando  
3154 sobre o programa ACESSUAS/TRABALHO e o que a Resolução 33 trazia sobre o assunto e  
3155 considerando importante fazer esse debate. Esclareceu que atualmente estavam atuando com esse  
3156 acesso aos cursos de formação profissional e qualificação e esperavam que para o próximo ano  
3157 tivessem condições de incluir ações para o empreendedor, para a pessoa que não entraria no  
3158 mercado formal de trabalho, tentando-se elaborar uma proposta nesse sentido. A Sra. Lídia ponderou  
3159 que o programa, era bem amplo, estando alinhado à Resolução 33, tratando-se, nesse momento, de  
3160 um financiamento, informando a instituição de uma Câmara Técnica quando da instituição do  
3161 programa para discutir seus problemas. Informou a articulação de ações com o MTE para fazer fluxos  
3162 de funcionamento, tentando-se, no futuro, atribuir parte do financiamento a essa parceria, com o  
3163 Conselheiro José da Cruz observando que a pauta já estava aprovada na outra memória relatada. A  
3164 Presidenta observou que essas colocações haviam sido para esclarecer melhor as questões. O  
3165 Conselheiro Ademar falou sobre a necessidade de continuação desse debate, trazendo outros fatores  
3166 e também da Resolução 33. O Conselheiro Edivaldo informou que a Câmara Técnica pedia uma  
3167 prorrogação de sua atuação, para poder dar conta dessas e outras demandas. A Conselheira Marisa  
3168 ponderou que não conseguiam ver na Resolução a aplicação do recurso, sugerindo orientações para  
3169 isso. A Sra. Lidia informou que o programa falava que anualmente fariam discussão sobre a partilha  
3170 de recursos. A seguir, a Presidenta passou para a Resolução 18, que aprovava o programa, podendo  
3171 sair, uma nota explicativa com relação a fazer toda essa memória, procedendo à sua leitura:  
3172 *“Resolução de 13 de março de 2013, aprovar as metas e os critérios de partilha, para o*  
3173 *cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho,*  
3174 *ACESSUAS/TRABALHO, para o exercício de 2013, o Conselho Nacional de Assistência Social, o CNAS,*  
3175 *em reunião ordinária realizada nos dias 11, 12, 13 e 14 de 2013, no uso da competência conferida pelo*  
3176 *Artigo 18 da lei 8742 de 7 de dezembro de 93, LOAS, considerando a resolução 13, de 27 de abril de*  
3177 *2012, CNAS, que estabelece os requisitos e critérios de partilha de cofinanciamento federal, para apoio*  
3178 *as ações de articulação, mobilização, encaminhamento, monitoramento, bem como estratégias para*  
3179 *inclusão da pessoa com deficiência, no mundo do trabalho, para municípios e Distrito Federal,*  
3180 *(Ininteligível) 2012, conforme o disposto na resolução 83 de 2011 do CNAS, considerando a resolução*  
3181 *nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS, que aprova a norma operacional básica do Sistema Único*  
3182 *de Assistência Social, NOB/SUAS, considerando a resolução nº 33, de 28 de novembro de 2011, do*  
3183 *CNAS, que define a promoção e integração ao mercado de trabalho no campo da assistência social, e*  
3184 *estabelece os seus requisitos, considerando a resolução nº 34, de 28 de novembro de 2011, CNAS, que*  
3185 *define a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, e a promoção de sua integração a vida*  
3186 *comunitária no campo da assistência social, e estabelece os seus requisitos, considerando a resolução*  
3187 *109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que dispõe sobre a tipificação nacional dos serviços*  
3188 *socioassistenciais, considerando a resolução 145, de 15 de outubro de 2004, do CNAS, que aprova a*  
3189 *política nacional da assistência social, considerando o decreto 6949, de 25 de agosto de 2009, que*  
3190 *promulga a convenção (Ininteligível) dos direitos da pessoa com deficiência, considerando o decreto nº*  
3191 *7612, de 17 de novembro de 2011, que aprovou o plano nacional dos direitos da pessoa com*

3192 *deficiência, planos viver sem limite, considerando a lei 7853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe*  
3193 *sobre o apoio as pessoas com deficiência, sua integração social e das outras providências,*  
3194 *considerando a lei 8742, de 7 de dezembro de 93, que dispõe sobre a organização da assistência social*  
3195 *e demais alterações, considerando a lei 12513, de 26 de novembro de 2011, que institui o programa*  
3196 *nacional de acesso ao ensino técnico e emprego, PRONATEC, considerando a avaliação da Câmara*  
3197 *Técnica de avaliação do programa, instituído pela resolução nº 5, de 12 de abril de 2012, CIT, resolve:*  
3198 *Artigo 1º, aprovar as metas e critérios de partilha dos recursos oriundos do cofinanciamento federal,*  
3199 *para o programa nacional do acesso ao mundo do trabalho, ACESSUAS/TRABALHO; Artigo 2º, a meta*  
3200 *para o exercício de 2013 consistirá na mobilização de duas vezes o número de vagas negociadas para*  
3201 *o programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego, PRONATEC, no âmbito do Brasil sem*  
3202 *Miséria; Artigo 3º, são elegíveis para aderir ao programa de promoção à integração ao mundo do*  
3203 *trabalho os municípios e Distrito Federal que: Um, aderirem ao PRONATEC Brasil sem Miséria com*  
3204 *pactuação mínima de 200 vagas no exercício de 2013, dois, habilitados em gestão básica ou plena do*  
3205 *Sistema Único de Assistência Social, SUAS, em fevereiro de 2013, e três, possua um Centro de*  
3206 *Referência de Assistência Social, CRAS, implantado e em funcionamento; Artigo 4º, o cofinanciamento*  
3207 *do programa terá a seguinte composição: Um, componente básico obtido por meio do produto da*  
3208 *meta pactuada de mobilização pelo valor de referência, obedecendo a seguinte escala: A, até 600*  
3209 *pessoas mobilizadas, será repassado o valor de R\$ 90 per capita, B, de 601 a 1000 pessoas*  
3210 *mobilizadas, será repassado o valor de R\$ 45 per capita, C, mais de 1000 pessoas mobilizadas, será*  
3211 *repassado o valor de R\$ 23 per capita. Dois, componente adicional compõe-se pelo somatório de duas*  
3212 *variáveis, quais sejam: A, variável um, obtida por meio do número de pessoas encaminhadas pelo*  
3213 *programa, com matrícula efetivada, cujos valores obedecem a seguinte escala: Um, até mil matrículas*  
3214 *efetivadas, será repassado o valor de R\$ 80 per capita, dois, de 1001 a duas mil matrículas efetivadas,*  
3215 *será repassado o valor de R\$ 40 reais per capita, três, mais de duas mil matrículas efetivadas, será*  
3216 *repassado o valor de R\$ 20 per capita, B, variável dois, obtida por meio do número de pessoas com*  
3217 *deficiência, matriculadas no curso do PRONATEC, multiplicado por R\$ 70, §1º, a variável dois*  
3218 *corresponde a incentivo de inclusão das pessoas com deficiência, prioritariamente os beneficiários do*  
3219 *benefício de prestação continuada BPC, §2º, o valor mínimo de repasse para cada ente do*  
3220 *componente básico é de 54 mil reais por ano, §3º, para efeito de monitoramento do alcance de metas,*  
3221 *serão considerados os registros no Sistema Nacional de Informações de Educação Profissional*  
3222 *Tecnológica, o SISTEC, do Ministério da Educação, MEC, destacando a frequência e a conclusão dos*  
3223 *cursos, §5º, o recurso será repassado fundo a fundo, de forma automática, em duas parcelas, logo*  
3224 *após a adesão do Gestor em ciência do respectivo Conselho de Assistência Social, conforme segue:*  
3225 *Um, primeira parcela compõem-se pelo componente básico, e pela primeira parcela do componente*  
3226 *adicional, que por sua vez é composta de 60% do valor obtido na primeira variável, dois, segunda*  
3227 *parcela compõem-se pela segunda parcela do componente (Ininteligível), que por sua vez é composta*  
3228 *pela soma de até 40% do valor obtido na primeira variável, mais 100% do valor correspondente a*  
3229 *segunda variável, §1º, Caso o ente não alcance em sua integralidade os requisitos necessários para*  
3230 *obtenção dos recursos, esse deverá efetivar a devolução dos componentes variáveis*  
3231 *proporcionalmente, §2º, para coordenação do programa no exercício de 2013, verificar-se-á o*

3232 *alcance, por cada ente, de 10% da meta de mobilização pactuada pelo Gestor no exercício anterior,*  
3233 *§6º, os municípios e o Distrito Federal deverão aderir ao ACESSUAS/TRABALHO para o exercício de*  
3234 *2013, no período a ser posteriormente divulgado no site do Ministério do Desenvolvimento Social e*  
3235 *Combate a Fome, MDS, §1º, A não realização da adesão pelos municípios e Distrito Federal, no prazo*  
3236 *estabelecido, representará recusa do cofinanciamento federal que lhe foi oferecido, §2º, ao realizar a*  
3237 *adesão, o município e Distrito Federal se comprometem a dar ciência ao respectivo Conselho de*  
3238 *Assistência Social, §3º, a ausência de manifestação do respectivo Conselho de Assistência Social, no*  
3239 *prazo estabelecido, representará aprovação da adesão do Gestor ao ACESSUAS/TRABALHO para o*  
3240 *exercício de 2013, §7º Essa resolução entra em vigor na data da sua publicação, Luziele Maria de*  
3241 *Souza Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social”. A Conselheira Marisa indagou*  
3242 *à Comissão se seria possível citar a Resolução nº 18, por tratar do acesso SUAS, com a Presidente*  
3243 *acatando essa sugestão e inserir mais um considerando sobre essa norma. O Conselheiro Edivaldo*  
3244 *solicitou a leitura do antepenúltimo artigo, após o que observou que a redação poderia causar*  
3245 *problemas entre órgão e CNAS, haja vista que pressupunha a aprovação tácita. O Conselheiro José da*  
3246 *Crus informou ter observado esse teor, com a Conselheira Clara e a Sra. Lidia sugerindo excluir o*  
3247 *parágrafo 3º, com a Presidenta esclarecendo que nos demais normativos, ao realizar a adesão, o*  
3248 *município e Distrito Federal se comprometiam a dar ciência ao respectivo Conselho de Assistência*  
3249 *Social. Após mais algumas colocações, o Conselheiro Volmir ponderou que o Conselho conhecia suas*  
3250 *obrigações, conforme constante nos demais documentos. O Conselheiro José da Crus sugeriu alterar a*  
3251 *redação do artigo 5º, com a Conselheira Clara fazendo algumas sugestões. Após algumas colocações*  
3252 *sobre o texto, o conselheiro Fábio falou sobre os trâmites a serem seguidos, encontrando que a*  
3253 *primeira redação contemplava. A Conselheira Dóris falou sobre a questão, ponderando que o*  
3254 *Conselho teria que acompanhar a gestão desse programa, fazendo-se uma redação que esclarecesse*  
3255 *o papel de cada um. A Conselheira Marisa concordou com o Conselheiro Fábio, indicando os*  
3256 *procedimentos a serem seguidos, com toda adesão da política da Assistência Social feita pelo gestor,*  
3257 *teria que passar pelo Conselho. A Conselheira Leila justificou sua saída, com a Conselheira Cláudia*  
3258 *assumindo a titularidade na sua ausência, mas registrando estar impactada com os encaminhamentos*  
3259 *de não passar pelo Conselho Municipal de Assistência Social, considerando tudo o que haviam*  
3260 *discutido, tendo que rediscutir controle social e o que acontecia nos municípios, não pactuando com*  
3261 *essas últimas colocações. O Conselheiro Tiago ratificou a fala da Conselheira Leila, citando o caso do*  
3262 *Conselho Estadual do Estado de Santa Catarina, discutido no dia anterior e onde haviam aprovado*  
3263 *uma nota de repúdio por não ter passado no Conselho. Lembrou que os Conselhos Municipais*  
3264 *fiscalizavam a gestão da Assistência Social, aprovando o orçamento e tendo que deliberar e aprovar*  
3265 *esses procedimentos. O Conselheiro José Araújo ponderou que os Conselhos Municipais estavam*  
3266 *fragilizados perante a gestão, com o CNAS tendo que tomar algumas providências para sanear essa*  
3267 *situação. Informou que os Conselheiros do Conselho Municipal de Curitiba o elegeram Presidente da*  
3268 *próxima gestão. A Presidenta destacou que não estavam colocando em pauta a função deliberativa*  
3269 *do Conselho, mas sim tratando de um programa que não estava no Plano de Ação, onde entraria no*  
3270 *próximo ano. A seguir solicitou esclarecimentos quanto a um encaminhamento, com a Conselheira*  
3271 *Clara sugeriu retirar os últimos parágrafos e no Artigo 5º a redação “o recurso será repassado de*

3272 Fundo a Fundo de forma automática em duas parcelas, logo após a adesão do gestor e deliberação do  
3273 respectivo Conselho de Assistência Social...”. O Conselheiro Edivaldo observou que a redação estava  
3274 invertida do ponto de vista operacional, , porque primeiro o Conselho deliberaria para depois haver a  
3275 adesão. Após mais algumas colocações sobre a questão, a Presidenta colocou em votação, com  
3276 chamada pela Secretária-Executiva: Conselheiros na titularidade: Conselheira Marisa: “Aprovadíssimo  
3277 Presidenta”. Conselheira Aldenora: “Aprovada”. Conselheiro Anderson: “Aprovado”. Conselheiro  
3278 Carlos Rogério: “Aprovado”. Conselheira Maria do Socorro: “Pela aprovação”. Conselheira Margarida:  
3279 “Aprovado”. Conselheiro Ademar: “Aprovado”. Conselheira Cláudia: “Aprovado”. Conselheira Clara:  
3280 “Aprovo”. Conselheiro José Geraldo: “Pela aprovação”. Conselheira Jane: “Pela aprovação”.  
3281 Conselheira Maria Aparecida Godói: “Aprovado”. Conselheiro Volmir: “Pela aprovação”. Conselheiro  
3282 José Crus: “Pela aprovação”. Conselheira Presidenta Luziele: “Pela aprovação”. A Presidenta  
3283 considerou aprovada pelo Pleno a Resolução que tratava dos critérios, metas e critérios de partilha  
3284 para o cofinanciamento federal do Programa de Promoção de Acesso ao Mundo do Trabalho,  
3285 ACESSUAS, para o exercício 2013. A seguir, passou à outra Resolução relacionada à expansão  
3286 qualificada de serviços de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência em situação  
3287 de dependência em residências inclusivas: *“O Conselho Nacional de Assistência Social em Reunião*  
3288 *Ordinária nos dias 11, 12, 13 e 14 de março de 2013 no uso da sua competência que lhe confere os*  
3289 *incisos I, II, V, IX e XIV do Artigo 18 da Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de*  
3290 *Assistência Social, LOAS, considerando que a Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela*  
3291 *Resolução número 145, de 15 de outubro de 2004 do CNAS, prever um conjunto de ações de Proteção*  
3292 *Social ofertadas pelo SUAS para a redução e prevenção das situações de vulnerabilidade, risco pessoal*  
3293 *e social por violação de direitos aos quais famílias e indivíduos estão expostos em decorrência do ciclo*  
3294 *de vida das situações de extrema pobreza, deficiência e violência, dentre outras, com vistas à*  
3295 *dignidade humana, promoção da autonomia, fortalecimento de vínculos e apoio às famílias no seu*  
3296 *papel protetivo. Considerando a Resolução número 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que*  
3297 *aprovada a tipificação nacional de serviços socioassistenciais do SUAS, que prever a oferta do serviço*  
3298 *de acolhimento institucional para jovens e adultos, com deficiência em situação de dependência, em*  
3299 *residência inclusiva no âmbito da Proteção Social Especial de alta complexidade, a fim de garantir*  
3300 *proteção integral com vistas à construção de autonomia, da inclusão social e comunitária, e do*  
3301 *desenvolvimento de capacidades para a vida diária. Considerando a Resolução número 07, de 12 de*  
3302 *abril de 2012, do CNAS, que dispõe sobre o cofinanciamento federal para apoio à oferta dos serviços*  
3303 *de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência em situação de dependência e suas famílias*  
3304 *em Centros-Dia de referência, e em residências inclusivas. Considerando a Resolução número 33, de 12*  
3305 *de dezembro de 2012 do CNAS que aprovada a Norma Operacional Básica do Sistema Único, SUAS,*  
3306 *NOBSUAS 2012. Considerando a Resolução CIT número 05, de 08 de junho de 2011, que padroniza*  
3307 *prazos para demonstração da implantação dos equipamentos públicos e da pretensão dos serviços*  
3308 *socioassistenciais e dá outras providências. Considerando os princípios da Convenção sobre os direitos*  
3309 *das pessoas com deficiência, ratificada com equivalência constitucional por meio do Decreto*  
3310 *Legislativo número 186, de 09 de julho de 2008 e do Decreto 6949, de 25 de agosto de 2009.*  
3311 Considerando o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, plano Viver Sem Limite

3312 *instituído por meio do Decreto 7612, de 17 de novembro de 2011, que prever o reordenamento dos*  
3313 *serviços de acolhimento para pessoas com deficiência, por meio dos serviços de acolhimento*  
3314 *institucional na residência inclusiva. Considerando a Portaria Interministerial Número 03, de 21 de*  
3315 *setembro de 2012, do MDS com o Ministério da Saúde, que dispõe sobre a parceria entre o Sistema*  
3316 *Único de Assistência Social, SUAS, e Sistema Único de Saúde, SUS, no âmbito dos serviços com*  
3317 *acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência em situação de dependência em*  
3318 *residências inclusivas. Considerando a necessidade de reordenar e ampliar a oferta de serviços de*  
3319 *acolhimento para pessoas com deficiência, para assegurar a qualidade do atendimento em*  
3320 *conformidade com as normativas do SUAS e legislações vigentes resolve: Artigo 1º - Aprovar os*  
3321 *critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão*  
3322 *qualificada dos serviços de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência em*  
3323 *situação de dependência, em residências inclusivas. Capítulo I – Dos serviços de acolhimento*  
3324 *institucional para jovens e adultos com deficiência em reinscrição. Artigo 2º - A residência inclusiva é*  
3325 *uma unidade que oferta serviços de acolhimento institucional no âmbito da Proteção Social Especial*  
3326 *de alta complexidade do SUAS. § 1º - Constitui públicos do serviço de acolhimento institucional na*  
3327 *residência inclusiva jovens e adultos com deficiência em situação de dependência, que não disponham*  
3328 *de condições de autosustentabilidade e de retaguarda familiar, prioritariamente beneficiários do*  
3329 *Benefício de Prestação Continuada, BPC, e/ou aqueles que estejam institucionalizados em serviços de*  
3330 *acolhimento em desacordo com os padrões tipificados e que necessitem ser reordenados. § 2º - A*  
3331 *residência inclusiva terá capacidade instalada de até 10 jovens e adultos com deficiência em situação*  
3332 *de dependência, devendo estar inserido em área residencial e cumprir as normas contidas na*  
3333 *tipificação nacional de serviços socioassistenciais e nas orientações técnicas, perguntas e respostas*  
3334 *sobre os serviços de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência em residências*  
3335 *inclusivas. Capítulo II – Do cofinanciamento e dos critérios de elegibilidade. Artigo 3º - Os serviços de*  
3336 *acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência em situação de dependência terá*  
3337 *referência valor de cofinanciamento federal mensal de 10 mil reais por unidade de residência*  
3338 *inclusiva. Artigo 4º - Poderão aderir ao cofinanciamento federal e de que trata o Artigo 4º - I) O*  
3339 *Distrito Federal e municípios com população superior a 50 mil habitantes que atendam os seguintes*  
3340 *requisitos: a) possuir Centros de Referências de Assistência Social, CRAS, e Centros de Referências*  
3341 *Especializados, CREAS, implantados e em funcionamento identificados por meio do Censo SUAS 2012*  
3342 *ou do Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social, CADSUAS independentemente da*  
3343 *fonte de financiamento. B) Dispõe de pelo menos um dos seguintes serviços de saúde em*  
3344 *funcionamento: estratégia saúde da família, núcleo de apoio à saúde da família, atendimento*  
3345 *domiciliar, programa Melhor em Casa, identificados por meio de informações disponibilizadas pelo*  
3346 *Ministério da Saúde. E II – Os estados que já organizam, coordenam e/ou prestam serviços*  
3347 *regionalizados da Proteção Social Especial de Alta complexidade para pessoas com deficiência de*  
3348 *acordo com o Artigo 5º, inciso IV da Resolução número 33, de 12 de dezembro de 2012 do CNAS*  
3349 *independente do número de habitantes. § 1º - O MDS disponibilizará no sítio eletrônico a lista de*  
3350 *Estados, municípios e Distrito Federal que atendem aos critérios previstos no caput. § 2º O*  
3351 *cofinanciamento federal previsto no art. 3º será limitado ao apoio a até 6 (seis) Residências Inclusivas*

3352 por Estado, município e Distrito Federal, salvo nos casos previstos no § 3º Os  
3353 Estados, Distrito Federal e Municípios que possuírem mais do que 60 (sessenta) jovens e adultos com  
3354 deficiência em abrigos institucionais, conforme informações constantes no Censo SUAS das Unidades  
3355 de Acolhimento ou disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, poderão aderir ao cofinanciamento  
3356 federal para o número de até 15 (quinze) Residências Inclusivas. Art. 5º O limite de Residências  
3357 Inclusivas cofinanciadas pelo MDS levará em consideração a disponibilidade orçamentária. Parágrafo  
3358 Único. Em havendo número de adesões superior à capacidade orçamentária, o MDS classificará os  
3359 Estados, os Municípios e o Distrito Federal segundo informações do Censo SUAS - Unidades de  
3360 Acolhimento 2012, por ordem decrescente, a partir do número de pessoas com deficiência acolhidas  
3361 em serviço de acolhimento daquela localidade. CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E  
3362 TRANSITÓRIAS. Art. 6º Poderão aderir ao cofinanciamento de que trata esta resolução, além dos casos  
3363 previstos no art. 4º, inciso II. Os Estados que desejarem implantar serviços de proteção social especial  
3364 de alta complexidade em Residências Inclusivas para pessoas com deficiência, em municípios com  
3365 população igual ou inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, cujos custos ou ausência de demanda  
3366 municipal justifiquem uma rede regional de serviços desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado,  
3367 conforme estabelece o art. 13, inciso V, da Lei nº 8.742, de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social.” O  
3368 Conselheiro Anderson destacou a grande retirada dessas pessoas dos serviços de acolhida da  
3369 população em situação de rua, tendo muitas pessoas com deficiência no serviço com acolhida dos  
3370 antigos albergues, com essa Resolução sendo uma conquista não apenas para as pessoas com  
3371 deficiência, mas para o movimento nacional da população de rua, e para o Fórum. O Conselheiro José  
3372 Araújo indagou se não deveriam incluir os idosos, questionando as faixas de idade, manifestando que  
3373 o CNAS deveria se preocupar com o envelhecimento da população no sentido dos Centros-Dia. O  
3374 Conselheiro Fábio observou que as residências inclusivas tinham esse nome na tipificação de para  
3375 jovens e adultos, estando como público para pessoas com deficiência., considerando que o recurso  
3376 era vinculado ao Viver Sem Limite. O Conselheiro José da Cruz observou que estava em consonância  
3377 com o que estava tipificado para a pessoa com deficiência em situação de dependência, com a  
3378 apresentação da Coordenadora Mariana a ser distribuída aos Conselheiros. A Presidenta colocou em  
3379 votação, com a Secretária-Executiva procedendo à chamada: Conselheira Aldenora: “Pela aprovação”.  
3380 Conselheiro Anderson: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheiro Carlos Rogério: “Pela aprovação  
3381 da Resolução”. Conselheira Maria do Socorro: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheira Margarida:  
3382 “Pela aprovação”. Conselheira Cláudia: “Pela aprovação da Resolução”. Conselheiro Ademar:  
3383 “Aprovação”. Conselheira Maria Aparecida Godói: “Pela aprovação”. Conselheiro José Geraldo: “Pela  
3384 aprovação”. Conselheira Jane: “Pela aprovação”. Conselheira Clara: “Meu voto é pela aprovação”.  
3385 Conselheiro Volmir: “Pela aprovação”. Conselheiro José Cruz: “Pela aprovação”. Conselheira  
3386 Presidenta Luziele: “Pela aprovação. Pela aprovação e fazendo reconhecimento que a reunião  
3387 conjunta efetivamente rendeu frutos e nós saímos daqui com duas aprovações de grande monta”.  
3388 **Item Relato da Comissão de Acompanhamento de Conselhos**, pela Conselheira Aldenora: “Reunião:  
3389 02/2013. Data: 11 de março de 2013. Horário: 9h às 16h. Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco A -  
3390 Sala 460. MEMÓRIA DA REUNIÃO. Conselheiros presentes: Aldenora Gomes Gonzalez - Coord.  
3391 Adjunta; Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Charles Roberto Pranke; José Araújo da Silva; Luziele

3392 *Maria de Souza Tapajós. Conselheiras com ausência justificada: Fátima Aparecida Rampim;*  
3393 *Margareth Alves Dallaruvera; Solange Teixeira. Secretária executiva: Liliane Neves – Coordenadora;*  
3394 *Lilian Guedes Josué Santos. (anexos I, lie III). A plenária de fevereiro deliberou que o item fosse*  
3395 *novamente discutido pela Comissão tendo em vista rever a representação do CNAS nas reuniões*  
3396 *regionalizadas e as orientações a serem encaminhadas aos conselhos para a preparação da*  
3397 *apresentação acerca da avaliação da atuação dos CEAS aos CMAS, conforme programação (anexo II).*  
3398 *Ressalta-se que, conforme deliberado pela plenária, o CNAS realizou reunião com a presidenta do*  
3399 *Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social (FONSEAS) para solicitar apoio e*  
3400 *mobilização dos gestores estaduais e do Distrito Federal a fim de garantir participação de*  
3401 *representantes dos conselhos nas reuniões. Encaminhamentos: 1.1. Definir como representantes do*  
3402 *CNAS nas reuniões regionalizadas a presidenta, vice-presidenta e os membros da Comissão de*  
3403 *Acompanhamento aos Conselhos, bem como representantes da secretaria executiva do CNAS. 1.2*  
3404 *- Apresentar à plenária metodologia dos encontros regionalizados (Anexo I). 1.3 - Definir como tema*  
3405 *das reuniões regionalizadas em 2013: "Juntos fortalecendo o controle social do SUAS". 1.4 - Elaborar*  
3406 *folder e cartaz para divulgação das reuniões contendo a programação. 1.5- Elaborar memória das*  
3407 *reuniões para posterior envio aos respectivos conselhos e gestores. 1.6 - Preparar instrumentais que*  
3408 *devem subsidiar os trabalhos dos grupos (previstos na programação) e para a sistematização das*  
3409 *apresentações. 1.7 - Enviar aos conselheiros da Comissão a sistematização das deliberações das*  
3410 *conferências nacionais e os resultados do Censo Suas/Conselhos 2011 dos estados das regiões sul e*  
3411 *sudeste, tendo em vista subsidiar a participação destes nas reuniões. 2. Apresentação do estudo*  
3412 *realizado sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil nos Conselhos de*  
3413 *Assistência Social. O item faz parte do Plano de Ação da Comissão (Ação 1.3) e para esta estratégia*  
3414 *está definida a discussão de itens que devem constar no documento com orientações acerca do*  
3415 *processo de escolha dos representantes da sociedade civil nos CAS. Após este debate interno na*  
3416 *Comissão será agendada reunião conjunta com a Comissão de Normas para discutir o assunto.*  
3417 *Encaminhamentos: 2.1 - Elaborar proposta dos itens que devem constar no documento com*  
3418 *orientações acerca do processo de escolha dos representantes da sociedade civil no CAS, bem como*  
3419 *definir a organização dos trabalhos e debate junto à Comissão de Normas. Responsáveis: conselheiras*  
3420 *Margareth Dallaruvera, Aldenora Gonzalez, Solange Teixeira, Luziele Tapajós e conselheiro Charles*  
3421 *Pranke. 2.2 - Propor reunião conjunta com Comissão de Normas para o mês de maio. 3. Discutir*  
3422 *orientações aos CAS para desenvolver ações com a finalidade de mobilização dos segmentos da*  
3423 *sociedade civil para a participação no controle social do SUAS. A questão está prevista no Plano de*  
3424 *Ação da Comissão (Ação 1.1) e, considerando a relação deste com o item 2 desta memória, sugere-se*  
3425 *que os conselheiros também elaborem proposta dos pontos que devem constar no documento, bem*  
3426 *como definir a organização dos trabalhos e debate junto à Comissão de Normas. 4. Estratégias para a*  
3427 *mobilização dos Conselhos de Assistência Social para a participação e promoção de debates sobre*  
3428 *Combate ao Trabalho Infantil (tema da III Conferência Global a ser realizada no Brasil em 2013). A III*  
3429 *Conferência Global será realizada no Brasil em outubro de 2013 com a participação de delegados de*  
3430 *vários países. Para a discussão sobre o tema e, ainda, para a proposição de estratégias de mobilização*  
3431 *a Comissão ressalta a necessidade de ter mais informações sobre a Conferência Global e, tendo em*

3432 vista ser este um assunto agendado para discussão da plenária de março sugere aguardar.  
3433 Encaminhamentos: 4.1. Aguardar o debate do Pleno acerca do assunto para os encaminhamentos  
3434 necessários. 4.2. Divulgar as ações da Conferência Global na página eletrônica do CNAS. 5. Discussão  
3435 sobre as orientações aos CAS para o monitoramento das deliberações das conferências de assistência  
3436 social. O item consta no Plano de Ação da Comissão (Ação 3.3). Sugere-se repassar o assunto para  
3437 discussão no Grupo de Trabalho criado para desenvolver o monitoramento das deliberações da VIII  
3438 Conferência Nacional de Assistência Social, para discussão e apresentação de proposta de  
3439 metodologia que possa ser utilizada pelos conselhos de assistência social. 6. Discussão sobre a forma  
3440 de subsidiar os conselhos (tecnologia e metodologia) para padronização do sistema de relatoria das  
3441 conferências. Item consta no Plano de Ação da Comissão (Ação 3.3). Sugere-se repassar o assunto à  
3442 Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional para que esta discuta e apresente proposta de  
3443 orientações que possam subsidiar os conselhos, técnica e metodologicamente para o processo de  
3444 relatoria das conferências. 7. Apresentação do documento com orientações aos Conselhos de  
3445 Assistência Social para o cumprimento da determinação de utilização de, no mínimo, 3% do IGDSUAS e  
3446 do PBF para o funcionamento dos CAS. As orientações foram elaboradas contando com a colaboração  
3447 da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Secretaria Nacional de Renda de Cidadania  
3448 (SENARC) e Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), conforme deliberado em plenária do mês de  
3449 agosto. O documento foi encaminhado aos conselheiros por correspondência eletrônica para leitura  
3450 prévia. Encaminhamento: 7.1 Leitura e discussão das orientações para aprovação na plenária. 8.  
3451 Pauta da reunião da Comissão em abril: 8.1 - Discussão das orientações sobre o processo de  
3452 escolha dos representantes da sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social e para as  
3453 orientações aos CAS para desenvolver ações de mobilização para a participação no controle social do  
3454 SUAS. 8.2. Monitoramento do Plano de Ação da Comissão e revisão da agenda de execução. Aldenora  
3455 González, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento de Conselhos de Assistência Social.” A  
3456 Presidenta indicou a leitura do Anexo I, com o II e III já tendo sido aprovados na Plenária passada:  
3457 “Anexo I – Orientações aos CEAS e CAS/DF para reuniões regionalizadas com o CNAS juntos  
3458 fortalecendo o controle social do SUAS. Apresentação: o CNAS considerando a importância de  
3459 construir uma relação mais próxima com os CEAS, Conselhos Estaduais de Assistência Social e com o  
3460 CAS/DF, Conselheiro de Assistência Social do Distrito Federal, adotou em seu planejamento na gestão  
3461 2012-2014 a realização de reuniões regionalizadas com os CEAS e CAES DF. As reuniões regionalizadas  
3462 acontecerão semestralmente, sendo que em anos de realização de conferências acontecerão apenas  
3463 no primeiro semestre. Objetivo das reuniões regionalizadas: discutir junto aos Conselhos Estaduais e  
3464 CAS/DF questões afetas ao controle social do SUAS, atendendo as especificações das cinco regiões do  
3465 país, visando discutir o planejamento das ações dos CEAS e CAS/DF, tendo por base os resultados do  
3466 Censo SUAS e deliberações das conferências. Cronograma das reuniões: nesse primeiro semestre de  
3467 2013 serão realizadas quatro reuniões regionais, ressalta-se que foi definido que para regiões Sul e  
3468 Sudeste serão realizadas reuniões conjuntas, ficando a agenda assim definida: região Sul e Sudeste  
3469 acontecerá em São Paulo no dia 08 e 09 de abril de 2013; região Norte acontecerá no Acre de 25 e 26  
3470 de abril de 2013. A região Centro-Oeste está definida apenas o local, Mato Grosso do Sul, mas ainda  
3471 não foi definida a data, só apenas que será no mês de maio; na região Nordeste acontecerá no Ceará



3472 03 e 04 de junho de 2013. Participação: CEAS e CAS/DF: nas reuniões de 2013 que serão as primeiras  
3473 reuniões a serem realizadas sugere-se a participação de cinco representantes de cada CEAS e do  
3474 CAS/DF, sendo que uma vaga deve ser para a Secretaria-Executiva. As demais sejam para o Presidente  
3475 ou Presidenta e vice, dois Conselheiros integrantes da Comissão de Acompanhamento de Conselhos  
3476 Municipais de Assistência Social. Ressalta-se a importância de garantir a paridade na representação  
3477 dos Conselheiros nessas reuniões. Para o CAS/DF sugere-se a participação da Secretaria-Executiva, do  
3478 Presidente ou Presidenta, vice ou vice-Presidenta e outros dois Conselheiros. CNAS: Presidenta, Vice-  
3479 Presidenta, Conselheiros da Comissão de Acompanhamento de Conselhos e representantes da  
3480 Secretaria-Executiva do CNAS. Essa participação justifica-se por essas serem as primeiras reuniões e  
3481 pela pauta estar focada nos debates e encaminhamentos referente ao planejamento das ações dos  
3482 CEAS e CAS/DF, tendo em vista a superar as questões apresentadas pelo Censo SUAS 2011, conforme  
3483 orientação do CNAS para a criação das Comissões de Acompanhamento aos CMAS no âmbito dos  
3484 CEAS. Conferências de Assistência Social em 2013 e discussões acerca de questões a serem  
3485 apresentadas pelos Conselhos. Objetivo das orientações: essas orientações têm por objetivos subsidiar  
3486 os CEAS e CAS/DF na avaliação da atuação para o fortalecimento do controle social no SUAS. Para os  
3487 CEAS está direcionada a avaliação de sua atuação junto aos CMAS e para o CAS/DF está direcionada a  
3488 avaliação das ações realizadas visando a mobilização da sociedade civil e em especial dos usuários  
3489 para a participação no controle social do SUAS. Metodologia dos trabalhos das reuniões em 2013: I)  
3490 considerando o foco de avaliar e planejar o processo de acompanhamento dos CEAS aos Conselhos  
3491 Municipais os CEAS e CAS/DF devem realizar uma avaliação sobre o processo de acompanhamento  
3492 aos Conselhos Municipais de Assistência Social. No caso do CAS/DF deve se avaliar as ações de  
3493 mobilização da sociedade para a participação no controle social do SUAS. Essa avaliação deve basear-  
3494 se principalmente nas deliberações das conferências Estaduais e do DF e no resultado do Censo SUAS  
3495 módulo Conselhos. II) A partir dessa avaliação prévia os Conselhos deverão preparar uma  
3496 apresentação a ser ministrada na reunião. III) O conteúdo dessas apresentações serão debatidos entre  
3497 os presentes com a mediação do CNAS tendo em vista a socialização de experiências. IV) Após esse  
3498 debate cada Conselho discutirá os rumos do planejamento e de estratégias. Esse debate deve  
3499 considerar o planejamento já definido pelo Conselho que pode ser reorganizado considerando as  
3500 experiências socializadas pelos demais Conselhos. V) O CNAS apresentará proposta de instrumental  
3501 para a elaboração do planejamento que deverá ser discutido para o aprimoramento e adaptação à  
3502 realidade de cada Conselho. VI) Após esse debate interno cada Conselho apresentará as suas  
3503 propostas para socializar e debater, tendo em vista contribuir para o aprimoramento da elaboração  
3504 do planejamento a ser deliberado em cada Conselho e posterior envio ao CNAS para conhecimento.  
3505 Questões para apresentação dos CEAS e do CAS/DF: na programação está garantido um tempo  
3506 aproximado de 15 minutos para cada Conselho, para apresentação sobre a avaliação da sua atuação.  
3507 A apresentação deve atender ao roteiro elaborado pelo CNAS. Têm dois modelos aqui, dois roteiros,  
3508 um para o CEAS, e um para o CAS/DF. Para os CEAS: I) o CEAS já criou a Comissão de  
3509 Acompanhamento de Conselhos municipais de Assistência Social? II) Em caso afirmativo informar  
3510 sobre o funcionamento e suas atribuições, sua , periodicidade de reuniões e se consta no regimento  
3511 interno do Conselho? III) O CEAS acompanha a atuação dos Conselhos Municipais, visando o

3512 *fortalecimento do controle social? Em caso afirmativo apresentar as formas que esse*  
3513 *acompanhamento acontece. IV) Quais são as principais dificuldades que o CEAS enfrentou e está*  
3514 *enfrentando nesse acompanhamento? V) Quais são as estratégias que o CEAS utiliza para superar*  
3515 *essas dificuldades? VI) Como essas estratégias são operacionalizadas pelos CEAS? VII) Qual é a*  
3516 *recepção e aceitação dos Conselhos Municipais de Assistência Social sobre esse acompanhamento?*  
3517 *VIII) No que se refere às deliberações das conferências estaduais e resultado do Censo SUAS, como o*  
3518 *CEAS pode aprimorar a relação com os Conselhos Municipais de Assistência a fim de fortalecer o*  
3519 *controle social? IX) Considerando que os recursos do IGD/PBF e IGD/SUAS destinado ao controle social*  
3520 *ou uso de pelo menos de 3% de cada com os mesmos, como os mesmos são aplicados e quais as*  
3521 *principais dificuldades para aplicação, caso haja? Para o CAS/DF: I) O CAS/DF tem Comissão específica*  
3522 *de mobilização social? II) Em caso afirmativo informar sobre o funcionamento e suas atribuições, sua*  
3523 *composição, periodicidade de reuniões e se consta no regimento interno do Conselho. III) O CAS atua*  
3524 *na mobilização da participação da sociedade civil no controle social do SUAS? Apresentar as formas*  
3525 *que essa mobilização acontece. IV) Quais são as principais dificuldades que o CAS/DF enfrentou ou*  
3526 *está enfrentando na mobilização? V) Quais são as estratégias que o CAS/DF utiliza para superar essas*  
3527 *dificuldades? VI) Como essas estratégias são operacionalizadas pelo CAS? VII) Qual é a recepção e*  
3528 *aceitação das ações de mobilização: VIII) No que se refere às deliberações das conferências e*  
3529 *resultado do Censo SUAS módulo Conselhos, como o CAS/DF pode aprimorar a sua atuação? IX)*  
3530 *considerando que os recursos do IGD/PBF e IGDSUAS destinado ao controle social, uso de pelo menos*  
3531 *de 3% de cada, como os mesmos são aplicados e quais as principais dificuldades para aplicação caso*  
3532 *haja?”. O Conselheiro Ademar solicitou os relatos de todas as Comissões, considerando sua*  
3533 *importância. Indagou como se avaliaria a participação dos diferentes seguimentos em cada Conselho,*  
3534 *o que não havia entendido. A Conselheira Aldenora esclareceu que o material seria socializado com o*  
3535 *CNAS, com todos os Conselheiros, com todas as Comissões. Complementou que colocariam os três*  
3536 *segmentos, para aclarar o entendimento. A Presidenta indicou os demais itens, com o 7º sendo um*  
3537 *documento a ser apresentado, sugerindo seu envio aos Conselheiros por e-mail, por ser muito*  
3538 *extenso, com discussão posterior. A Conselheira Aldenora ponderou que o documento havia sido*  
3539 *enviado mais de uma semana antes da Reunião, sendo que para enviar novamente era preciso ter*  
3540 *prazo, pois seria preciso encaminhar aos Municípios. A Presidenta indagando se até segunda-feira*  
3541 *poderiam aguardar resposta dos Conselheiros. **Item 8, pauta da Comissão de Abril. Em não havendo***  
3542 *nenhuma observação, a Presidenta considerou o item aprovado pelo Pleno. O Conselheiro José*  
3543 *Araújo parabenizou a Secretaria- Executiva e auxiliares, na pessoa da Coordenadora Liliane, pela*  
3544 *colaboração prestada na Comissão, registrando seu agradecimento. O Conselheiro Volmir deixou o*  
3545 *indicativo para a Presidência Ampliada fazer uma análise e não deixar mais temas de aprovação de*  
3546 *Resolução para o final da Reunião, considerando a exigência de voto qualificado, com a Presidenta*  
3547 *registrando essa solicitação. **Item Relato da Comissão de Normas,** pela Conselheira Marisa: “Reunião*  
3548 *Extraordinária da Comissão de Normas da Assistência Social, que foi realizada, a 1ª Reunião 001/2013*  
3549 *em 25 de Fevereiro de 2013. Conselheiros Presentes, Marisa Rodrigues a Coordenadora, Simone*  
3550 *Albuquerque, Wagner Carneiro, Leila Pizzato, Viviane Vieira da Silva, Cláudia Laura Faquitone;*  
3551 *Ausências justificadas, Eloiana Cambraia, Thiago Szonolky; Convidados Dr. Daniel Demonte Moreira*

3552 CONJU/MDS, Alessandra Lopes Gadioli DRSP, Amanda Simone da Silva da DRSP, Ana Paula Gonçalves  
3553 da DRSP; Secretaria Executiva do CNAS Cristiane Camargo, Rosangela da Silva, Dialuana Loup,  
3554 Douglas Amaro, Ezidênio Pereira e Maria de Fátima; 1 Apresentação pelo Departamento da Rede  
3555 Socioassistencial Privada do SUAS DRSP, o Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS  
3556 DRSP, por intermédio da Diretora Substituta Alessandra Lopes Gadioli, apresentou a Comissão de  
3557 Normas da Assistência Social em cumprimento ao disposto no Art. 3º da Resolução CNAS Nº 18/2011,  
3558 o relatório anual sobre a situação do processo de certificação de Entidades Beneficentes da Assistência  
3559 Social, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e o combate a fome MDS, exercício 2012, o  
3560 documento apresentado pelo DRSP é composto por tabelas e gráficos evidenciando de forma  
3561 estatística e clara a situação dos processos de certificação, o DRSP informou que a Secretaria Nacional  
3562 de Assistência Social CNAS, disponibilizou aos Órgãos Gestores de Assistência Social Municipais ou do  
3563 Distrito Federal, por meio do Sistema Nacional de Informação do Sistema Único da Assistência Social  
3564 Rede SUAS, um formulário eletrônico para levantamento de informações sobre as Entidades de  
3565 Assistência Social e os Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais, inscritos nos  
3566 Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal, segundo os parâmetros previstos  
3567 na Resolução CNAS Nº 16/2010, preenchimento do formulário deverá ser realizado pelos Órgão  
3568 Gestores e confirmado pelo respectivo Conselho de Assistência Social , até a data limite de 31 de  
3569 Março de 2013, conforme pactuado na Comissão Intergestores Tripartite CIT, Resolução CIT Nº  
3570 18/2012, discorreu também sobre o conceito de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência,  
3571 no sentido de que envolve um conjunto articulado, diversas Políticas, no enfrentamento das barreiras  
3572 implicadas pela deficiência e pelo meio, cabendo a Assistência Social ofertas próprias para promover o  
3573 fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assim como a autonomia, a independência,  
3574 segurança, o acesso aos direitos e a participação plena e efetiva na Sociedade, o DRSP fez algumas  
3575 considerações em Relação às casas de Apoio, ressaltando que a principal atividade desenvolvida é o  
3576 acolhimento de pessoas, a grande maioria crianças e o seu respectivo responsável, durante o  
3577 tratamento de doenças graves em especial Câncer e AIDS, fora do seu Município de residência, nesse  
3578 sentido a Política de Assistência Social prever que a segurança de acolhida é uma de suas primordiais  
3579 funções, por meio da qual se deve garantir a provisão de necessidades básicas como alimentação e  
3580 abrigo, as pessoas com restrições momentânea ou contínuo de autonomia, dessa forma pelo serviço  
3581 de acolhimento ofertado pelas Casas de Apoio, informou que foi possível considerá-las para efeito da  
3582 certificação como Entidades de Assistência Social, foi informado ainda que para fins de análise dos  
3583 processos de certificação de Entidades anteriores a Lei 12.101/2009 e anteriores a própria tipificação  
3584 Nacional nos Serviços Socioassistenciais Resolução CNAS Nº 109/2009, referentes as Entidades que  
3585 atual na recuperação de dependentes de substâncias psicoativas, foram consideradas como de  
3586 Assistência a época se entendendo tratar de um período de transição para a nova concepção da  
3587 Política Pública de Assistência Social, porém com os atuais normativos dessa Política tais entidades,  
3588 não mais devem ser caracterizadas como Entidades Assistência Social, acrescentou que estão sendo  
3589 realizadas Reuniões mensalmente do DRSP, com a Coordenação Geral de Certificação de Entidades  
3590 Beneficentes de Assistência Social do Ministério da Educação, para tratar de processos de Entidades  
3591 com mais de uma área de atuação, disse ainda que essa articulação já está sendo realizada também

3592 com o Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde;  
3593 Encaminhamentos: 1.1 Encaminhar por e-mail a todos os Conselheiros do CNAS o relatório anual sobre  
3594 o processo de certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social no Âmbito do MDS exercício  
3595 2012 apresentado pelo DRSP; 1.2 Repassar o relatório por Estados, para os respectivos Conselhos  
3596 Estaduais de Assistência Social e CAS/DF, conforme disposto no Parágrafo 2º do Art. 3º da Resolução  
3597 CNAS Nº 18/2011, solicitando que os mesmo realizem o monitoramento das execuções das atividades  
3598 das Entidades Certificadas de acordo com os dispostos nos Parágrafos 1º e 2º Art. 1º da Resolução  
3599 CNAS 29/2011. § 1º Os Conselhos Estaduais do Distrito Federal e Municipais e Assistências Sociais,  
3600 deveram regulamenta sua competência de representar o MDS sempre que constatarem o  
3601 descumprimento pelas Entidades de Assistência Social certificadas em seus âmbitos dos requisitos que  
3602 deram ensejo a certificação, especialmente quando houver o cancelamento da inscrição da Entidade.  
3603 § 2º, as representações do que trata esse Art. deveram ser dirigidos ao Secretário Nacional de  
3604 Assistência Social, devidamente assinadas pela Presidente do Conselho, motivadas e instruídas com a  
3605 documentação comprobatória encaminhadas ao Setor de Protocolo, Departamento da Rede  
3606 Socioassistencial Privada do SUAS, DRSP no Endereço SPN 1515 Bloco B Edifício Omega Asa Norte -  
3607 Térreo Brasília - DF; 1.3 Incluir na orientação conjunta do MDS, CNAS, sobre inscrições de entidades de  
3608 Assistência nos Conselhos de Assistência Social, Municipais e do Distrito Federal CAS/DF nos termos da  
3609 Resolução CNAS 16/2010, questões relativas as Casas de Apoio, o DRSP irá encaminhar minuta sobre o  
3610 assunto para ser discutido na Comissão de Normas; 2 Discussão da Resolução CNAS 16/2010, foi  
3611 iniciada a discussão da revisão da Resolução CNAS 16/2010, que define os parâmetros funcionais para  
3612 inscrições das Entidades e Organizações de Assistência Social bem como dos Serviços, dos Programas,  
3613 dos Projetos e Benefício Socioassistenciais, nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do  
3614 Distrito Federal, que contou com a presença do Dr. Daniel Demonte Moreira, da Consultoria Jurídica  
3615 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome CONJU/MDS, a Conselheira Leila Pizzato,  
3616 apresentou o relatório do estudo pré-eliminado, Art. 11 da Resolução CNAS 16/2010 a LUZ da LOAS da  
3617 Lei 12.101/2009, em especial do documento pesquisa, documental, de entidades mistas com o CEBAS,  
3618 elaborado pela Professora, Dra. Aldaíza Sposati e Professora Neire Bruno, de dezembro de 2008,  
3619 fazendo alguns apontamentos. Foi ressaltado que o documento elaborado pela Conselheira Leila  
3620 Pizzato, possui um resgate histórico importante devendo ser lido e considerado o tempo que foi  
3621 produzida a pesquisa 2008, antes da implantação do SUAS, pôs que já houve muitos avanços. O Dr.  
3622 Daniel Demonte Moreira, CONJU/MDS, informou que foi criado pela Advocacia Geral da União (AGU),  
3623 um Grupo de Trabalho onde discutiram as Entidades com mais de uma área de atuação e que  
3624 conclusão do GT foi que a preponderância deveria se dar por meio de despesa maior da Entidade e  
3625 não da receita, todavia concluiu que isso não é uma normativa apenas a concepção do Grupo;  
3626 Encaminhamento: 2,1 Encaminhar os Conselheiros da Comissão de Normas, o material apresentado  
3627 pela Conselheira Leila na Reunião, para que seja feito estudos e os destaques a serem discutidos na  
3628 próxima Reunião da Comissão no dia 11 de Março de 2013; 3 Definição de pauta para o mês de  
3629 Março... Presidenta eu estou lendo a Extraordinária, entenderam? 3 Definição de pauta para o mês de  
3630 Março; A) Continuação da discussão Resolução CNAS 16/2010; B) Revisitar o plano de ação da  
3631 Comissão para reordenamento de prioridades; 4 Assunto a ser pautado na Reunião da Comissão de

3632 Normas no mês de Abril. Definição para pauta do mês de Março, assuntos a ser pautado na Reunião  
3633 da Comissão de Normas no mês de Março, tendo em vista a ação direta de inconstitucionalidade  
3634 4891, com pedido de liminar contra a Lei 12101/2009 que dispõe das certificações das Entidades  
3635 Beneficentes de Assistência Social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a  
3636 seguridade social proposta no Supremo Tribunal Federal STF, pelo Conselho Federal da Ordem dos  
3637 Advogados do Brasil, deverá ser convidado para a Reunião da Comissão de Normas, no mês de Abril,  
3638 um representante da CFOAB para que apresente os pontos desta. Marisa Rodrigues da Silva  
3639 Coordenadora da Comissão de Normas da Assistência Social. A Presidenta indagou se havia alguma  
3640 observação, com o Conselheiro José Geraldo indicando o Item 04 e corrigindo que estavam  
3641 convidando o Conselho Federal da OAB para vir falar sobre a ADIN e não sobre a ADI. A Conselheira  
3642 Maria Aparecida informou ter sido feita uma reunião da Sociedade Civil no dia anterior, e tendo em  
3643 vista a repercussão dessa ADIN, sugeriam que esse debate não se restringisse apenas à Comissão de  
3644 Norma, não devendo ser feito no Pleno, mas sim nas Comissões, que se reuniriam para isso. A  
3645 Presidenta ponderou que seria preciso ver a data, podendo casar esses encontros, indicando que  
3646 assim como a Sociedade Civil, o governo também estava preocupado com essa situação. Sugeriu à  
3647 Conselheira Marisa que inicialmente indicassem a data e depois veriam com os coordenadores das  
3648 Comissões como se daria essa participação. A Conselheira Maria Aparecida sugeriu que ao menos a  
3649 Comissão de Normas e Comissão de Políticas estivessem presentes na vinda do Presidente da OAB, ao  
3650 que a Presidenta indicou a Comissão de Financiamento, considerando o impacto que a ADIN traria  
3651 dentro da rede complementar, atingindo as entidades. O Conselheiro Volmir sugeriu que as quatro  
3652 Comissões se reunissem na parte da tarde, ou inclusive o dia inteiro, com a Presidenta propondo que  
3653 a demanda fosse tratada pela Comissão, com a Conselheira Marisa observando que o assunto seria  
3654 tratado e trariam uma solução de consenso. A Conselheira Marisa passou à “*Memória da Reunião*  
3655 *Ordinária da Comissão de Normas de Assistência Social Nº 2/2013 data de 11/03/2013. Conselheiros*  
3656 *presentes Marisa Rodrigues, Leila Pizzato, Thiago, Cláudia Faquinote. Ausências justificadas, Eloiana*  
3657 *Cambraia, Wagner Carneiro, Simone Albuquerque. Ausência, Viviane Vieira. Ouvintes, Thatiana M.*  
3658 *Montiglio, Alessandra Nogueira FNAPES. Paulo César Giovanni do CONCEAS/ SP e Carlos Zambu*  
3659 *CEAS/SP. Secretaria Executiva Cristiane Camargo, Rosangela, Dialuana, Douglas Amaro, Ezidênio*  
3660 *Pereira e Maria de Fátima Teixeira.1. Continuação da discussão da revisão da Resolução CNAS*  
3661 *16/2010 a Comissão de Normas de Assistência Social retomou a discussão da revisão da Resolução*  
3662 *CNAS Nº 16/2010 que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades da organização de*  
3663 *Assistência Social. Bem como do serviço, programas, projetos e benefícios socioassistencial nos*  
3664 *Conselhos de Assistência Social nos Municípios e no Distrito Federal levando-se em consideração o*  
3665 *documento elaborado e apresentado pela Conselheira Leila Pizzato na reunião de fevereiro de 2013 e*  
3666 *seus estudos sobre o Art. 11 da Resolução do CNAS Nº 16/2010 a LUZ da LOAS da Lei 12.101/2009, e*  
3667 *do documento pesquisa, documental, de entidades mistas com o CEBAS, elaborado pela Professora,*  
3668 *Dra. Aldaíza Sposati e Professora Neire Bruno, início-se a leitura da Resolução, foram feito diversos*  
3669 *destaques com sugestão de inclusão de novos parágrafos, incisos, alteração de redação de artigo, de*  
3670 *modo a clarificar a compreensão da referida Resolução. A leitura e os destaques foram realizados até*  
3671 *o Artigo 9º. Encaminhamento 1.1 – Continuar a discussão da revisão da Resolução CNAS 16/2010 com*

3672 a leitura e destaques a partir do artigo 10 no mês de abril. 2 – Assuntos a serem pautados na Reunião  
3673 da Comissão de Normas de Assistência Social no mês de abril. A) Continuação da discussão da revisão  
3674 da Resolução CNAS 16/2010. B) Apresentação pelo departamento da Rede Socioassistencial privada  
3675 do SUAS DRSP/MDS das informações trimestrais sobre o processo de certificação de entidades de  
3676 Assistência Social conforme disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS Nº 18/2011. C) Apresentação  
3677 por um representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, dos pontos de ação  
3678 direta de inconstitucionalidade a de 4891 com pedido de liminar contra a Lei Nº 12.101/2009, que  
3679 dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes da Assistência Social e regula os procedimentos  
3680 de isenção de contribuições para seguridade social, proposta no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo  
3681 Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. D) Reavaliar o Plano de Ação da Comissão para  
3682 reordenamento e prioridades, tendo em vista a pauta da Comissão de Normas, sugere-se que seja  
3683 realizada a Reunião Extraordinária da Comissão no dia 15 de abril, um dia anterior a Reunião  
3684 Ordinária do CNAS. Marisa Rodrigues da Silva Coordenadora da Comissão de Normas de Assistência  
3685 Social”. O Conselheiro Ademar sugeriu que todas as Comissões se reunissem para a questão da OAB,  
3686 com a Conselheiras Marisa esclarecendo o que havia sido pautado. A Presidenta registrou a indicação,  
3687 esclarecendo que seria verificada a possibilidade, inclusive devido ao traslado dos Conselheiros.  
3688 Prosseguindo, a Presidenta agradeceu pelo trabalho realizado, tratando dos temas com grande  
3689 competência, com a Conselheira Marisa também agradecendo o trabalho realizado pela equipe. A  
3690 Conselheira Maria Aparecida informou que a Sociedade Civil havia feito um debate sobre a  
3691 importância do CNAS se manifestar junto aos Ministérios, principalmente os que compõe a  
3692 seguridade social, para que o governo, através dos mesmos, chamasse a Conferência Nacional de  
3693 Seguridade Social, que não se conseguia efetivar. Esclareceu como seria esse evento, sendo  
3694 apresentado como produto para a Conferência da Assistência Social, demanda resultante da  
3695 Conferência passada, deixando registrada essa solicitação. Que a Sociedade Civil também havia  
3696 colocado a importância de o CNAS solicitar uma audiência na Secretaria da Presidência da República,  
3697 levando diversos temas do âmbito do controle social , querendo discutir essa questão com o governo.  
3698 Observou que se o Conselho Nacional entendesse não ser seu papel, a Sociedade Civil se sentiria com  
3699 liberdade e autonomia de tomar essa iniciativa, mas destacando que a questão era de todos,  
3700 independente das representações. Lembrou que em 2014 aconteceria a II Conferência Mundial sobre  
3701 Sistema de Seguridade Social no país e não tendo conseguido fazer a I Conferência , existindo uma  
3702 deliberação de Conferência que era o movimento da Sociedade Civil, do Controle Social na  
3703 Constituição do Conselho Nacional de Seguridade Social, sugerindo fosse pautado no CNAS, com a  
3704 Presidenta registrando essa colocação. O Conselheiro José Araújo destacou a grande participação dos  
3705 Conselheiros do CNAS no Fórum Social Temático em Porto Alegre em 2012, relatando a conversa  
3706 mantida com o Conselho de Saúde, havendo o comprometimento dos dois Conselhos presentes para  
3707 trazer para suas bases e colocar a questão da retomada da recriação do Conselho Nacional de  
3708 Seguridade Social, sugerindo a retomada dessa discussão. A Conselheira Dóris informou que,  
3709 juntamente com a Conselheira Maria Aparecida, haviam participado do lançamento *Mulher Viver sem*  
3710 *Violência*, programa do Governo Federal, indicando o investimento existente e o convênio com o  
3711 MDS, discorrendo sobre a importância desse programa. Informou ter trazido um filme, com a mulher

3712 protagonista definindo os tipos de violência da *Lei Maria da Penha*, indicando como havia sido feito e  
3713 sendo importante fosse visto e discutido. Informou o falecimento da Secretária de Políticas para as  
3714 Mulheres do Rio Grande do Sul, Sra. Márcia Santana, deixando registrado esse acontecimento. O  
3715 Conselheiro Ademar falou sobre o dia da mulher, e as lutas que vinham enfrentando, discorrendo  
3716 sobre diversas ações realizadas pela Presidência da República. Sugeriu que, como já havia ocorrido  
3717 um encaminhamento sobre a questão Fórum Social Mundial, devendo ser vistas todas essas situações  
3718 em conjunto, para ver como melhor se articulariam com a Presidência da República, fazendo uma  
3719 pauta. A Presidenta lembrou a existência da Secretaria Nacional de Articulação e Participação Social  
3720 ligada à Secretaria Geral da Presidência da República, informando as visitas realizadas ao CNAS e os  
3721 contatos mantidos, com os temas Conferência, pesquisa, controle social não estando fora da agenda  
3722 do governo com a Sociedade Civil. Propôs que fizessem um expediente solicitando uma revisão para o  
3723 planejamento dessa participação como Conselho nos fóruns, etc. Que a Presidência Ampliada poderia  
3724 montar uma pauta para a próxima reunião, dentro do que já existia, inclusive a questão da seguridade  
3725 social. Informou que no dia seguinte aconteceria a Reunião Conjunta da Comissão de Política e  
3726 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda, na sala 435, às 7 horas da manhã.  
3727 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença de todos,  
3728 declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som  
3729 deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em  
3730 reunião de de de dois mil e treze.  
3731